

FILIFE OLIVEIRA RASLAN

RESISTINDO COM CLASSE: o caso da ocupação da Flaskô

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Campinas

2007

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

R184r **Raslan, Filipe Oliveira**
Resistindo com classe: o caso da ocupação da Flaskô / Filipe Oliveira Raslan. - - Campinas, SP : [s. n.], 2007.

Orientador: Ricardo Antunes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Flaskô. 2. Conflito social. 3. Movimento operário. 4. Trabalho. 5. Cooperativismo. I. Antunes, Ricardo, 1953- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(cn/ifch)

Título em inglês: Working class resistance: the case of the Flaskô

Palavras chaves em inglês (keywords) : Working movement
Social conflict
Work
Cooperativism

Área de Concentração: Sociologia do Trabalho

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora: Ricardo Antunes, Henrique José Domiciano Amorim, Ruy Gomes Braga Neto

Data da defesa: 20-12-2007

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Filipe Oliveira Raslan

***“Resistindo com classe:
o caso da ocupação da Flaskô”***

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação da Prof.
Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes.

Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
20/12/2007

BANCA:

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes (Orientador)

Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto

Prof. Dr. Henrique José Domiciano Amorim

Campinas, SP.
Dezembro / 2007

200810034

Agradecimentos

Agradeço aos operários da Flaskô pela oportunidade de analisar esse caso vivo da luta de classes brasileira.

Aos trabalhadores brasileiros, aqui representados na figura do funcionário do IFCH Sr. Geraldino, que me deram a oportunidade de usufruir a bolsa do CNPq.

Quero agradecer ao professor Ricardo Antunes pela grande generosidade, paciência e confiança que teve em mim na realização dessa pesquisa.

Gostaria também de agradecer ao professor Ruy Braga por aceitar o convite de participar dessa banca de mestrado. De certa maneira o professor Ruy contribuiu com minha formação acadêmica desde o meu primeiro dia de aula na Unicamp.

Agradeço também ao professor Henrique Amorim que participou da qualificação dessa pesquisa e aceita novamente o convite para a banca de defesa.

Agradeço ao professor Jesus Ranieri, que participou da qualificação dessa pesquisa, e ao professor Álvaro Bianchi por aceitarem ser suplentes na banca de defesa.

Gostaria de fazer um agradecimento especial ao professor Márcio Naves, um amigo que, além de ter me introduzido no marxismo, é uma referência humana e intelectual para mim.

Aos amigos do grupo de pesquisa Isabella Jinkings, Geraldo Augusto Pinto, Daniel Romero, Sávio Cavalcante, Simone Wolff, Paula Marcelino, Bruno Durães, Jair Batista, Stella Godoy, Fábio Villela, Claudete Pagotto, Elaine Amorim e José Welmowick.

Aos amigos Carlos Alexandre Terra, Edy Carlos, João Galvão, Denizalde Pereira, Renata Santos, Zé Galvão, Alessandra Soares, Rafael Afonso, Jane Barros, Edwiges Lima, Caroline Vasconcelos, Paulo Gajanigo, Paulo Santiago, Pedro Santinho, André Ribeiro e Aldo Barreto.

Aos bons amigos de longa data (num é de hoje...) Joaquim Neto, Jamal Sousa, Nino Ribeiro, Marcos Guedes e Aureo Neto.

À minha família e alicerce para todos os momentos: Nanda e Leo, Gil e Jana, Darcy, Gilson, Délio, Nágime, Clera e Bruno.

À Angela, minha companheira, que com seu amor e muita paciência me estimulou na produção dessa dissertação.

O INVENTOR DO TRABALHO

(Batatinha)

Oscar da Penha, o Batatinha, compositor baiano.

O tal que inventou o trabalho
Só pode ter uma cabeça oca
Pra conceber tal idéia, que coisa louca
O trabalho dá trabalho demais
E sem ele não se pode viver
Mas há tanta gente no mundo
Que trabalha sem nada obter
Somente pra comer
Mas o tal que inventou o trabalho
Só pode ter uma cabeça oca
Pra conceber tal idéia, que coisa louca
O trabalho dá trabalho demais
E sem ele não se pode viver
Mas há tanta gente no mundo
Que trabalha sem nada obter
Contradigo meu protesto
Com referência ao inventor
A ele cabe menos culpa
Do seu invento causar pavor
Dona Necessidade que é senhora absoluta
Da minha situação de trabalhar
E batalhar por uma nota curta

Resumo

Essa dissertação busca analisar e compreender o que ocorre na Flaskô, uma fábrica falida cuja gestão da produção está a sob responsabilidade dos próprios operários da empresa. Essa situação pode ser considerada relativamente comum, pois é recorrente funcionários assumirem empresas em dificuldade financeira e formarem uma cooperativa. Porém, no caso da Flaskô, isso não ocorreu, pois os trabalhadores ao retomarem a produção, passaram a reivindicar a estatização da fábrica. Dessa maneira, a pesquisa tenta percorrer o cotidiano dos trabalhadores na empresa e nas suas jornadas em busca de suas reivindicações. O interessante nesse estudo de caso é entender o significado dessa situação no contexto em que ocorre o processo de privatização no Brasil, as reformas do Estado, um crescimento exponencial do desemprego e as outras dinâmicas de reestruturação produtiva do país. Para além da apreciação da Flaskô no cenário contemporâneo, a dissertação analisa o sentido da forma cooperativa e sua reconfiguração em controle operário, sob os auspícios dos trabalhadores da Flaskô.

Palavras-chave: Flaskô; movimento operário; estatização; controle operário; cooperativismo.

Abstract

This thesis aims to analyse and understand what occurs in Flaskô, a failed factory whose production's management is under the responsibility of the own factory's workers. This situation can be considered relatively common, for it is usual that workers take over the control of the failed factories and organize a cooperative. Nevertheless, in this case that situation did not happen, for the workers started to revindicate the factory's estatization when they retook the production. In this way this research tries to study the workers' quotidian in the factory and in their revindications. In this case it is our aim to understand the meaning of this situation in the context in which occur the process of privatization in Brazil, the State's reforms, the exponential increase of unemployment and other phenomens of productive restructuration in this country. Beyond the study of the Flaskô in the contemporaneous scenery, the thesis analyses the meaning of the cooperative form and its reconfiguration at the working class control.

Keywords: Flaskô; working movement; estatization; working control; cooperativism.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1 EXPERIÊNCIAS DE LUTAS NAS FÁBRICAS OCUPADAS	9
1.1 A Flaskô: empresa ocupada	10
1.2 A Flaskô e seus cambaios	18
1.3 Campanha pela estatização e organização	40
1.3.1 As políticas de mobilização	40
1.3.2 A interação com outros movimentos nacionais e sul-americanos.....	46
2 A OFENSIVA DO CAPITAL.....	61
2.1 Neoliberalismo e (des)estatização – na contramão da luta	62
2.2 O significado da crise.....	71
2.2.1 O taylorismo-fordismo: a ferramenta da ofensiva do capital	74
2.4 Acumulação flexível e as novas cooptações da força de trabalho.....	88
3 O EIXO DA LUTA POLÍTICA: CONTROLE OPERÁRIO.....	111
3.1 A forma cooperativa.....	111
3.2 O fetiche da forma	125
3.3 Não-estatização: a via da auto-gestão	132
3.4 Defensividade e as trilhas do controle operário	141
À GUIA DE CONCLUSÃO	151
REFERÊNCIAS.....	157

INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação produtiva contemporâneo, como um complexo de transformações nas relações estabelecidas entre empresas, classe trabalhadora e Estado, atinge a organização do processo de trabalho e a esfera tecnológica, perpassa pelas relações entre os agentes no mercado, inserindo-se num momento de recomposição das formas da acumulação capitalista, notada particularmente a partir das três últimas décadas do século XX. Durante um longo período do século passado, o taylorismo-fordismo marcou profundamente a organização do trabalho, por meio de uma robusta predeterminação, hierarquização e especialização das atividades de trabalho, muitas vezes restritas à exaustiva repetição de algumas poucas operações manuais ou intelectuais, resolutamente divididas entre grupos distintos de trabalhadores nas empresas.

Acompanhado por profundas mudanças tecnológicas, esse novo regime de acumulação flexível tem promovido mudanças na forma de ser do trabalho, tendo o toyotismo do Japão se destacado em relação a outros sistemas de organização do trabalho. Ao apresentar soluções à rigidez da produtividade fordista, o sistema japonês possibilita a introdução de uma gestão flexível cujo objetivo tem sido incentivar a inventividade dos trabalhadores, introduzindo um diálogo entre esferas até então distantes de atividade nas empresas, desde a produção direta até a administração.

Em sentido amplo tal processo tem implicado em mudanças substanciais na legislação trabalhista, nas relações contratuais acordadas com os trabalhadores, de maneira que tende à elevação da informalidade, das subcontratações, bem como de instauração de contratos temporários de trabalho. Essas mudanças levaram à redução dos níveis salariais e de emprego frente à crescente produtividade, aumentando a exploração do trabalho feminino, dentre outras dimensões que apontam para um quadro geral de degradação e precarização das condições de vida da classe trabalhadora.

Emergiram da difusão destas novas experiências trabalhadores polivalentes e mais adestrados, aptos a cooperar em projetos tecnológicos bem como na gestão da qualidade dos produtos. No entanto, ultrapassando esse aspecto de controle da força de trabalho, essas inovações tecnológico-organizacionais promoveram um severo impacto no que tange à composição interna da classe trabalhadora, modificando desde a formação educacional, profissional e política de seus novos membros, até a atuação de seus organismos de luta, como os sindicatos. Essas transformações têm gerado um efeito que fragmenta a classe trabalhadora, formando uma nata do trabalho que é mantida estável e em permanente qualificação junto aos objetivos do capital. A essa “elite” do trabalho se contrapõe uma cada vez maior massa proletária precariamente empregada, subqualificada e relegada às oscilações do mercado ou mesmo excluída à margem deste.

A flexibilização também mira o escopo produtivo das empresas, que tendem a externalizar atividades periféricas, usando subcontratações como as de terceirizações ao longo das cadeias produtivas. Surge assim, um conjunto de pequenas e médias firmas, subordinadas e atreladas à empresa mãe que, buscando adaptar-se às exigências de preço e qualidade na demanda das contratantes, tem como prática comum a contratação informal dos trabalhadores.

Este conjunto de mudanças varre verticalmente a estrutura do modo de produção capitalista: passa pela reorganização do trabalho no interior das empresas e entre elas nos mais diversos setores econômicos, transtorna a atuação Estado, chegando até à esfera da circulação das mercadorias e do capital financeiro. Diante disso, houve grande impacto nos países de capitalismo periférico, como o Brasil.

Dentro desse conjunto de mudanças que levam à precarização do trabalho, o desemprego parece ser dos elementos mais visíveis e marcantes. Os anos 1990 para o Brasil tiveram como característica um forte aumento do desemprego aberto, acompanhado do crescimento do trabalho informal, o que levou grandes parcelas da classe trabalhadora para a margem do mercado de

trabalho. Nesse quadro esboçado nos anos 1990 em que o Brasil é uma figura destacada, a desregulamentação financeira e abertura comercial, e a reestruturação produtiva tiveram suas imagens enfatizadas.

O processo de privatização ocorrido no Brasil representou um dos mais importantes episódios na história do país. O governo federal foi o principal promotor das vendas, custeando-as através de financiamentos pelo BNDES. Além das privatizações houve uma profunda reforma administrativa, criando mecanismos de demissão e contratação de funcionários, flexibilizando as relações de trabalho do setor público que permitiu terceirizar serviços ditos não-prioritários. Essas modificações são justificadas pela necessidade de diminuir a dívida pública e pela crise que passa Estado brasileiro.

Nesse panorama o tema do desemprego tem hoje grande relevância, ultrapassando o debate acadêmico. Geralmente as saídas apontadas estão associadas à ao retorno do crescimento econômico. Num contexto de lento crescimento econômico mundial, as crises econômicas nos países periféricos nas últimas três décadas, coadunadas com um recuo de políticas protecionistas dos Estados, resultam num grande número de falências entre empresas nacionais, sendo uma parcela delas absorvida por grupos transnacionais, enquanto outras se fundiram ou simplesmente fecharam as portas, e ainda outra pequena parte, incorporadas pelos próprios trabalhadores, em sua busca por manterem-se em seus empregos.

Essas dinâmicas são observadas no cenário brasileiro e, no que diz respeito especificamente aos casos em que os trabalhadores tomaram para si o comando das empresas, o quadro de reações que os operários enfrentam é bastante complexo. Frente aos proprietários, aos antigos clientes, fornecedores e credores, e ao Estado, os trabalhadores têm buscado por vias judiciais ou, inclusive, através de ação direta, a manutenção de contratos firmados, na busca de terem garantido seus empregos e, algumas vezes, terem seus direitos trabalhistas resguardados.

As saídas oscilam entre criar uma organização cooperativa dos trabalhadores em determinados casos, assumir a co-gestão das empresas em outros, desempregados que se organizam ou que são contratados como cooperativados, e, especialmente, como no caso da Flaskô, trilhar pelo controle operário da fábrica, lutando por sua estatização.

A forma cooperativa demonstra historicamente que o operariado prescinde de uma classe de proprietários para conduzir a produção de bens, mas a tendência que se nota é a cooperativa ser considerada abstratamente, sem se levar em conta seus aspectos históricos. Direitos e conquistas são renunciados em favor da manutenção dos empregos, aumentando o grau exploração sobre os trabalhadores, submetendo-os à estratégia de sobrevivência no mercado.

Diante dessas diversas experiências, passa-se ao estudo de caso da Flaskô, o que talvez venha contribuir para um aprofundamento das análises sobre os processos, atualmente em curso, de empresas assumidas pelos trabalhadores, avaliando-se como estes têm conseguido mantê-las em funcionamento num contexto de intensa concorrência internacional, de crescentes exigências tecnológicas e, sobretudo, de grande pressão por enxugamento nos quadros e flexibilizações nos regimes e condições de trabalho.

Dentre o turbilhão de perguntas sobre a Flaskô e seus trabalhadores que vinham à mente, as mais inquietantes e que mais se pronunciavam eram essas: geralmente os trabalhadores de uma companhia falida formam uma cooperativa, mas por que nesse caso os operários da fábrica reivindicam a estatização da empresa? O que distingue a Flaskô das outras firmas em condições semelhantes? Como se dá o controle e quais são os rumos que a fábrica toma? O objetivo geral da pesquisa foi tentar responder essas questões de modo a dimensionar ao leitor a importância dessa experiência.

A empresa estudada é a Flaskô Industrial de Embalagens Ltda, uma indústria de transformação de plásticos do setor de embalagens. A fábrica produz principalmente bombonas, tambores grandes geralmente de cor azul com a

capacidade de cerca de duzentos litros, utilizados para armazenamento de alimentos, cosméticos, defensivos agrícolas, produtos químicos, adubos, etc.

A fábrica é ligada à Companhia Holding Brasil (CHB), antiga integrante da Companhia Hansen Industrial S. A, proprietária da Tubos e Conexões Tigre, Quando a CHB desvinculou-se do grupo Tigre, passou a controlar cinco empresas: Cipla, Interfibra, Profiplast, Brakofix (todas de Joinvile/SC) e a Flaskô em Sumaré, na região metropolitana de Campinas. As duas primeiras sofreram a mesma experiência da Flaskô: as fábricas faliram e passaram a ser geridas pelos próprios trabalhadores.

A ocupação da fábrica por seus trabalhadores aconteceu em 12 de junho de 2003 e, desde então, vem sendo controlada pelo Conselho de Fábrica que é eleito por todos os funcionários em assembléia. Os cerca de 70 trabalhadores da empresa tratam de manter a produção e promover uma campanha continuada pela estatização da fábrica que, dentre outras ações, promove atos diante do fórum da cidade de Sumaré, marchas a Brasília, contato permanente com outros movimentos sociais, bem como conversações com instituições do governo federal.

A Flaskô, ocupada e gerida pelos trabalhadores desde junho de 2003, apresentou-se, neste sentido, como excelente campo de estudos. Primeiramente, pelas dificuldades de manter uma empresa em condição falimentar num mercado em que há demanda de grandes investimentos em inovações tecnológicas e organizacionais, especialmente após o processo de abertura econômica promovida pelos governos federais no início da década de 1990. Em segundo lugar, pela particularidade de, nesta gestão, os trabalhadores estarem propondo a estatização da empresa, como meio de garantir seus direitos trabalhistas e a manutenção de seus empregos.

Desse modo, o estudo sobre a ocupação da Flaskô se desenvolveu a partir de uma pesquisa descritivo-analítica com coleta de dados por meio de entrevista diretamente junto aos atores sociais envolvidos, tais como operários e diretores de Conselho de Fábrica; consulta a documentação e a material relativo

ao processo de ocupação e a respectiva correlação destes com o referencial teórico relacionado ao tema.

As dificuldades da consecução da pesquisa foram diversas. Primeiramente pela limitação pessoal de ordem teórica e prática. As dificuldades também aconteceram pela desconfiança inicial dos trabalhadores nas entrevistas, a dispersão nos documentos produzidos pelos trabalhadores até a indisponibilidade de agenda de sindicalistas em conceder entrevistas, mas foram sendo quase todas superadas. Porém, a realização desse estudo de caso na planta da Flaskô em Sumaré-SP, cujas visitas *in loco* tentaram perceber a organização do trabalho e a divisão de responsabilidades entre os trabalhadores no interior da planta, desde o âmbito da produção direta até o nível da condução dos negócios junto às empresas clientes e fornecedoras, bem como a formulação de políticas para as campanhas das fábricas. Nestas visitas à fábrica, além dos documentos recolhidos, foram realizadas entrevistas qualitativas, buscando uma amostra de trabalhadores selecionados de acordo com o nível que ocupam nas esferas operacionais e gerenciais da empresa, buscando responder as questões colocadas. Além das visitas à fábrica de Sumaré, foram realizadas duas incursões na Cipla, em Joinville, acompanhando os congressos realizados pelos trabalhadores. Também foi realizada a investigação da literatura disponível, de outras análises sobre experiências de gestão de empresas pelos trabalhadores, como as cooperativas, empresas co-geridas, conselhos operários, entre outras.

Pretendeu-se, assim, averiguar em que medida cada uma destas esferas de acontecimentos concorreram para a falência da Flaskô no decurso do cotidiano fabril. Além disso, foram analisadas as campanhas políticas que os trabalhadores fizeram nas fábricas, abrindo-se a possibilidade, neste sentido, de uma avaliação, ainda que sucinta, das condições favoráveis e desfavoráveis que se apresentam à continuidade no mercado e nas pelejas de classe, e por meio delas, a manutenção dos empregos dos trabalhadores e de seus direitos.

Nesse aspecto, houve necessidade de estruturar a dissertação respeitando-se uma relação lógica de progressão para tornar possível maior

fluidez das informações apresentadas em nexo de sentido com um marco teórico consistente.

Assim, obedecendo a essa estrutura, o primeiro capítulo procura, de forma eminentemente descritiva, mostrar alguns elementos que expressam o cotidiano de luta no interior da Flaskô, suas contradições, bem como a exposição da precariedade do trabalho na fábrica falida e a luta pela manutenção de emprego com garantias de direitos. Desse modo, ao expor no primeiro capítulo as disputas nas quais os trabalhadores se inseriram, pretende-se apresentar o objeto de forma imediata e vívida, em que os traços histórico-analíticos aparecem ainda de maneira superficial. *Nessa parte, o fenômeno estudado apresenta-se de maneira inacabada, sem que lhe sejam incorporadas distinções qualitativas que procuramos destacar nos capítulos seguintes.*

O segundo capítulo, denominado “A ofensiva do capital”, em progressão com o primeiro capítulo, foi estruturado de forma a demonstrar que, da mesma maneira que os operários da Flaskô, como os demais trabalhadores, se desgastam na luta em prol dos seus postos de trabalho e dos seus direitos, utilizando-se exaustivamente da defensividade, o capital se organiza no sentido contrário, avançando veementemente sobre as forças produtivas (entendidas como um tripé composto por força de trabalho, natureza e técnica), criando mecanismos de superação das crises que, ao se difundirem historicamente, diluem-se e se colocam novamente diante dele – o capital – como barreiras resistentes a serem ultrapassadas. Para tanto, questões importantes desse processo são expostas, confrontando os operários da fábrica ocupada com os interesses neoliberais de desestatização, buscando compreender o significado da crise, as reestruturações produtivas de intensificação de extração de mais-valia desde o taylorismo-fordismo passando pela acumulação flexível até a precarização da força de trabalho que se utiliza de novas cooptações cooperativistas com o conseqüente aprofundamento da fragmentação do movimento operário.

O terceiro capítulo busca devolver ao objeto as perspectivas postas aos trabalhadores da Flaskô. Mas o leitor tende a perceber novos elementos agregados à análise, de maneira a elucidar o que ocorre na fábrica ocupada e as razões pelas quais os trabalhadores tomaram o caminho que tomaram. Assim, buscou-se demonstrar o objeto com múltiplas determinações, anexando a ele traços complementares ao momento inicial. A forma cooperativa, a economia solidária, aqui sob o cognome “fetichismo da forma” e a via da auto-gestão são apresentadas no terceiro capítulo como alternativas que se colocam diante dos operários da Flaskô no seu processo de luta pela estatização da fábrica, que mantém seu caráter eminentemente econômico e defensivo na preservação dos empregos e direitos, mas, para além disso, constitui-se também numa luta política que tem seu eixo no controle operário.

1 EXPERIÊNCIAS DE LUTAS NAS FÁBRICAS OCUPADAS

*Naquele maio
decidiu-se a opção
entre violão e violência
voaram paralelepípedos
exigindo a universidade crítica
e a paz sem sandálias
fugindo ao palácio das negociações
martirizou os pés
na vala de encanamentos cortados
naquele maio
o fogo o fogo o fogo o fogo
(Carlos Drummond de Andrade)*

A ocupação de fábricas falidas configura-se, no contexto atual de ofensiva capitalista, num fenômeno de caráter eminentemente defensivo, marcado pela derrota do processo da organização dos trabalhadores. Esta defensividade, recorrente nesses casos, tem dois elementos desencadeadores recíprocos: a situação deficitária de tais empresas e a atitude extremada dos trabalhadores que as ocupam como elemento para resguardar seus postos de trabalho. Nesse intuito, os trabalhadores, freqüentemente, aceitam negociar perdas, como, por exemplo, trocar os encargos sociais não pagos pelos patrões convertendo-os em créditos contra os ativos da empresa.

Diferentemente do que ocorre com a maioria das fábricas ocupadas, na ocupação da Flaskô essa negociação não aconteceu, ou seja, os trabalhadores continuaram na condição de operários e empregados, não aceitando trocar as perdas sofridas no processo pelos ativos de uma empresa falida, por entenderem que assim estariam assumindo, juntamente com a propriedade da fábrica, também as dívidas, ônus e obrigações dos antigos proprietários.

Perceberam que, para assegurar a garantia de seus direitos, só lhes restava uma alternativa: a estatização. Assim, nesse intento, eles se dispuseram a realizar campanhas em prol da estatização da empresa: se organizaram e se uniram a outros movimentos tais como o movimento dos trabalhadores sem-teto, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, internacionalmente, o Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), na Argentina e a Frente

Revolucionaria de Trabajadores de Empresas Recuperadas y en Co-gestión (FRETECO), na Venezuela.

Esta forma particular de ocupação da Flaskô possui um caráter defensivo que assume a luta de classes no âmbito da vulnerabilidade da produção submetida à financeirização da economia.

Este capítulo tenta, de forma eminentemente descritiva, mostrar alguns elementos que expressam o cotidiano de luta no interior da Flaskô, suas contradições, bem como a exposição da precariedade do trabalho na fábrica falida e a luta pela manutenção de emprego com garantias de direitos.

Para tanto, são apresentados conflitos, conquistas, disputas, dificuldades e avanços no ambiente de uma empresa que foi ocupada e assumida por seus trabalhadores e que, para tentar garantir seus empregos e direitos sofrem todo tipo de pressão imposta pela luta de classes.

Dessa maneira, o que se pretende neste capítulo é uma expressão particular da luta geral do operariado latino americano.

A primeira parte desse capítulo expõe os acontecimentos que levaram os trabalhadores da tomar a decisão de dirigir a fábrica com seus próprios esforços. Ficam evidentes as dificuldades enfrentadas no cotidiano de uma empresa decadente e falida, abandonada pelos proprietários e atualmente dirigida diretamente pelos próprios trabalhadores. A seguir, alguns elementos das contradições internas são evidenciados como reflexos dos acontecimentos gerais no Brasil. Por último, é apresentada a campanha pela estatização liderada pelos coordenadores e a relação estabelecida entre os trabalhadores da Flaskô e outros movimentos sociais, tanto no Brasil como na América do Sul.

1.1 A Flaskô: empresa ocupada

Como já dissemos, a Flaskô é uma empresa de transformação plástica, que fazia parte da Companhia Hansen Industrial S. A. (grupo do qual pertence a Tubos e Conexões Tigre LTDA). Pioneiros no Brasil neste setor, o Grupo Hansen

sofreu uma divisão em 1992, quando a Companhia Holding do Brasil (CHB), da qual a Flaskô é ligada, desvinculou-se do grupo, perdendo assim a massa de capital. Este grupo possui uma posição de significativo destaque numa cadeia produtiva cujas exigências em inovações tecnológicas e organizacionais são crescentes, especialmente após abertura comercial da década de 90. A marca Tigre era líder em tubos de PVC com cerca de 60% deste mercado. Com a separação, a CHB passou a controlar cinco marcas: Cipla, Interfibra, Profiplast, Brakofix, todas de Joinville/SC, e a Flaskô em Sumaré (NASCIMENTO, 2004).

Desde junho de 2003 operários da Flaskô ocupam a planta da fábrica que fica em Sumaré, na região de Campinas-SP. Em janeiro de 2003, a empresa estava praticamente abandonada, sem energia elétrica e os dois gerentes haviam ido embora. De janeiro a maio desse mesmo ano, a Flaskô ficou praticamente fechada, com um faturamento que não chegou a trezentos reais.

Para compreender melhor a dimensão da ocupação na Flaskô, é importante contextualizar a situação de caos e de incertezas que viveram os operários até a decisão coletiva pela ocupação.

Em outubro de 2002, cerca de mil trabalhadores da Cipla e Interfibra entraram em greve, reivindicando o imediato pagamento de salários atrasados e a regularização dos direitos trabalhistas como férias, 13^o salário, depósito do FGTS e outros direitos não cumpridos pelos donos. Desde o começo deste ano os operários recebiam salários em parcelas de 30 reais (!) por semana, sendo que a média salarial deveria ser 500 reais mensais. No mês de janeiro, mesmo sem o respaldo do sindicato, houve uma paralisação de 24 horas contra os atrasos constantes e o não pagamento do 13^o salário. O resultado dessa mobilização foi a demissão de 140 trabalhadores e uma nova constatação: não havia depósito do FGTS há dez anos. Sem direitos e com a ameaça de demissão, os trabalhadores ficaram com mais receio de se organizar.

Em setembro de 2002, depois da demissão de mais um trabalhador¹ sem justificativas, começa uma articulação para mobilizar os operários na fábrica. Em outubro deste ano, depois de algumas campanhas realizadas na cidade de Joinville, os trabalhadores da Cipla e Interfibra conseguem realizar uma assembléia que deliberou pelo início da greve nas fábricas. A greve começou no dia 24 de outubro, depois da volta de uma comitiva dos trabalhadores que havia ido ao último comício de Lula em Florianópolis, onde entregaram uma carta ao candidato à presidência, na qual relataram suas “dificuldades e reivindicaram garantia de trabalho e preservação de direitos” (NASCIMENTO, 2004, p. 41).

A reação da patronal contra os trabalhadores foi imediata. De notas distribuídas à imprensa local, passando pelo uso da polícia para “garantir o direito de ir e vir” dos operários até intimidações feitas por meio de ligações telefônicas dos próprios irmãos Batschauer (proprietários das fábricas) aos trabalhadores, foram tentadas várias formas para dar fim à greve. O Jornal “A Notícia”, de Joinville, publicou na seção de economia do dia 25 de outubro uma matéria sobre a contenda. Segundo o jornal, a diretoria da Cipla encaminhou uma nota, informando que a empresa

reconhece que atravessa um momento crítico e de impasse, mas condena a decisão do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Joinville de paralisar as atividades [...] **A greve, prossegue a nota, é irregular, afronta a Legislação e tem conotação política** [...] A diretoria também não teria sido notificada com antecedência mínima de 48 horas sobre a paralisação, decidida numa assembléia geral no dia 22 de outubro, cuja ata dos presentes também não teria sido sonegada. Ela ainda põe em dúvida a legitimidade da atual presidência do sindicato. Diante disso, a diretoria informa que vai tomar as medidas judiciais, trabalhistas, cíveis e criminais, inclusive de perdas e danos, “pelo caráter de ilegalidade da paralisação”² (GREVE..., 2002).

É interessante notar como os donos da fábrica questionam a legalidade do processo de mobilização dos operários. Os dispositivos jurídicos são uma

¹ “Demitido sem justa causa em setembro de 2002, o operário Marciel Vieira de Oliveira foi mostrar a sua indignação em frente à fábrica Cipla. Vestiu-se de palhaço e começou a protestar. Passaram-se dez dias e nada de receber os direitos trabalhistas, nem mesmo os salários atrasados(...) Para Marciel, a diretoria do sindicato fora comprada pelos patrões. Cansado de protestar sozinho, ele se articulou com militantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT) e de outras lideranças sindicais (NASCIMENTO, 2004, 38)

² Grifos nossos.

ferramenta recorrente na tentativa de barrar os mecanismos de luta de classes nas greves deflagradas pelos trabalhadores. Os limites da institucionalidade são sempre reivindicados para manutenção da produção fabril controlada pela patronal.

Contudo, o caso da Cipla e Interfibra parece ter sido singular. Os representantes dos grevistas negociaram por oito dias, reivindicando o imediato pagamento salarial e regularização das dívidas trabalhistas. Nas reuniões, mediadas pelo Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Delegacia Regional do Trabalho (DRT), além de deputados e vereadores de Joinville, os irmãos Batschauer, que sempre alegavam ilegalidade do movimento, reconheceram que não havia “como pagar as dívidas trabalhistas, previdenciárias e fiscais”. Assim, “foram forçados a firmar um acordo para transferir o controle das duas fábricas a quem os trabalhadores determinassem, além de serem afastados da direção administrativa e operacional”.

Para tanto, foi constituída uma Comissão de Transição para avaliar o montante da dívida da Cipla e Interfibra, que foi acompanhada semanalmente pela DRT. Depois de se recusarem a abrir os livros da empresa, apesar do comando estar sob o controle dos trabalhadores, os antigos donos ainda tentavam exercer uma espécie de poder paralelo, mas foram impedidos de entrar na fábrica depois de uma assembléia na Cipla. A Comissão de Transição foi substituída por um Conselho Administrativo Unificado, também reunindo trabalhadores das duas empresas. (NASCIMENTO, 2004, p. 44-51).

As tentativas de reaver o comando das fábricas não pararam. Segundo o boletim “A voz do trabalhador”, que começou a ser publicado pelos trabalhadores das duas fábricas após a ocupação:

os irmãos Batschauer, através dos seus representantes, se negam a negociar. Não querem cumprir o acordo assinado após a greve de outubro/02 e a passar as procurações que dão ao Conselho Administrativo poder para assinar pelas empresas Mas, não é tudo. Eles também se movem. **Eles foram à justiça tentar colocar mais obstáculos à administração dos trabalhadores. Queriam os portões da Avenida Getúlio Vargas abertos e a volta do setor jurídico para a “torre de marfim” (escritório da administração anterior)**, entre outras

coisas. O juiz Otávio José Minatto negou o pedido de liminar (JUSTIÇA..., 2003).³

Os irmãos Batschauer foram obrigados pela justiça a emitir uma procuração que dava poderes para os trabalhadores conduzirem as empresas. Também ficou decidido nas negociações que seria criada uma fundação para administrar todo o patrimônio da Cipla/Interfibra.

A criação desta entidade, no entanto, seria uma saída provisória e arriscada, porque os trabalhadores não queriam receber o passivo da empresa de aproximadamente R\$ 500 milhões de reais. Contudo, o ministério público, além de não aceitar os estatutos⁴ da empresa, exigia um patrimônio líquido significativo para sua existência. Nesse impasse, tomaram-se duas decisões: 1) a Comissão de Transição, que inicialmente seria de 90 dias, deixando seu caráter transitório, teve o prazo estendido indefinidamente para administrar a empresa; 2) foi criada a “Associação Ferreirinha” com os mesmos estatutos da fundação rejeitada pelo ministério público. Essa associação teria um CNPJ para movimentar contas bancárias livres de processos judiciais, permitindo a viabilidade das empresas. Além disso, a associação viabilizaria as campanhas públicas em prol da estatização.

É importante destacar que, apesar da mobilização no processo da ocupação da Cipla, a luta dos trabalhadores em Joinville representou uma derrota do movimento operário na medida em que este não foi capaz de impedir as diversas demissões e tantas outras perdas sofridas pelos trabalhadores (MORENO, 1987).

³ Grifos nossos.

⁴ Artigo 3o A fundação terá como finalidades:

a) Promover o bem estar e a defesa dos interesses dos trabalhadores com vínculo de emprego nas empresas mencionadas, especialmente quanto ao objetivo de manter os postos de trabalho existentes, com a estrita aplicação dos direitos trabalhistas estipulados na legislação e em normas coletivas de trabalho;

b) Ser a depositária das ações controladoras das duas empresas citadas, e empresas controladas, mencionadas no art.1o deste estatuto, até a transferência definitiva destas ações para o Governo Federal, Estadual e Municipal, objetivo último e principal da constituição desta Fundação (NASCIMENTO, 2004, p. 59). [Grifos nossos]

Desse modo, a ação não corresponde a um recrudescimento do movimento operário, mas a um elemento de defensividade utilizado pelos trabalhadores na luta pela preservação dos seus empregos. Nesse aspecto,

um ponto chave para definir o alcance dessas experiências, é ver seu caráter defensivo. Quer dizer que respondem a uma atitude de resguardo dos trabalhadores de seus postos de trabalho diante da possibilidade ou diretamente da concretização do fechamento da empresa. Ainda que possa parecer uma obviedade, é necessário ressaltar que não corresponde a um processo de ofensiva dos trabalhadores que tomam plantas de grandes empresas ou firmas em processo de crescimento, em pleno processo de produção, e passam a dirigir a planta, mas que, como definiu o companheiro de uma das empresas, “foram obrigados a tomar a empresa” (MARTÍNEZ e VOCOS, 2002, p. 80-81).⁵

E nesse movimento defensivo, um argumento importante do qual os trabalhadores se valem para justificar a estatização das empresas é a responsabilidade do governo para com as dívidas das empresas, atestada pela ausência de fiscalização efetiva, o que permitiu que as mesmas chegassem a montantes exorbitantes. De acordo com Nascimento (2004, p. 55), cerca de 75% da dívida é com o governo federal, 12% com o governo estadual e 1 % com o municipal e 5% do total é com os trabalhadores. Ainda segundo a mesma autora, a direção indicada pelos trabalhadores recusa-se a receber o passivo da empresa, justificando que a dívida foi feita pelo antigo patrão e não por eles, pois, além de boa parte dos bens estarem penhorados e caso haja formação de uma cooperativa a possibilidade de sucessão de dívida para a cooperativa é bem grande⁶. Mais que isso, os operários reivindicam desde o começo a solução para as dívidas que os antigos proprietários fizeram com eles, bem como a manutenção de seus empregos.

Em 1971, ainda durante o regime militar, foi promulgada a Lei 5.764/71 (BRASIL, 1971) que definiu a Política Nacional de Cooperativismo, determinando

⁵ Tradução nossa.

⁶ É muito comum a formação de empresas cooperativas a partir das dificuldades econômicas e até falência das fábricas onde trabalhavam. Exemplos como a Cristais Hering (SINGER, 1998), em que os funcionários montaram uma cooperativa e trabalham em co-gestão com a proprietária, a calçadista Markeli de Franca (MARTINS, 1998), da Conforja de Diadema ou da Cervin (PARRA, 2002), além das dezenas de empresas que fecharam suas portas na Argentina (FAJN, 2003).

que na cooperativa não há vínculo empregatício e além disso podendo explorar outros trabalhadores que não sejam sócios.

Art. 90. Qualquer que seja o tipo de cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados.

Art. 91. As cooperativas igualam-se às demais empresas em relação aos seus empregados para os fins da legislação trabalhista e previdenciária (BRASIL, 1971).

Foi acrescentado em 1994, através da Lei 8.949/94 (BRASIL, 2003) um parágrafo ao artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que trata das relações de emprego, reforçando a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e os cooperados.

Art. 442. O contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondendo à relação de emprego.

Parágrafo único. Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela (BRASIL, 2003, p. 307).

Assim, no caso da Flaskô, como nas outras fábricas ocupadas, fica claro que ao se transformar em cooperativas há perda necessária de vínculo empregatício entre os operários e a fábrica. Portanto, com a transformação da natureza jurídica da empresa para cooperativa não haveria nenhum direito trabalhista para os funcionários. Conseqüentemente acabariam as férias remuneradas, licença maternidade, décimo terceiro salário e todos outros direitos preconizados aos trabalhadores.

A partir dessa constatação, reforçaram-se os processos de mobilização, tornando-os uma prioridade dentro das fábricas. Desde o chão de fábrica, passando pela comunidade de Joinville, entidades sindicais e estudantis e mandatos legislativos, a tentativa de agregação de forças para apoiar o movimento tem sido contínuo. É bom lembrar que essa mobilização dos trabalhadores das fábricas é contemporânea às eleições presidenciais de 2002, marcada por todo otimismo desse tempo. Como bem salientou Dias (2003, p. 11), nesse período o “misto de euforia e segurança sobre o futuro que nos esperava vivido por muitos militantes despreparou-os para o real. Críticos de governos

anteriores, eles supunham que com a vitória de Lula, o horizonte mudaria com relativa rapidez”.

Depois de muitas tentativas de marcar uma audiência com o presidente da república, os trabalhadores da Cipla/Interfibra conseguiram um encontro com o presidente Lula em 11 de junho de 2003. Nessa reunião, 350 trabalhadores levaram um abaixo-assinado com cerca de 70 mil assinaturas, obtidas numa campanha que durou quase 8 meses. Conforme com depoimento de Carlos Castro, membro do Conselho Administrativo Unificado das empresas ocupadas, Lula negou durante a audiência qualquer possibilidade de estatização das empresas ocupadas, dizendo que estatização “não estava no cardápio” do governo:

Desde o começo ele [Lula] colocou que era contra a estatização, o que é compreensível. Nós colocamos que nós éramos a favor, que nós continuaríamos lutando em cima desta palavra de ordem. E ele ofereceu a cooperativa como solução. E nós dizíamos que a cooperativa não era solução. Mas se o governo, através de uma cooperativa, garantisse duradouramente os mil postos de trabalho, nós estávamos dentro. Que eu não sei como ele vai conseguir isso (NASCIMENTO, 2004, p. 100).

Formou-se então um grupo de trabalho composto por uma equipe Interministerial constituída por representantes dos ministérios do trabalho, previdência social, fazenda e indústria e desenvolvimento social, além dos membros das empresas para estudar o caso da Cipla/Interfibra, orientar e auxiliar as fábricas a levar adiante a produção, para que os empregos pudessem ser garantidos de forma efetiva e duradoura.

O resultado desse Grupo de Trabalho foi divulgado em fevereiro de 2005 e encaminhado para a Presidência da República. A partir de um acordo realizado entre o Governo Federal e o de Santa Catarina, promoveu-se um estudo de técnicos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) e do BADESC (Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina), o que possibilitou dissecar a real dimensão financeira das fábricas de Joinville. Juntamente com a análise, foi estimado do valor do terreno, do maquinário, mas sobretudo destacando o

diferencial qualitativo dos trabalhadores das empresas. Segundo o documento, o mais importante seria dar uma solução para resguardar os postos de trabalho dessas empresas:

Aqui vamos esquecer os quinhentos ou seiscentos milhões acumulados pelos credores, na quase totalidade fiscais ou trabalhistas (...)

Eu acrescentaria que os bens de maior valor são os imóveis localizados no centro da cidade que podem valer aproximadamente 5% do total dos débitos (...)

Quanto ao maquinário, deve-se levar em conta que é todo com mais de 10 anos, totalmente depreciado na contabilidade, e com algum valor dada a sua conservação e o grau de tecnologia aplicada, mas com segurança valendo um mínimo do valor de um equipamento atual (...)

Pode-se dizer a rigor que o patrimônio mais valioso às atividades são os funcionários que conseguem fazer produtos diferenciados como plásticos de engenharia, via produção de moldes sofisticados e ligas plásticas, com maior valor agregado(...)

Nossa sugestão é de que, por decisão do governo federal e do Governo Estadual, seus créditos sejam transformados em ações, que seriam postas como capitalização do BNDES e de um dos agentes de Desenvolvimento Estadual, BRDE ou BADESC (BUZZI, 2005).⁷

Este registro do superintendente do BRDE tem servido para os trabalhadores como mais um argumento, e agora respaldado por um banco oficial, que fundamenta a exigência da estatização das fábricas ocupadas. A necessidade de o Estado dar segurança aos trabalhadores, garantido seus empregos deve ser visto como um elemento norteador do movimento.

1.2 A Flaskô e seus cambaios

Na ida a Brasília, uma comitiva dos trabalhadores de Joinville passou em Sumaré para acompanhar uma reunião dos trabalhadores da Flaskô com o sindicato. Os operários da empresa estavam numa situação de desamparo. Diferentemente da Cipla/Interfibra que mantinham a produção, apesar da precariedade salarial, a Flaskô estava praticamente abandonada.

Eu estava aqui na ocupação. Nós nos mantivemos aqui, mas antes ficamos 17 dias sem luz nenhuma, o que complicava nosso trabalho de

⁷ Carta do superintendente do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul em Santa Catarina (BRDE/SC), Dario Buzzi, para o Gabinete da Presidência da República. Assunto: Recuperação da Cipla Interfibra em 28 fev. 2005. Grifos nossos.

segurança. Ficamos aqui somente a segurança. Então era muito difícil. Então tem gente aqui que nos ajudou, o Carlinhos, pois ele comprava diesel, 50 litros de diesel, tirava do bolso dele e deixava aqui para gerar uma luz pouca aqui na frente mesmo. Até para comer uma refeição nós tínhamos vela. Nós acendíamos vela para comer alguma coisa aqui. Para irmos no escuro, nem lanterna nós tínhamos. A gente ia debaixo das árvores, escutando alguma coisa para saber se tinha ladrão. No caso de chamar a polícia eu tinha que usar o meu celular, pois não tínhamos mais telefone, pois cortando a energia, acabou o telefone (Entrevista com funcionário do Setor de Segurança – Sumaré/SP, 03/04/2007).

Foi realizada essa reunião entre alguns trabalhadores da Flaskô, representantes do Sindicato dos Químicos de Campinas e Região, uma comitiva dos trabalhadores da Cipla/Interfibra e além de apoiadores da campanha pela estatização. Durante a reunião, a postura do sindicato era fazer o embate pela via burocrática. Dessa maneira, a maior parte do tempo das falas do sindicato foi tomada pelo advogado. Portanto, para os sindicalistas, a via jurídica seria a única possível para salvar os empregos dos trabalhadores da fábrica.

Porque em geral essa é uma posição que os sindicalistas tomam. O problema do fechamento de empresas sem pagamentos de direitos não é um problema político, de luta contra a patronal e de responsabilização do governo. É jurídico. Então bota o advogado pra ver se paga FGTS, o que juridicamente se pode fazer (Entrevista com Coordenador do Conselho de Fábrica – Campinas/SP, 21/05/2006).

O coordenador do Conselho, que à época apenas apoiava a campanha da Cipla/Interfibra, considera que a luta política deve ter o centro das atenções dos trabalhadores para manutenção dos seus direitos e empregos. Ao contrário disso, a defesa feita pelo sindicato era o penhora do terreno⁸ para ter uma garantia formal, o que poderia levar uma década e não garantia nenhum emprego.

Durante essa reunião para decidir qual caminho a ser tomado pelos trabalhadores da Flaskô prevaleceu, contudo, a combatividade da luta de classes. A posição da comitiva da Cipla/Interfibra foi completamente oposta à do sindicato. Mesmo depois da fala do advogado do sindicato sobre o leilão do terreno e litígio burocrático para pagar as dívidas, a comitiva explicou que o centro da luta seria manter a fábrica funcionando e, para isso, os trabalhadores da Cipla/Interfibra

⁸ Mais à frente retornaremos a esse ponto, considerando a ocupação do terreno ao redor da fábrica na união da luta de sem-teto à dos trabalhadores da fábrica.

dariam toda a ajuda. A fala da comitiva durou poucos minutos e foi unânime a aprovação de todos os trabalhadores da Flaskô. A proposta seria retornar à fábrica, realizar uma assembléia, criar uma comissão para organizar tudo que fosse necessário em termos de providências administrativas e operacionais, ligar as máquinas e colocar a fábrica em funcionamento, para preservar o emprego dos trabalhadores.

Na volta de Brasília, depois da audiência com Lula, seguiram três ônibus com os trabalhadores da Cipla/Interfibra para a Flaskô. A assembléia, que foi feita dia 12 de junho, decidiu ocupar a fábrica e retomar a produção, elegendo um Conselho de Fábrica para conduzir o processo. Nesse sentido, foi redigido um protocolo, assinado por quase todos os trabalhadores e entregue aos proprietários da empresa, enunciando que os operários assumiriam, a partir daquele momento, o controle da fábrica para defender os empregos, somando-se aos companheiros da Cipla e da Interfibra.

Com ajuda financeira dos trabalhadores das duas fábricas de Joinville, por meio do empréstimo de títulos, a produção começou a funcionar. O dinheiro foi suficiente para pagar os salários, permanecendo em débito todas as outras obrigações, inclusive a matéria prima. Começam, desse modo, a surgir os primeiros problemas para o conselho de fábrica, devido à sua fragilidade causada pela inexperiência na condução da empresa.

É importante esclarecer que a ocupação não representou o resultado de uma mobilização, como aconteceu na Cipla/Interfibra, mas figurou uma oportunidade derivada da luta travada nas fábricas de Joinville. Assim sendo, não havia sido produzida na prática a experiência ou embate material no cotidiano de luta que gerasse a necessária percepção da realidade para que se conduzisse de maneira mais apropriada as demandas dos operários na fábrica.

Na assembléia da ocupação foi decidida a ordem de prioridades para efetuarem-se pagamentos: primeiro paga-se a matéria prima – para manter a fábrica funcionando. Em seguida, o salário. Depois, os direitos trabalhistas e, a seguir, os impostos e demais taxas. Porém, essa determinação não foi respeitada,

pois os caminhoneiros exigiam pagamento adiantado do transporte devido às dívidas antigas. Isso colocou em questionamento o Conselho de Fábrica, levando os trabalhadores a uma paralisação na fábrica ocupada (!), já que os operários não tinham recebido a parcela devida do salário, contrariando a assembléia. Pressionado pelos trabalhadores, houve mudança de postura do conselho, que foi impellido a obedecer às diretrizes da assembléia no elenco de prioridades.

Para tentar resolver os problemas da condução da fábrica, estava presente um representante do sindicato, embora nunca tivesse existido uma conexão efetiva entre este último e os trabalhadores.

A posição do Conselho de Fábrica restringia-se à área administrativo-financeira, na tentativa de negociar as dívidas trabalhistas e desvencilhar as demais dívidas contraídas pelos antigos proprietários. Para auxiliar na condução das operações da fábrica, a Cipla/Interfibra disponibilizou um dirigente do Conselho de Fábrica de Joinville, com a experiência dos embates que lá ocorreram, ajudando a preparar alguns dispositivos e meios para organizar o controle dos trabalhadores sobre a produção. Isso se deveu à suspeição dos trabalhadores sobre a saúde financeira e econômica do que ocorria com a fábrica: “está-se produzindo e para onde está indo o dinheiro?”. Todas as notas de saída e entrada da contabilidade, bem como a forma como seriam pagas pela empresa, deveriam, a partir de então, ser apresentadas de maneira mais clara possível pelo Conselho de Fábrica.

Depois da ocupação só ficou o bagaço. Só o bagaço. Mesmo assim, muita gente que conhece quer aquele pedacinho, quer tirar o último caldo. Porque dá dinheiro, a fábrica dá dinheiro (Entrevista com funcionário do Setor de Segurança – Sumaré/SP, 03/04/2007).

Segundo o Conselho de Fábrica, seria preciso avançar na compreensão do processo geral em que a fábrica estava inserida. Para tanto, os trabalhadores organizaram, em setembro de 2003, uma Pré-Conferência Regional em Sumaré/Campinas, preparatória para uma Conferência Nacional em Joinville⁹.

⁹ Mais à frente retomaremos a discussão sobre os encontros dos trabalhadores de fábricas ocupadas.

No Boletim de convocação dos operários para essa conferência as questões mais preocupantes ressaltadas

Como ajudar os trabalhadores a defenderem seus empregos, seus direitos e a existência das fábricas quebradas em consequência da especulação financeira e da ação das multinacionais? Como ajudar na luta da Flaskô, da Cipla e da Interfibra para que o governo estatize estas empresas, salvando os 1070 empregos? (BOLETIM, 2003).¹⁰

É nessa dinâmica de embate com a realidade que o processo de compreensão sobre a ocupação não deve se limitar ao local da fábrica, ou seja, a condução da empresa e a manutenção dos empregos e dos direitos não devem se restringir à esfera estritamente econômica. Foi a partir da Pré-conferência que

começou a se expressar uma coisa que hoje a gente vê muito mais claramente na consciência, e na cabeça dos trabalhadores está mais claro que é: diante do controle, mesmo que precário, frágil da fábrica, porque os custos são difíceis efetivamente de se ter, porque as máquinas deveriam ter uma produtividade, deveria haver o controle de quanto cada máquina gasta de energia, então é difícil ter o controle preciso de cada coisa, mas no geral se tem. Fruto disso daí, desde o começo, com essa primeira atividade que a gente fez, construiu-se a discussão que era a seguinte: **quem ficava com o dinheiro da fábrica era a CPFL e as donas da matéria prima. Isso na verdade é o início de uma compreensão do conjunto da necessidade se organizar politicamente todo o conjunto da economia.** Porque tanto os bancos, com os juros, como quem vende as matérias primas e a energia elétrica, que se é obrigado é ter isso tudo. Mesmo o banco que você precisa ter o capital para financiar e a matéria prima (e a energia também é uma matéria prima) que você é obrigado a ter (Entrevista com Coordenador do Conselho de Fábrica – Campinas/SP, 21/05/2006).

Eis o cerne da questão que está sendo discutido: a condução das fábricas não se limita à esfera econômica do mercado mas, para além da simples manutenção do emprego, principalmente à esfera política da luta de classes. Dito de outra maneira, a manutenção dos empregos e dos direitos desses trabalhadores não se resolve imediatamente no âmbito da fábrica, mas no conjunto de lutas em que estão inseridos os outros trabalhadores brasileiros.

Mostrar como essas lutas gerais dos trabalhadores se refletem no interior da Flaskô é o elemento particular do processo que envolve tantos outros trabalhadores no embate do seu cotidiano. As dificuldades enfrentadas pelos

¹⁰ Boletim que Convoca para a Pré-Conferência Regional de Sumaré/Campinas em defesa do emprego, dos direitos, da reforma agrária e do parque fabril brasileiro. Sumaré, 18 nov. 2003.

operários da Flaskô é tão somente uma característica localizada de uma situação geral na qual a classe trabalhadora brasileira se encontra.

É interessante notar como é difícil a compreensão dessa situação no chão de fábrica. No primeiro ano de ocupação, o reajuste salarial reivindicado pela categoria através do Sindicato dos Químicos de Campinas e Região era de 16%. Na fábrica o reajuste dado foi de 20%, segundo depoimento dos trabalhadores.

Num primeiro momento da ocupação havia uma certa euforia dos trabalhadores em relação às possibilidades que estavam colocadas frente a eles, pois não havia mais patrão e, assim, teoricamente poderiam fazer o que quisessem no chão de fábrica como, por exemplo, dar um aumento salarial muito acima da média do mercado ou outras que destoavam da realidade. Mas com o decorrer dos acontecimentos no interior da fábrica, percebeu-se que não havia alterações substantivas quanto ao funcionamento da fábrica, mesmo não havendo mais proprietário para ditar as ordens da produção.

Aqui funciona com uma hierarquia normal. Funciona como qualquer outra empresa. Se você for olhar pela mesma pirâmide: tem o administrador, tem alguém que cuida do financeiro, que cuida do comercial, tem alguém que é coordenador da fábrica, tem o coordenador de logística, tem o pessoal de compras, tem uma telefonista, tem o sistema de RH, então cada um cuida de suas coisas aqui. Para a fábrica poder gerir e ir funcionando, mas dono, não (Entrevista com Funcionária do Setor Financeiro, Sumaré, 27/03/2007).

Eu não me sinto dono porque eu sei que o prédio não é nosso. Mas na parte do trabalho nós somos responsáveis. Eu sou responsável pelo que eu faço. Eu não me sinto dono de coisa alguma, mas sou responsável pelo que eu faço (Entrevista com Trabalhador do Setor de Manutenção, Sumaré/SP, 26/03/2007)

Como estão submetidos ao mercado, esses “ganhos” inviabilizariam a continuidade da produção e levaria todos trabalhadores da Flaskô ao desemprego. Além disso, para que haja continuidade da produção é preciso pensar o que acontece no mercado, com toda a sua dinâmica contemporânea de reestruturação produtiva, bem como no contexto da luta de classes, no qual se insere a fábrica ora conduzida pelos trabalhadores.

Começou haver disputas dentro da fábrica de como organizar o controle efetivo da produção e que a produção também deveria estar submetida à luta política que a gente desenvolvia (o conjunto dos trabalhadores das

três fábricas) que era a luta pela estatização e responsabilização do governo em salvar os empregos dessas fábricas. (...) Mas isso, no ponto de vista da maioria do Conselho da Fábrica, tanto na Flaskô quanto nas outras fábricas, significava inclusive, submeter a produção, à necessidade de produção que é a necessidade de vender os produtos para faturar e pagar os salários e os direitos, à luta política. Isso se expressava em algumas divergências, por exemplo, se na hora da conferência a gente ia parar a fábrica e todos os trabalhadores irem para a luta política ou se não, deveria manter-se a produção e não fazer a luta política. (Entrevista com Coordenador do Conselho de Fábrica – Campinas/SP, 21/05/2006).

A restrição da produção à esfera econômica pode levar a fábrica ao fechamento. Se for feito um exercício de imaginação, no qual a gestão dos trabalhadores fosse numa empresa sem dívidas, com maquinário moderno e grande capital de giro¹¹. As dificuldades que os operários encontrariam seriam de menores proporções, levando-os a restringir suas ações às contradições do mercado. Porém, no momento atual da crise do capital, a situação das fábricas ocupadas pelos trabalhadores (tanto as que lutam pela estatização quanto as que se tornaram cooperativas) é ainda mais grave. O cerceamento da condução das fábricas ao campo econômico é um limitador sério à continuidade da produção devido à severa instabilidade do mercado.

As discussões na Flaskô giram em torno de como a participação dos trabalhadores nas lutas cotidianas, tanto na produção do chão de fábrica, passando pelas assembléias sindicais até as marchas da campanha pela estatização. A opinião do Conselho de Fábrica é a de parar a produção para participar, por exemplo, de uma assembléia do Sindicato dos Químicos ou de uma manifestação contra o leilão de uma máquina no fórum de Sumaré. Em outras palavras, o Conselho de Fábrica assume a luta política além dos limites econômicos de caráter defensivo proposto pelo movimento cooperativista:

Se um trabalhador daquele turno quiser ir lá, mesmo que se tire um delegado, e tem que ser um só, ele tem que sair e a produção vai ter que ser prejudicada naquele momento. Porque é mais importante o desenvolvimento da luta política, do que em um dia duas, três horas de trabalho (Entrevista com Coordenador do Conselho de Fábrica – Campinas/SP, 21/05/2006).

¹¹ Essa situação é hipotética pois, o que em geral acontece com as fábricas que entram em falência e que são assumidas pelos trabalhadores é exatamente o contrário.

É nesse embate cotidiano dos aspectos econômicos e políticos do mundo contemporâneo que pode nascer uma consciência que leve o trabalhador à compreensão de suas perspectivas. Somente por meio de ações, métodos ou procedimentos próprios dos trabalhadores na luta de classes é possível garantir a continuidade dos empregos e manutenção da construção de sua consciência.

Na Flaskô como na Cipla e Interfibra os bens estão penhorados, desde o terreno, passando pelo maquinário e indo até mesmo parcelas do faturamento . É recorrente aparecer nas fábricas oficiais de justiça, acompanhados de policiais para cumprir sentenças em relação a esta situação. Segundo o jornal A Notícia, de Joinville “Policiais federais e militares, incluindo o Grupo de Respostas Táticas (GRT), entraram na empresa por volta das 15 horas para fazer cumprir a ordem expedida pelo juiz federal Leonardo Castanho Mendes de remover uma máquina do local”¹². Além de lançarem gás de pimenta nos operários, os policiais ameaçavam-nos, no mínimo tacitamente, devido o porte das suas armas. Contudo, a ordem judicial não foi cumprida, pois os trabalhadores da Cipla bloquearam a entrada dos policiais, impedindo que a máquina fosse retirada da fábrica.

Essa situação de penhora de maquinário e leilões devido às execuções judiciais é recorrente na Flaskô. O montante devido pela Flaskô em dividendos trabalhistas chega a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Em março de 2007, o setor jurídico da empresa elaborou um relatório para compilar e elucidar a situação de pendências judiciais que se encontrava. De um total de 170 processos trabalhistas, 140 são diretamente ligados à Flaskô¹³. Em agosto de 2006, e depois de negociações feitas com a justiça do trabalho de Sumaré, foi feito um acordo em que as execuções dos processos trabalhistas foram parcialmente unificadas, perfazendo um total de 110 processos aglutinados. Nesse acordo, 1% do

¹² Jornal A NOTICIA, 06/10/2004

¹³ Em 1996, a Flaskô incorporou outras empresas do mesmo grupo, como a Fábrica Brakofix. Este, bem como todos os demais dados apresentados nessa dissertação, referentes a processos e questões jurídicas da empresa, foram fornecidos pela assessoria jurídica da Flaskô.

faturamento mensal da empresa seria pago e os créditos definidos pela justiça. Contudo, ainda há cerca de 60 processos que não foram juntados ao acordo, cabendo, portanto, as execuções desses processos trabalhistas contra a empresa.

Além de trabalhistas, há também os processos de natureza tributária, grande parte referentes ao ICMS. Em julho de 2006 a dívida ativa da empresa estava na ordem R\$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais), além das dívidas junto ao INSS e ao fisco municipal. São cerca de 250 processos dos quais 170 referem-se diretamente à Flaskô. Para se ter um exemplo da importância disso, somente em uma das ações há uma real possibilidade de que 20% do faturamento da empresa seja penhorado. Para tentar solucionar essa e outras questões, estão em curso negociações com a Procuradoria do Estado para tentar fechar um acordo similar ao que foi feito com a justiça do trabalho, ou seja, fazer a unificação das execuções tributárias.

Não bastassem os processos trabalhistas e tributários, há ainda cerca de 80 processos cíveis contra a empresa, dos quais 50 são ligados diretamente a Flaskô. Esses processos, na sua grande maioria, são de pequeno valor em dinheiro e, em geral, têm sido resolvidos, através de pequenos acordos realizados, inclusive extrajudicialmente.

Contudo, cabe ressaltar a disputa judicial contra a Braskem¹⁴, multinacional do setor petroquímico do Grupo Odebrecht. O antigo proprietário havia feito um acordo com a multinacional para pagamentos de dívidas, penhorando a principal máquina da empresa, uma injetora Mauser. Era uma dívida de três milhões e a máquina foi entregue como pagamento, em 1996. A Braskem se comprometeu a mandar matéria prima para mesma máquina continuar produzindo até a quitação da dívida.

Mas, na verdade, os gerentes e os donos (vários gerentes executivos da Braskem) fizeram um acordo que eles enviaram toda a matéria prima e nunca se pagou a Braskem Um lance de corrupção dentro de uma

¹⁴ A Braskem é uma empresa controlada pelo grupo Odebrecht, que tem o monopólio da venda de polietileno no Brasil, matéria prima que é usada na Flaskô. É uma empresa que foi montada por um consórcio do Grupo Odebrecht, a Previ e da Petros no processo de privatização que o governo Fernando Henrique Cardoso fez do setor petroquímico.

grande empresa brasileira privada. Isso gerou uma dívida de quase 40 milhões de reais. A Braskem foi cobrar e ganhou no final do ano passado uma autorização na justiça para retirar a máquina que era dela que o dono da Flaskô tinha entregue. (Entrevista com Coordenador do Conselho de Fábrica – Campinas/SP, 21/05/2006).

Com a ocupação, as dívidas não foram quitadas, havendo uma execução da dívida que obrigava a Flaskô a pagar o valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Segundo os trabalhadores foi um dos momentos mais difíceis da ocupação. De acordo com os operários, a saída da máquina da empresa inviabilizaria a produção e a continuidade da luta na Flaskô. Assim, o próximo passo na luta foi a uma campanha de denúncia contra a Braskem, que retirou a negociação da esfera judiciária passando-a diretamente aos trabalhadores.

O juiz que autorizou a saída da máquina disse em sua sentença que a Flaskô 'no mercado é totalmente inviável. Já devia há muito ter fechado as portas, antes de aumentar o débito junto ao mercado financeiro. Sua permanência, ao que tudo indica, é muito mais desastrosa do que socialmente aceitável'. [Contudo, prossegue o boletim] a retirada da máquina significa paramos de produzir (BOLETIM, 2005).¹⁵

Depois de algumas tentativas ocorreu uma reunião dos trabalhadores da Flaskô com a presidência da multinacional. Entretanto, o único acordo proposto pela Braskem foi o parcelamento da dívida em três anos ou a retirada da máquina.

Eu saí da mesa de negociação dizendo que a gente ia explodir a máquina. Vamos continuar produzindo até uma hora antes. Se vocês tentarem tirar a máquina de lá vai demorar dois três dias porque a máquina é gigante, enquanto isso a gente vai atear fogo na máquina, fiquem sabendo (Entrevista com Coordenador do Conselho de Fábrica – Campinas/SP, 21/05/2006).

Mais uma vez parecer prevalecer a perspectiva da luta de classes, já que os trabalhadores conseguiram articular o processo de resistência para que não fosse cumprida a ordem judicial da maneira que fora previamente definida, levando a negociação para o campo do combate através da ação direta. Desta maneira, conseguiram dar continuidade ao processo de luta que vêm

¹⁵ Nossos empregos estão ameaçados. Boletim Especial Fábricas Ocupadas – Multinacional ameaça empregos na Flaskô, nov.2005.

empreendendo desde 2003, articulando os diversos meios de lutas possíveis para garantir a continuidade de seus postos de trabalho e direitos.

Uma coisa é a gente impor uma negociação, porque a gente sabe que quem sai ganhando é a gente. Quando a gente pede em dez anos e consegue o que a gente quer é uma vitória. Mas se você aceita entregar alguma coisa é o resultado de uma derrota é o começo da derrota. Então a decisão nossa é que não saía de jeito nenhum a máquina. Ou a gente ia tirá-la de lá ou a gente ia atear fogo na máquina. Tinha trabalhador que estava desesperado, pois a gente tomou essa decisão na assembléia: **1) que a gente ia até o fim; 2) quem são os responsáveis para atear fogo na máquina. Organizamos isso tudo.** Essa a assembléia foi a assembléia do desespero. A gente conseguiu aprovar essas coisas todas com a consciência que os trabalhadores tinham conseguido porque a gente estava de pé nesses três anos. Se isso tivesse acontecido nos três primeiros meses, aqui talvez tivesse fechado. Porque a Cipla tem uma particularidade que foi o resultado da vitória da greve. Aqui não foi isso (Entrevista com Coordenador do Conselho de Fábrica – Campinas/SP, 21/05/2006).

O novo acordo entre a Flaskô e a Braskem foi firmado depois da grande resistência que os trabalhadores tiveram em cumprir a determinação judicial. De acordo com relatório da assessoria jurídica da Flaskô, com o acordo firmado com a multinacional, cumprido desde fevereiro de 2006, deveria ser realizado o pagamento de uma prestação de 0,5% do faturamento mensal da empresa, com a cessão da máquina Mauser à Flaskô por um período de cem anos. Além disso, há um período de carência de dez anos na qual acontece o empréstimo da máquina por esse período, independentemente do pagamento regular da prestação acordada.

O que de importante deve ser ressaltado desse acordo não é seu cumprimento em cem anos ou o valor combinado, mas a maneira pela qual foi conquistado: o não cumprimento de uma determinação judicial e a assinatura de novo acordo nos termos que os operários impuseram. Em outras palavras, a ação direta dos trabalhadores, como método próprio da classe, permitiu que os operários da fábrica dessem continuidade à suas jornadas.

Esse levantamento do relatório jurídico sobre os processos respondidos pela Flaskô permite dimensionar a realidade jurídica na qual a empresa está

inserida: são cerca de 500 processos, com uma dívida superior a R\$81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais).

Além das dívidas cobradas judicialmente, um fantasma ronda sempre a fábrica: a CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz). São recorrentes os momentos em que a concessionária de energia elétrica cobra as contas atrasadas. Desde a ocupação em junho de 2003 a pressão imposta sobre os trabalhadores pela CPFL para pagamento das antigas contas é uma rotina, pois os antigos proprietários, de acordo com os operários, deixaram duas contas sem quitação. Com isso, há iminência constante do corte do fornecimento de energia elétrica. Destarte, as campanhas pela manutenção do fornecimento também são corriqueiras. Em setembro de 2005 o jornal da Flaskô insistia que

Com a mobilização e luta, os trabalhadores da Flaskô, fábrica do setor plásticos em Sumaré (SP), conseguiram durante o último mês de fevereiro, barrar um corte de energia elétrica, que havia sido programado, na ocasião pela CPFL (A LUTA..., 2005).

Em dezembro de 2006, a CPFL novamente tentou efetuar o desligamento da energia elétrica. Mais uma vez os trabalhadores usaram dos meios de que dispunham para impedir o corte. De imediato, cercaram o poste instalado em frente à empresa, impedindo que os funcionários da CPFL realizassem o corte. Em seguida, começaram mais uma campanha para que fosse mantido o fornecimento de energia. E, mais uma vez, conseguiram contornar a situação. Em carta pública, o Conselho de Fábrica da Flaskô relata o apoio necessário para que a empresa mantivesse a produção

Assim, depois de uma tremenda pressão feita pela CPFL, a Flaskô conseguiu, graças ao apoio de todos os movimentos sociais, entidades, parlamentares e sindicatos que enviaram moções e cartas, além de alguns telefonemas, seja do Brasil como do exterior, renegociar o parcelamento da dívida existente relativo à época dos antigos patrões (CARTA..., 2007).¹⁶

Este acordo fechado com a concessionária de energia determina que a Flaskô pague 24 parcelas, a partir de fevereiro de 2007, de cerca de R\$20.000,00

¹⁶ Carta de agradecimento dos trabalhadores da Flaskô aos apoiadores na negociação feita com a CPFL. Sumaré, 17 jan. 2007. Disponível em: <http://flasko.blogspot.com/2007_01_01_archive.html>. Acesso em: 31 abr. 2007.

(vinte mil reais), referentes ao antigo débito de R\$300.000,00. Contudo, como a situação financeira da empresa é muito precária, o acordo não foi cumprido e a CPFL ameaça novamente encerrar o fornecimento de energia¹⁷.

É explícito que a situação financeira da empresa é bastante delicada. Para contornar essa situação, os trabalhadores da Flaskô, das outras fábricas ocupadas e de outros movimentos populares estão promovendo uma campanha na tentativa de conseguir um empréstimo junto ao BNDES, uma vez que não há possibilidade de crédito junto a qualquer outra instituição financeira. Em 10 de abril de 2007, foi realizada uma manifestação em frente ao escritório do banco na cidade de São Paulo, pois, segundo os operários, os antigos proprietários inviabilizaram as empresas devido à falta de cumprimento de vários pagamentos no mercado.

Lembrando que não temos o nome limpo, temos dívidas com o governo, com a previdência e diversas outras questões que nos impediria de ter um financiamento, ou seja, só na marra, com muita mobilização. Estamos “carecas” de saber que somente nós não temos força para fazer essa luta, por isso, decidimos nos juntar com Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados [...] Pois desta vez a idéia é paralisar várias rodovias do Brasil, ocupar várias terras para plantar, montar piquetes nas sedes do BNDES, diversas outras manifestações pacíficas em vários lugares ao mesmo tempo (VAMOS..., 2007)

Os problemas financeiros da empresa foram agravados no final de 2006, quando um ex-funcionário do setor administrativo, numa tentativa de gerir apenas administrativamente a crise em que a empresa se encontra, prejudicou ainda mais a situação da fábrica. A desconfiança entre os operários com menores salários, como os de chão de fábrica, em relação ao setor administrativo aumentou bastante devido às dificuldades que foram geradas. Dentre todos os problemas, o atraso e o parcelamento de salários foram os mais imediatos.

Porque do jeito que ele administrou eu também administro, pra fazer isso aí. Administrar para o meu lado eu também sei fazer(...)
Uns peixes que nadam em águas melhores, sabe? Eu não eu não entro nesse cardume. Eu só fico na lagoa. Sou peixe pequeno. Igual parcelar salário. Pessoas que ganham R\$4500,00. Todos ganham R\$500,00 na

¹⁷ A possibilidade de corte foi levantada novamente em maio de 2007. Conferir o diário da ocupação disponível em: <<http://flasko.blogspot.com>>.

primeira parcela. Na segunda, todos mais R\$500,00. Eu, por exemplo, já não ganho os 500 todos. É quatrocentos e tanto. Então quem ganha R\$4500,00, R\$3500,00 recebe no final do mês. Os 500 é pra tomar cerveja (Entrevista com funcionário do Setor de Segurança – Sumaré/SP, 03/04/2007).

Com a quase impossibilidade de conseguir crédito no mercado devido à inadimplência promovida pelos antigos proprietários, lançaram mão de um expediente muito comum no comércio: a emissão de fatura¹⁸, com o adiantamento feito através de *factoring*¹⁹, recebendo, dessa maneira o valor da fatura com deságio. Esse procedimento, comum entre as pequenas e médias empresas, bem como no comércio internacional, transformou-se num elemento central de gestão financeira da fábrica. Porém, essas transações eram realizadas com base em “notas frias”, isto é, o mecanismo de crédito era previamente combinado de modo informal, mas em confiança, entre a empresa fornecedora (a Flaskô) e o suposto cliente (geralmente, uma empresa que, de fato, fosse cliente e cujos proprietários ou gerentes permitissem ceder a razão social da mesma à operação), como se a venda tivesse sido realizada e a mercadoria entregue. Obviamente, a Flaskô se responsabilizaria pelo pagamento da fatura na data de vencimento sem ônus para a empresa “compradora”.

Durante algum tempo, a utilização dessa prática, consentida pelo Conselho de Fábrica, obteve resultados imediatos de financiamento para o curtíssimo prazo. Porém não foi isso que ocorreu no final do ano de 2006, quando ex-funcionários da administração não combinaram com a empresa que teria o nome emprestado à nota. Em janeiro de 2007, uma “nota fria” foi emitida em nome de um cliente que desconhecia o mecanismo, o que gerou uma situação de

¹⁸ De acordo com Sandroni (1996, p.179), no Dicionário de Administração e Finanças, fatura é um documento contábil que comprova a venda de uma mercadoria ou de um serviço.

¹⁹ Segundo Sandroni (1996, p.176), no Dicionário de Administração e Finanças, *factoring* é definido como “a atividade pela qual uma instituição financeira especializada compra e administra as duplicatas de outras empresas, ou outros títulos a receber, inclusive cheques pré-datados. Com esse sistema, cria-se a possibilidade de uma redução no custo do dinheiro (ou do crédito) das empresas, uma vez que se elimina a intermediação dos bancos nos descontos e duplicatas. Ao mesmo tempo, as empresas passam a ter maior capital de giro, uma vez que as instituições que operam *factoring* adiantam os valores das duplicatas (de 50 a 80%, por exemplo) antes de seus vencimentos, cobrando pelo adiantamento menos do que os bancos, em termos de taxas de juros”.

irritação junto ao mesmo. Além disso, os trabalhadores reputaram-se traídos e desconfiados pelo gerente financeiro e providenciaram seu afastamento da fábrica. O Conselho de Fábrica teve então que negociar todas as faturas em poder da *factoring* e, para isso, a fábrica teve que assumir o compromisso.

Para quem conhece isso chama-se nota fria. O cliente falou, “chegou uma fatura aqui pra mim e eu nunca comprei coisa nenhuma”. Para não criar uma situação criminal, tivemos que recomprar tudo. 'Cancela isso daí!' Só que a *factoring* que comprou as notas para dar o dinheiro para a gente e agora a gente tem que dar o dinheiro para ela. Então virou um rolo de janeiro [2007] para cá (Entrevista com Coordenador do Conselho de Fábrica – Sumaré/SP, 04/04/2007).

Entretanto, a utilização sistemática desse procedimento em condições reais de comercialização cria uma situação de cativo financeiro para a empresa, na medida em que esta necessitará cada vez mais de recorrer ao mecanismo para adquirir capital de giro, tendo, como consequência, a diminuição do lucro devido ao aumento do custo dos encargos financeiros e juros. Em longo prazo, essa prática pode comprometer a sua saúde financeira.

Esse processo de dependência financeira das empresas brasileiras na obtenção capital de giro demonstra a vulnerabilidade das mesmas no contexto do processo de financeirização dos mercados, cada vez mais subordinados ao desempenho de seus departamentos financeiros sobrepostos, muitas vezes, à própria produção²⁰.

No caso da Flaskô, este mecanismo deixa de ser um mero risco ao cativo e à vulnerabilidade financeiros e se agrava, na medida em que a transação é fictícia, ou seja, não há compra e venda de mercadorias, mas apenas uma simulação de negócio para obtenção de crédito imediato junto à *factoring*. Desse modo, além de se sujeitar aos mesmos efeitos da negociação real, a fábrica ainda apresenta uma situação de prejuízo, tendo de assumir a dívida por

²⁰ Sobre a vulnerabilidade dos mercados em nível global, Chesnais (1996) assevera que a riqueza é criada na esfera da produção a partir da combinação social de formas de trabalho humano de diferentes qualificações, mas a esfera financeira é que determina a distribuição da mesma, ao mesmo tempo em que se alimenta da formação do capital fictício, referente à supervalorização dos ativos, e das transferências efetivas para o mercado financeiro.

ela mesma postergada em que incorrem encargos e juros. Em outras palavras, a Flaskô se lança num processo de suicídio financeiro.

Só um milagre. Por causa das dívidas que fizeram. Já tinha dívida. Hoje não adianta falar que é a dívida do passado. A ocupação dobrou ela. Então não pode falar mais do passado não. Pois fala de um e depois não souberam administrar também. Aí piorou a coisa (Entrevista com funcionário do Setor de Segurança – Sumaré/SP, 03/04/2007).

A exígua possibilidade de crédito por meio de um mecanismo comum no mercado torna-se mais complicada para a continuidade da empresa, devido a um procedimento contrário aos interesses gerais dos trabalhadores da fábrica. Se imediatamente a intenção dos ex-funcionários da administração era o pagamento das responsabilidades trabalhistas da fábrica sem parcelamento como décimo terceiro salário, participação nos lucros e resultados, etc., por outro lado essa situação piorou ainda mais a situação financeira da empresa.

A justificativa para que ações de risco como essa acontecesse é a falta de controle efetivo sobre os setores administrativo e financeiro da empresa, naquela época. Segundo os membros do Conselho de Fábrica, depois do planejamento feito em setembro de 2006, havia apenas um acompanhamento informal dos acontecimentos destas áreas da empresa, pois não era realizado um acompanhamento sistemático da movimentação das notas.

Não tem como você e os trabalhadores controlarem tudo diretamente. Tem uma pessoa que fica com o papel na mão. Tem que ter alguém de confiança ali. Hoje a decisão nossa é que não passa nada aí dentro sem eu autorizar. Decisão aprovada na assembléia de dois de março [2007]. **O que inclusive o pessoal da administração é contra.** Se eu não estiver aí ninguém paga nada (Entrevista com Coordenador do Conselho de Fábrica – Sumaré/SP, 04/04/2007).

Os problemas decorrentes da penúria financeira que a fábrica se encontra têm acompanhado o cotidiano da Flaskô. A pressão econômica sofrida se propaga nas relações que os trabalhadores têm com os caminhos da empresa. De maneira geral, são ações e impressões desenvolvidas de forma espontânea, sem a preocupação de se transformar em uma reivindicação organizada e generalizada no interior da fábrica. Dito de outra maneira, não há uma oposição organizada por meio de um grupo de trabalhadores aos posicionamentos do

Conselho de Fábrica²¹. Apesar de não ser um confronto direto com o Conselho, é provável que essa insatisfação se reflita na maioria da opinião dos operários.

Os descontentamentos dos operários passam, em geral, pelo plano material, pelas condições de trabalho e pelos baixos salários, restringindo-se a direção dos trabalhadores da fábrica apenas a mostrar como se comportam as contas da empresa. Como se tem observado, não há como fazer grandes investimentos para a melhoria da infraestrutura da Flaskô, nem mesmo como atender a todas as reivindicações que os trabalhadores se predispõem a fazer.

Há dois três anos eles fizeram um enquadramento de salários e no meu salário não foi mexido. E mais, tem ferramenta que falta, que a gente pede, que não vem que não chega. Então ficamos descontentes por esse motivo, pois os próprios trabalhadores não enxergam o lado da gente (Entrevista com Trabalhador do Setor de Manutenção, Sumaré/SP, 26/03/2007).

É interessante notar como se dá o processo de resistência no interior da fábrica. Ao perceber a impossibilidade de melhoria nas condições gerais laborais, os mecanismos utilizados pelos trabalhadores introduzem ferramentas clássicas de boicote ao processo de trabalho próprias do movimento operário, seja em fábrica conduzida por capitalistas, seja na fábrica ocupada e conduzida por esses mesmos trabalhadores.

E eu estou trabalhando, só que estou trabalhando em um ritmo mais devagar, não estou fazendo aquele desempenho que eu fazia porque eu não tive valor aqui dentro pelos meus colegas de serviço. Eu acho que se tivesse patrão eu reconheceria o erro, mas era uma coisa que é patrão, é dono (Entrevista com Trabalhador do Setor de Manutenção, Sumaré/SP, 26/03/2007).

O depoimento do trabalhador da manutenção expõe duas opiniões distintas e até contraditórias sobre o mesmo assunto, pois, ao mesmo tempo em que reconhece a impossibilidade de melhoria nas condições de trabalho devido ao impedimento de aumento de salário, ele admite que a Flaskô seja uma fábrica

²¹ O Conselho de Fábrica é eleito anualmente pela assembléia geral dos trabalhadores da Flaskô, sendo composto por operários dos três turnos da fábrica, podendo ter o mandato revogado a qualquer momento. O Conselho se reúne ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente de acordo com as demandas surgidas pela situações que se colocam à empresa.

onde os trabalhadores têm um salário razoável, comparativamente às fábricas de Sumaré.

Essa fábrica aqui é uma das que pagam melhor na região aqui. Inclusive o salário de porteiro bate o recorde de salário do estado inteiro. Então o segurança ganha melhor que em todo lugar aí... E aqui não tem nada de terceirizado (Entrevista com Trabalhador do Setor de Manutenção, Sumaré/SP, 26/03/2007)

A subjetividade operária é bastante complexa para haver uma explicação definitiva para essa situação, mas a importância de se elaborar uma resposta para tal acontecimento, não raras vezes, da compreensão superficial do processo em que a fábrica se encontra. A insatisfação advinda de sua posição de classe no processo de produção, coadunada com a reificação²² a que é submetido tendem a levá-lo a admitir dois diagnósticos opostos sobre sua condição dentro da empresa.

Depois que a fábrica foi ocupada, eu fui para o outro lado, e pensei “agora vai melhorar para mim também”. Mas foi o caso contrário, para mim não melhorou nada a respeito da minha qualidade de meu serviço aqui dentro, do que eu faço, do que eu sei fazer, né? Eu não tive valor, eu não fui valorizado por isso. Isso aí eu já falei várias vezes em Conselho (Entrevista com Trabalhador do Setor de Manutenção, Sumaré/SP, 26/03/2007).

Não é somente o setor de base da Flaskô que a precariedade do cotidiano atinge. Outra situação importante que mostra como a situação financeira débil atua diretamente em todas as esferas da empresa e nas relações entre os funcionários: devido ao parcelamento salarial da fábrica desde janeiro de 2007, os cargos com remunerações mais elevadas, geralmente as funções de supervisão, têm o salário atrasado e até mesmo acumulado para pagamentos futuros.

Essa situação gerou um acontecimento interessante em um turno da fábrica. Os encarregados de produção paralisaram a fabricação e convocaram os operários para uma assembléia de um turno, que tinha como ponto de pauta o

²² Coisificação. De acordo com o Bottomore (1997, p. 315) no Dicionário do Pensamento Marxista, reificação significa “a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um “caso especial” de ALIENAÇÃO, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista.” Sobre reificação Cf. Lukács (1974)

atraso dos salários, com um indicativo de greve, para pressionar o Conselho de Fábrica ao reordenamento dos pagamentos dos salários atrasados. A reação dos funcionários da produção foi de estranhamento e rechaço à paralisação da produção, já que, mesmo parcelados, seus salários estavam em dia. Como o andamento dessa assembléia convocada pelos encarregados de produção, os operários tomaram conhecimento da motivação para a interrupção momentânea do trabalho. Dessa maneira os trabalhadores da produção não aceitaram o argumento de haver atrasos e parcelamento de salários feito pelos seus supervisores, explicando que a situação era comum a todos da fábrica, retomando o trabalho na linha de produção.

É interessante notar que os operários não aceitaram e opuseram-se à posição dos supervisores de produção que, na hierarquia da fábrica, são os que ditam o ritmo da produção. Essa tensão entre os trabalhadores da fábrica também acontece em outras circunstâncias no cotidiano de trabalho. O sentimento de desconfiança em relação à direção da fábrica pode ser verificado na fala de um dos funcionários:

Todos que vieram lá do sul para comandar aqui, jogaram a fábrica mais para baixo. Quando eles vêm, a gente tem aquela esperança “vai dar certo”(…) Arruma uma pessoa por aqui que administre. Porque do jeito que ele administrou eu também administro, pra fazer isso aí. Administrar para o meu lado eu também sei fazer. A Flaskô é ótima, mas eles não souberam administrar. O grupo [do sul] não soube administrar para o bem estar da empresa, dos trabalhadores. Soube administrar para eles mesmos (Entrevista com funcionário do Setor de Segurança – Sumaré/SP, 03/04/2007).

Segundo os funcionários da empresa, os problemas da fábrica viriam todos do sul, ao comparar as ações dos funcionários do período anterior à ocupação, quando a mesma ainda era conduzida pelos gerentes designados pelo antigo proprietário, que foi um dos motivadores para o abandono da fábrica devido a uma possível gestão fraudulenta. Essa situação de divergências entre os funcionários é importante para compreender como se apresenta o processo de direção da empresa pelos trabalhadores.

A condução da fábrica preponderando à esfera econômica parece ser uma tendência que os funcionários da administração costumam adotar. Apesar de reconhecerem a importância das campanhas e mobilizações impulsionadas pelo Conselho de Fábrica, eles acreditam que os problemas podem ser resolvidos, mesmo que com maior esforço, apenas sob a ação do mercado. Essa convicção tem no caso da CPFL um exemplo apropriado, que pode ser verificado no depoimento da funcionária do setor financeiro: quando indagado se o problema poderia ser resolvido sem a interferência do Conselho de Fábrica a resposta foi positiva:

Acho que sim, porque a gente sempre **teve um bom relacionamento. A gente ia sofrer muito mais, pra conseguir talvez alguma coisa.** Porque brigar com o diretor, chamar para conversar, envolver, com eles [Conselho de Fábrica] fica muito mais fácil. Isso é verdade. Foram envolvidas a partes influentes que nós não temos acesso e que eles têm. Senador, prefeito, deputado, fica muito mais fácil.

A parte política é para as situações, como essa por exemplo. Sempre tivemos um **bom relacionamento** com a CPFL, **sempre conseguimos resolver tudo.** Aí chegou a uma situação que eles não queriam mais, porque, até quando eles vão perdoar a Flaskô e mais dois gatos pingados? O que eles querem? Que nós tomemos uma atitude, tipo, vocês têm que resolver o problema de vocês. Não é possível que pra sempre vocês vão precisar desse prazo. Vocês têm que resolver o problema. A situação ficou insustentável. A parte política tem um ótimo relacionamento, acredito, com CPFL também (Entrevista com Funcionária do Setor Financeiro, Sumaré, 27/03/2007).

Como a empresa se encontra em uma situação financeira verdadeiramente precária, a importância das saídas articuladas fora do mercado ganha preponderância vital para a continuidade da fábrica. Entretanto, não é a única maneira de conduzir a empresa, já que, inserida no mundo concorrencial, precisa lidar com os mecanismos que o mercado lhe impõe. Nesse sentido, parece haver dois elementos que se apresentam interdependentes: as saídas políticas para a crise da empresa e com conduções cotidianas de mercado.

Então, aqui, dizem na fábrica que se não fosse a parte política, a fábrica estaria fechada. Não! Eu acho que ela tem um peso de 50% e 50% de outros itens. Se não fosse o bom relacionamento, pois demos o cano no mundo inteiro. De produtos e de não pagamentos. Em várias situações. Se não fosse o bom relacionamento e o nome de algumas pessoas, não conseguiríamos vender novamente para eles, porque eles deram uma segunda chance para nós. E alguns, alguns não, diversos fornecedores esqueceram a dívida passada e continuaram a fornecer.

No caso que eu tenho acompanhado das fábricas ocupadas, acho que a política é primordial, mas acho que não é só como muitas pessoas dizem. “Ah, é só devido à mobilização, só devido à política!” Negativo. Você tem que ter um bom relacionamento, você tem que ter o nome de alguns funcionários que são antigos na fábrica (Entrevista com Funcionária do Setor Financeiro – Sumaré/SP, 27/03/2007).

É certo que a empresa não conseguiria permanecer no mercado sem recorrer a práticas que escapam às amarras estritamente mercadológicas. São exemplos dessas ações o não cumprimento de execuções judiciais, bem como impedimento de leilões, a intervenção de movimentos sociais e parlamentares em negociações em contas pendentes, a transação com o governo venezuelano, as diversas campanhas promovidas pelos trabalhadores. Esses mecanismos acontecem para que a fábrica continue aberta e permaneça no mercado. Assim, ao apontar que a empresa está inserida no mundo, precisando lidar tanto com aspectos de mercado quanto com questões políticas, pode-se ter a impressão de que, apesar de serem complementares, essas duas esferas não são contraditórias.

Por um lado, essa tensão define a permanência dos operários no seu cotidiano de trabalho, garantindo sua continuidade nas formas do possível num mercado em que os trabalhadores tornam-se cada vez mais dispensáveis, aumentando continuamente o exército de reserva. Por outro lado, a falta de estabilidade é uma ameaça constante aos seus meios de subsistência, gerando insegurança na vida do trabalhador e indeterminando a sua reprodução física. Essa instabilidade gerada pela luta de permanência no mercado ascende-se como um elemento explosivo no processo de histórico presente.

Essa tensão pode ser percebida em outro exemplo como a busca de soluções externas ao mercado que tentam dar prosseguimento à jornada dos trabalhadores na manutenção da Flaskô, bem como a Cipla e a Interfibra. O jornal Valor, do dia 17 de janeiro de 2007, traz na primeira página do periódico a reportagem com o título “Chávez apóia operários no Brasil”, relatando o intercâmbio que as fábricas recuperadas brasileiras havia realizado com o governo venezuelano. Em outubro de 2005, durante o Encontro de Pan-Americano de

Fábricas Recuperadas, ocorrido em Caracas, foi firmado um acordo de cooperação entre os trabalhadores das fábricas ocupadas e o governo venezuelano, representado pela Pequiven Petroquímica Venezuelana. Nesse acordo está previsto a assessoramento técnico de trabalhadores das empresas ocupadas para a implantação de plantas fabris na Venezuela. São fábricas que produzem perfis de PVC para construção de casas²³ populares, a chamada Petrocasa. Em contrapartida, a empresa venezuelana deve enviar polietileno de alta densidade para as três fábricas ocupadas brasileiras.

A negociação entre a Cipla/Interfibra e a Pequiven Petroquímica Venezuelana foi a única feita em público, ao final do Encontro. No acordo, a Pequiven venderá matéria prima para as fábricas brasileiras, ao mesmo tempo em que essas transferem tecnologia para a construção de uma planta fabril na Venezuela (FÁBRICAS..., 2005, p. 4).

Se por um lado, esse convênio entre o governo da Venezuela e os trabalhadores das fábricas ocupadas foi um elemento que possibilitou uma vantagem financeira para a manutenção da produção, por outro, foi causador de uma crise na principal corrente política de tradição trotskysta que dirige a fábrica. Houve um desacordo entre os militantes no interior da corrente *O Trabalho*²⁴, que é uma tendência interna do Partido dos Trabalhadores (PT).

Essas divergências no interior da corrente do PT se manifestaram essencialmente em relação a dois fatores: 1) a caracterização do governo venezuelano de Hugo Chávez e as maneiras de lidar com ele; 2) quanto a posição que os trabalhadores devem tomar na condução das fábricas em processo falimentar. Dessas discordâncias aconteceu uma divisão na corrente, surgindo assim uma nova tendência interna também trotskysta, a Esquerda Marxista do PT. Os militantes desta tendência são os responsáveis pela direção que esse

²³ As casas de PVC são formadas por colunas ocas de PVC auto-encaixáveis, preenchidas com concreto leve. Além do menor custo, uma casa pode ser montada em cerca de uma semana. Informações obtidas a partir de entrevistas com trabalhadores da Cipla em Joinville.

²⁴ Para maiores detalhes sobre a corrente *O trabalho* Cf. Guerrero Gutierrez (2004).

movimento de fábricas ocupadas tomou, dentre elas a política de estatização como a saída para a manutenção dos empregos das fábricas²⁵.

Para dar continuidade à produção, mesmo que de maneira precária, e à peleja pela estatização da fábrica na defesa dos empregos com os direitos garantidos seria preciso ampliar a luta além dos limites da Flaskô. Nessa medida, a campanha pela estatização utilizando políticas de mobilização dos operários, tornou-se mais que uma necessidade, uma condição fulcral na luta dos trabalhadores.

1.3 Campanha pela estatização e organização

1.3.1 As políticas de mobilização

Desde 2003 as manifestações em Brasília têm sido um dos principais momentos da campanha que os trabalhadores das três fábricas têm promovido para tentar lograr algum êxito de suas jornadas. Como já exposto na descrição dos fatos ocorridos na história da ocupação da Flaskô, esta foi alavancada com a primeira caravana. Nesta medida, tais movimentos representam uma política de agitação para tentar aglutinar mais colaboradores para a campanha das fábricas.

²⁵ As cisões entre correntes internacionais são sempre muito difíceis de explicar, pois são recheadas de acusações recíprocas, com o agravamento de haver pouco tempo de separação entre as duas organizações o que pode deixar a explicação incompleta. Mas como o tema tem relevância para esclarecer os caminhos que os trabalhadores da Flaskô percorrem, talvez seja interessante ressaltar algumas polêmicas que levaram a tal desacordo. A corrente vinculada ao francês Pierre Lambert, no Brasil representada pela corrente *O Trabalho*, denuncia dirigentes das fábricas ocupadas brasileiras, em especial Serge Goulart, de manter ligações *secretas* com a Corrente Marxista Internacional (CMI), que tem como expoente o inglês Alan Woods. As duas correntes são apoiadoras do presidente da Venezuela Hugo Chavez, mas os lambertistas acusam os trabalhadores hoje ligados a Woods de apoiar a entrada venezuelana no Mercosul, bem como de corroborar com a colaboração de classe através da chamada “co-gestão revolucionária” implementada em algumas fábricas ocupadas daquele país. A CMI nega essas afirmações, apontando que a corrente ligada de Lambert utiliza métodos stalinistas de falsificar a história, além de afirmar que a essa tendência política desconhece os acontecimentos venezuelanos. Para aprofundamento sobre a cisão Cf. Woods (2006).

A política central das convocações para as caravanas, bem como para as outras mobilizações, têm como eixo exigências ao governo Lula que, segundo a organização dos operários das fábricas ocupadas, foi eleito para servir aos trabalhadores e não aos interesses do capital. É possível perceber que essa tese sugere que as massas nas ruas podem forçar a administração federal ir além do que se propôs. Em outras palavras, o movimento entende que o governo do Partido dos Trabalhadores seria ambíguo²⁶ e poderia ser pressionado pela organização popular a modificar o programa pelo qual foi eleito: atendendo, assim, às reivindicações dos trabalhadores e não aos interesses dos conglomerados financeiros e dos grandes industriais e latifundiários como vem fazendo.

Elegemos o governo Lula contra a política de dismantelamento da nação. A força que mostramos derrotando os que saqueiam nosso país e nosso povo, é a força que tem o trabalhador para assumir em suas mãos a defesa dos empregos, dos salários, dos direitos, do parque fabril brasileiro, e a força para exigir que o governo apresente solução para os 1070 empregos da Cipla-Intefibra-Flaskô (FÁBRICA..., 2003).

Se o primeiro mandato não foi suficiente para que as pressões populares levassem o governo a atender as reivindicações dos movimentos sociais, para os trabalhadores das fábricas ocupadas talvez no segundo mandato pudesse ser diferente.

Em 2002, 53 milhões de brasileiros lhe deram um mandato: ter a terra, trabalho, serviços públicos, ter enfim uma nação soberana livre da política submissa ao FMI aplicada pelos governos anteriores (...). Presidente Lula, sobre que base você se dirigirá ao povo trabalhador para pedir um novo mandato? (...) Para dar emprego? Ou continuar satisfazendo o capital financeiro o que levará a destruição do parque fabril brasileiro? (TRABALHADORES, 2006, p. 3).

Além de todas as ações praticadas e evidências durante o primeiro quadriênio do governo Lula que atentaram contra os interesses dos trabalhadores²⁷, a resposta a essas perguntas foram sinalizadas pelo governo diretamente ao movimento das fábricas ocupadas desde o início da campanha dos

²⁶ Segundo Dias (2003, p. 11) muitos militantes do Partidos dos Trabalhadores “sustentam a tese do ‘governo-cabo de guerra’. Lula teria sido seqüestrado pela direita e pelo FMI e teríamos que resgatá-lo, puxá-lo para a esquerda”

²⁷ Essas evidências estão delineadas no segundo capítulo.

operários: “o governo não pode estatizar, mas vamos fazer o que for preciso para salvar esses empregos’, garantiu Lula” (LULA, 2003).

Segundo os trabalhadores das fábricas ocupadas, mais que a escusa de Lula em não fazer uma política defendida pelos trabalhadores brasileiros, o governo que tem promovido ações específicas contra os operários das fábricas ocupadas.

Já se passaram três anos e a única resposta que tivemos foram ações judiciais promovidas pelo próprio governo que cobram dívidas deixadas pelos patrões, promovem leilões do nosso maquinário e ameaçam de prisão nossos dirigentes. **Fruto de nossa primeira caravana a Brasília, o governo formou uma comissão com técnicos do BNDES, BRDE e BADESC que concluiu: As empresas são viáveis**²⁸ (CONVOCATÓRIA..., 2006, p. 4).

É interessante observar nesta última citação o trecho grifado. Se, de fato, sob pressão social o governo pudesse mudar de rumo da política adotada, a veracidade dessa assertiva poderia ser comprovada pela formação de uma comissão dos bancos para análise da situação das fábricas. Pois bem, essa comissão foi concebida e concluiu que as instituições financeiras poderiam transformar o passivo das empresas em ações para os bancos federais e estaduais. Nesse sentido, as políticas de exigência ao governo e de pressão social deveriam continuar e intensificar-se para efetivar a conquista dos trabalhadores.

Desde o primeiro momento o governo Lula recebia a comitiva das fábricas, mesmo não admitindo nem assumindo a reivindicação da estatização. Porém, no final do primeiro mandato a situação já parecia se modificar bastante:

‘Ou põe fim à palavra de ordem “estatização” ou o governo não atenderá os trabalhadores’. Essa foi a proposta do governo para atender a Comissão das Fábricas Ocupadas que esteve em Brasília, dia 18 de julho, acompanhada de 1500 operários e apoiadores (AGOSTINI, 2006, p. 1).

Além de não aceitar a estatização, o governo tem insistido com os trabalhadores das fábricas ocupadas na constituição de uma cooperativa. Entretanto, esse tipo de organização é inaceitável pelos operários das três empresas, “já que ela não garante todos os empregos e direitos”:

²⁸ Grifos nossos

Em 2003, após a audiência com Lula, dois assessores da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) estiveram nas fábricas com uma proposta do governo: A formação de uma cooperativa com a demissão de metade dos funcionários, porque o mundo é cruel. Mas, os operários não aceitam cooperativa, já que ela não garante todos os empregos e direitos. A imposição do governo de cooperativa ou fechamento das empresas tem que parar imediatamente (OPERÁRIOS..., 2006, p. 2).

Em tempos de neoliberalismo, que reitera a necessidade do Estado mínimo, reivindicar estatização parece algo completamente destoante do momento histórico vivido. Nesse sentido, o processo de organização com outros movimentos populares para somar forças à campanha das fábricas tem sido relativamente positivo, se comparado com as primeiras caravanas, no que diz respeito especificamente ao montante de pessoas que tem ido Brasília para exigir a estatização.

Essa bandeira erguida pelos trabalhadores tem como guia a condição desfavorável da classe no interior da economia capitalista e, como elemento central do direito ao trabalho, para que haja emprego duradouro para todos os operários é necessário que aconteça a estatização da fábrica. “É a única perspectiva que permite colocar e manter em primeiro plano a luta para salvar TODOS os empregos dos trabalhadores da fábrica” (BANDEIRA..., 2004).

Eu acho assim. É uma busca pela estatização. Só que olha para a posição do Estado. Não acho certo, mas para eles [Estado] não há motivo para estatizar, porque vai aparecer um milhão de empresas quebradas. E se não for para estatizar, querem uma ajuda do governo. (...) Eles não vão olhar, nunca. O mais PT dos PT que pode existir não vai fazer. Gostaria que fosse, mas não vai. Perdoar a dívida, não vai. Eles sim, da cooperativa, são responsáveis pelas dívidas. Aqui não. **Se eu sair da empresa as dívidas vêm comigo? Não. Se for pra ser cooperativa é melhor ser do jeito que está** (Entrevista com Funcionária do Setor Financeiro – Sumaré/SP, 27/03/2007).

A justificativa para que as empresas possam continuar em funcionamento passa pela defesa dos direitos dos trabalhadores. Assim, a estatização é defendida como a via possível para assegurá-los, em contraposição à alternativa da formação de cooperativas ou de empresas de autogestão, pois, segundo o entendimento dos dirigentes das empresas ocupadas, estes modelos de organização associativa são mecanismos capitalistas de subtrair direitos dos

trabalhadores, na medida em que não garantem empregos e benefícios trabalhistas determinados pela lei em relações formais de trabalho assalariado. Segundo eles, se a opção pela cooperativa fosse aceita, ao entrar estritamente na lógica do mercado e abandonando a luta política, os sócios passariam a competir entre si, rivalizando-se uns contra os outros se desagregando, o que acabaria com a solidariedade de classe.

Numa economia esmagada pelo capital especulativo não há lugar para as empresas cooperativas ou autogestionárias. A Lei do Valor, A Lei da Tendência à Queda da Taxa de Lucro, empurram toda a economia capitalista para o abismo. E a especulação financeira joga aí um papel de acelerador conduzindo todas as empresas ao ataque maciço contra o 'Custo do Trabalho', ou seja, contra os salários e seus custos diretos e indiretos (BANDEIRA..., 2004)

A construção das campanhas pela estatização tem nas cooperativas *solidárias* as principais concorrentes porque estas têm sido a alternativa adotada para tentar reverter a situação problemática e penosa dos trabalhadores de fábricas que têm dificuldades ou daquelas que já estão em situação falimentar.

As cooperativas e as empresas de autogestão são levadas pela lógica da economia a buscar mercados, a competir, a aumentar a sua 'vantagem comparativa', a combater e destruir outras fábricas concorrentes. Ou seja, destruir postos de trabalho de seus próprios irmãos e demitir seus colegas para 'tornar competitiva' a empresa (BANDEIRA..., 2004)

Essa perspectiva em relação às empresas que fecham as portas e que são controladas diretamente pelos trabalhadores é minoritária se comparada ao movimento geral do cooperativismo ou da economia solidária²⁹ que acontece no Brasil. Para ilustrar este campo como majoritário, pode-se citar a ação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) como um dos principais agentes encorajadores de cooperativismo. Dentro da formulação de políticas propositivas, a criação da ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário) juntamente com a Unisol (União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo) do Sindicato dos

²⁹ Segundo seu principal expoente: Singer (2002, p. 10), o termo economia solidária refere-se a "outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica". De acordo com Sandroni (1996), no Brasil, o cooperativismo é regulamentado por leis especiais e subordinado ao Conselho Nacional de Crédito Cooperativo, órgão do Ministério da Agricultura. Esse assunto será retomado e ampliado mais adiante.

Metalúrgicos do ABC, foram os elementos mais importantes para impulsionar o cooperativismo e a autogestão no Brasil (ZARPELON, 2003).

Estas políticas da CUT de promoção das cooperativas como resposta ao desemprego estão entre as ações de requalificação profissional que a central tem adotado. Segundo Welmowicki (2004) um processo em curso desde início da década de 1990 tirou da Central o caráter classista que havia na sua fundação, sendo transformada em uma Central que busca a conciliação de classes e que tem a “sociedade” como fonte de suas defesas. Portanto, as defesas que a CUT promovem se referem à cidadania³⁰ e não mais às conquistas classe trabalhadora.

Apesar de a CUT ser uma das principais promotoras dessa política que é negada pelos trabalhadores das três fábricas, os coordenadores dos Conselhos das empresas ocupadas têm insistido na defesa da Central como a única entidade sindical que realmente pode amparar os interesses da classe.

Exigimos que Lula estatize as fábricas ocupadas para salvar nossos empregos. Fizemos a grande marcha dos trabalhadores sem terra em maio pela Reforma Agrária. Defendemos a independência dos nossos sindicatos. **Defendemos a CUT, contra a reforma sindical e contra sua divisão** (DECLARAÇÃO..., 2005c).³¹

Para que não houvesse isolamento das empresas ocupadas, foi necessário criar um processo de solidariedade em torno das fábricas. Isso se tornou possível por meio da organização de um encontro nacional em defesa do emprego. Impulsionado pela direção das três fábricas, sob a Coordenação dos Conselhos de Fábrica, o movimento tentou reunir os militantes que se dispunham a defender os empregos dos trabalhadores das fábricas que fechavam suas portas e lutavam pela estatização. Para isso, desde 2003, tem sido realizado o “Encontro em defesa do emprego, dos direitos, da reforma agrária e do parque fabril”, assim

³⁰ Existem vários conceitos de cidadania, porém, adotaremos a definição de Welmowicki (2004, p. 28), “cidadania passa a ser uma categoria abstrata, desligada da práxis real e dos conflitos inerentes à sociedade capitalista. Ignora os processos reais que se dão na esfera da produção e da sociedade para falar de um homem abstrato. Portanto, joga um papel de cobertura ideológica, de capa para os conflitos de classe que atravessam essa sociedade.”

³¹ Declaração do Encontro nacional de trabalhadores do campo e da cidade. São Paulo, 4 set. 2005. Grifos nossos.

denominado pelos trabalhadores das fábricas, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pelo Centro dos Direitos Humanos de Joinville – SC.

É importante ressaltar a ausência da CUT nacional na organização do evento, pois como asseverado anteriormente, a Central defende a formação de cooperativas de produção ao invés de lutar pela manutenção e ampliação de direitos dos trabalhadores. Nesse sentido, no entender dos operários, a Central defende formas alternativas que conduzem às condições de trabalho desregulamentadas e que impõe aos trabalhadores elementos que não se orientam pela luta de classes, mas pela conquista da cidadania.

A CUT, como principal central sindical do país, aglutinando a maior parte do movimento operário organizado e, segundo os trabalhadores das fábricas ocupadas, detentora do estatuto de defesa da classe não tem correspondido às suas expectativas. Nesse sentido, a interação com outros movimentos sociais, tanto no Brasil como em países em condições históricas semelhantes, configura-se em experiência imprescindível no avanço da luta pela estatização.

1.3.2 A interação com outros movimentos nacionais e sul-americanos

As dificuldades por que passam os trabalhadores brasileiros não são isoladas no Brasil, mas vivenciadas igualmente por boa parte dos trabalhadores da América Latina. A resposta das três fábricas brasileiras articulada internacionalmente surgiu a partir do primeiro encontro latino americano de fábricas recuperadas em Caracas, na Venezuela. Nesta sessão, serão abordadas as relações com dois países com os quais as três fábricas brasileiras, em especial a Flaskô, têm maior contato e similaridade com o caso em questão, a saber: a Argentina e a Venezuela.

Na medida em que se dá a comunicação e o intercâmbio entre os operários brasileiros das fábricas ocupadas e os trabalhadores que vivenciam realidades semelhantes na América Latina, a luta se amplia além do campo

econômico da mera manutenção do emprego, reivindicando a forma de luta de classes na tentativa de conduzir as ocupações de fábricas à esfera política.

O caso argentino é importante para o movimento de ocupação da Flaskô, estimulando da compreensão do mesmo, na medida em que promove um contato estreito dos trabalhadores das três fábricas ocupadas com o MNER (Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas), principal organizadora de trabalhadores que ocuparam empresas que fechavam ou se encontravam em situação econômica desfavorável. Este movimento argentino que as três fábricas brasileiras têm intercâmbio consegue aglutinar mais de 60 empresas que foram tomadas pelos trabalhadores (FAJN, 2003).

A década de 1990 foi marcada por uma intensa crise e desregulamentação produtiva na Argentina, o que gerou um aumento bastante significativo do desemprego. Dessa forma, desde o colapso da economia argentina em dezembro de 2001, vem ocorrendo um intenso debate a respeito das fábricas recuperadas, na medida em que a ocupação de fábricas foi uma resposta que os trabalhadores encontraram contra o desemprego (FAJN, 2003).

Esse processo de desregulamentação do mercado de trabalho argentino atravessa todas as décadas de 1980 e 1990, mas os conflitos dos multifacetados atores políticos e sociais começam a tomar formas mais claras a partir de 1989, com a eleição de Carlos Menem. Fruto do processo de avanço das políticas neoliberais, diversas manifestações sociais passam a ocorrer pelo país, ainda que de maneira esporádica e incipiente. A criação da Central de Trabalhadores Argentinos (CTA) como alternativa à CGT, os *piqueteros*, o Movimento dos Trabalhadores Desocupados (MTD), as marchas nacionais, dentre outros elementos, foram tentativas de resposta da classe trabalhadora argentina à implacável usurpação dos seus direitos e à depreciação da sua qualidade de vida.

É nesse meio de reorganização do movimento operário que ressurgem as ocupações de fábrica como uma ação defensiva para proteger seus postos de trabalho (MARTINEZ e VOCOS, 2002). Desse modo, depois da involução da organização dos trabalhadores promovida pelas políticas neoliberais com a

burocratização sindical, a recuperação das empresas foi uma resposta, segundo Fajn (2003, p. 45), *quase desesperada* dos trabalhadores.

É importante ressaltar, mesmo que possa parecer truísmo, tanto na Argentina como no Brasil essas ocupações não ocorreram com o ascenso do movimento operário³². Ao contrário, as ocupações de fábrica aconteceram num período de debilidade do movimento operário argentino (também do brasileiro), expondo, portanto, seu caráter deliberado de último recurso diante do iminente desemprego.

Existem duas tendências principais de empresas recuperadas na Argentina, que segundo Martínez (2002) são representadas de um lado, pelo MNER, como movimento mais expressivo que defende a formação de cooperativas como resposta à crise que se coloca os trabalhadores Argentinos³³. De outro, posicionam-se os defensores do controle operário e da estatização³⁴, representados pelos trabalhadores da Cerâmica Zanón e da Confecção Brukman e que se aproximam da defesa que Flaskô faz no Brasil (FAJN, 2003; MARTÍNEZ, 2002).

³² Como na década 1920 na Itália e na Alemanha, na década de 1930 na França e na Espanha, na Iugoslávia na década de 1940, na Hungria na década de 50, na França e mesmo na Argentina no final da década de 1960, no Chile e em Portugal na década de 1970. Sobre ocupações de fábricas durante recrudescimento do movimento operário ver em especial DALLEMAGNE (1977), PETRAS (2002), DIAS (2004b), MORENO (2002).

³³ Não cabe aqui fazer a descrição ou análise dos movimentos de fábricas recuperadas na Argentina, mas somente um comentário acerca do MNER, pois este tem relação com a Flaskô e as empresas brasileiras ocupadas e que reivindicam estatização. Sobre empresas recuperadas na Argentina Cf. CRUZ, 2006; BIALAKOWSKY, 2005; NOVAES, 2005; RAU, 2004; SANMARTINO, 2004; GHIOLDI, 2004; FAJN, 2003; MENDONZA, 2003; LUCITA, 2002; MARTÍNEZ, 2002; HAZAKI, 2002; PICCHETTI, 2002.

³⁴ O controle operário da produção é o instrumento que os trabalhadores têm, no chão de fábrica, para tentar impedir o despotismo imposto pelo capital, buscando imprimir ao processo produtivo as determinações dos próprios trabalhadores, como um elemento de duplo poder. A associação feita do controle operário com a reivindicação da estatização busca levar para o campo da política e, por conseguinte, para o Estado, essas mesmas determinações que os operários impõe sobre a produção a criação de um elemento que se contraponha ao poder estatal. A estatização de empresas ocorreu em diversos momentos da história do século XX, como houve no Brasil no setor de serviços de água, telecomunicações e energia, mas controle da produção era feito pela burocracia a serviço do Estado. Nessa medida, a estatização das fábricas só interessa aos trabalhadores se estiver vinculada ao controle dos operários sobre a produção. O terceiro capítulo retoma a temática do controle operário.

Na verdade, os trabalhadores das três fábricas brasileiras não estabeleceram um diálogo, mas uma tímida interação com os movimentos ocorridos na Argentina, identificando-se com sua luta. Parece contraditório, no entanto que, embora os operários da Flaskô assumam a estatização como única via possível para a manutenção do emprego e dos direitos, é com o MNER (Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas), que defende a criação de cooperativas para garantir os meios de subsistência dos trabalhadores argentinos, que se dá o intercâmbio Brasil-Argentina, inaugurado nos encontros ocorridos em Caracas e em Joinville.

Em dezembro de 2005, aconteceu em Joinville a Terceira Conferência Nacional em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma agrária e do Parque Fabril. Na declaração final do encontro, há uma caracterização geral da crise capitalista e suas possíveis saídas e o esboço da necessidade de uma empreitada maior, além das ocupações de fábricas, na medida esta representa uma luta “antiimperialista” e “anticapitalista”.

Desse modo, os trabalhadores das fábricas reiteram a urgência da estatização das fábricas como única saída duradoura para os trabalhadores. Essa declaração brasileira faz referência também ao Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas que ocorrera em Caracas, onde esteve presente Hugo Chávez e firmado o acordo entre as três fábricas brasileiras e a Pequiven. Além disso, o Encontro de Caracas serviu como um elemento de apoio a Chávez.

Na Venezuela, que vive uma revolução, os trabalhadores colocaram na ordem do dia a expropriação, sob controle dos trabalhadores, destas empresas de diferentes maneiras. Saudamos o anúncio do companheiro presidente Chávez, durante a instalação desse encontro, de realizar duas novas expropriações de empresas e colocá-las sob o controle dos trabalhadores (DECLARAÇÃO..., 2005b).³⁵

Em 2006 não houve o encontro nacional em Joinville, mas um Encontro Pan-americano em defesa dos Empregos, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril, convocado pela Coordenação dos Conselhos de Fábrica, o

³⁵ Declaração da mesa de trabalhadores e trabalhadoras de empresas recuperadas organizada no Primeiro Encontro Latino-Americano das Fábricas Recuperadas. Caracas, 29 de outubro de 2005.

Movimento Sem Terra (MST), a CUT-SC, o Centro de Direitos Humanos (CDH) de Joinville, o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER) da Argentina, a Frente Revolucionaria de Empresas em Co-gestão e Ocupadas (FRETECO) da Venezuela e a Plenário Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT) do Uruguai e dois convidados da Central Obrera Boliviana (COB). Além dessas delegações internacionais, havia um representante inglês, um espanhol e um italiano, todos eles ligados à corrente que dirige as três fábricas ocupadas. Também nesse encontro foi reafirmada a necessidade de se estatizar as fábricas que falirem como um mecanismo duradouro para a manutenção de emprego e proteção social garantida.

Nos preparativos para este encontro de Joinville, os trabalhadores da fábrica de Sumaré fizeram um encontro regional, produzindo um documento no qual delineiam alguns elementos que poderiam contribuir com o as linhas gerais do encontro em Santa Catarina. Nesse documento, além dos elementos gerais de caracterização da situação brasileira, são apresentados também alguns aspectos particulares sobre a situação dos trabalhadores da região de Campinas. Dentre esses pontos, o que mais se destaca é a luta por moradia³⁶ encampada também pelos trabalhadores da Flaskô.

Os operários da fábrica promoveram, juntamente com um grupo de trabalhadores sem teto, a ocupação do terreno adjacente à empresa e passaram a problematizar a questão da moradia como mais situação a ser resolvida pelo poder público. Nesse caso, trataram de reivindicar da prefeitura uma solução para a habitação popular.

³⁶ As origens do problema de moradia são analisadas por Oliveira (1975; 2006b), expondo que as casas dos trabalhadores têm sido conquistadas com seus próprios esforços, muitas vezes construídas em dias de descanso. Em outras palavras, as moradias são edificadas pelos operários com uma parte de sua força de trabalho não paga. Como a habitação é uma parcela necessária para reprodução da força de trabalho e esta não foi paga, isso contribui para aumentar a exploração a que está submetida a classe trabalhadora. “Eu diria que a industrialização brasileira foi sustentada por duas fortes vertentes. A primeira foi a vertente estatal, pela qual o Estado transferia renda de certos setores e subsidiava a implantação industrial. E a segunda eram os recursos da própria classe trabalhadora, que autoconstruía sua habitação e com isso rebaixava o custo de reprodução” (OLIVEIRA, 2006b, p. 68).

Com os companheiros sem teto da Área Cura, ocupamos o terreno ao redor da fábrica e estamos construindo a Vila Operária e Popular para conquistar moradia digna para nossas famílias. Mas a luta só começa, em conjunto com a comissão de moradores da Área Cura (mais de sete bairros) na luta pela rede e tratamento de água e esgoto, por asfalto e qualidade de vida [...] Por toda a parte a luta na cidade e no campo se amplia [...] Por isso, continuaremos em Sumaré, em Campinas, no Rio de Janeiro ocupando os prédios e terrenos para conquistar nossa moradia (CONTRIBUIÇÃO..., 2006).³⁷

O terreno que foi ocupado em conjunto por trabalhadores sem teto e trabalhadores da Flaskô está localizado em torno da fábrica e pertence à Cipla. É a mesma área que o advogado do Sindicato dos Químicos de Campinas e Região indicou para ser penhorado como garantia dos direitos trabalhistas. Caso optassem pela via burocrática indicada pelo Sindicato para garantir seus direitos trabalhistas, talvez estivessem em disputa com outros trabalhadores que também têm direito à moradia. Ao contrário, como decidiram pela ação direta para lutar pelos direitos, uniram-se a outros trabalhadores e espalharam em Sumaré duas bandeiras: a luta por moradia e a campanha dos trabalhadores das três fábricas ocupadas.

Desta maneira, acabar com o isolamento da luta das três fábricas não se resume somente a produzir encontros nacionais e internacionais, mas também tentar relacionar e unir a luta com outros trabalhadores e com outras bandeiras. Contudo, não é simples essa integração entre os movimentos pois, para que haja realmente intercâmbio, além da necessidade comum de todos, é preciso haver uma relação política entre os movimentos de modo que ocorra uma ação compatível e articulada com as campanhas que possam surgir. Ao realizar a ocupação do terreno, os trabalhadores da Flaskô não tinham conhecimento do que sucederia e, além disso, a motivação não partiu de dentro da fábrica. Alguns trabalhadores posicionavam-se contrários à ocupação da área, se apoiando na fala do Sindicato de que o terreno seria a garantia deles. Porém, na assembléia que foi convocada para discutir a situação do terreno tornou-se consenso que a única garantia que havia era a permanência da luta das fábricas ocupadas.

³⁷ Contribuição do Encontro regional de Sumaré e região em defesa do emprego, dos direitos, da moradia popular, reforma agrária e do parque fabril. Sumaré, 11 nov. 2006.

Para manter o terreno é preciso garantir o movimento das fábricas ocupadas e que a justiça não execute nenhuma dívida do patrão. E isso foi a primeira compreensão que ajudou a compreender qual era a direção do movimento (Entrevista com representante da fábrica responsável pela ocupação do terreno – Sumaré/SP, 27/03/2007).

Assim, os trabalhadores da fábrica assumiram a bandeira por moradia e ocuparam o terreno conjuntamente com os trabalhadores sem teto, somando um total de 230 famílias. Segundo a prefeitura de Sumaré, o déficit habitacional na cidade chega a 13 mil moradias. Desde a ocupação do terreno em 12 de fevereiro de 2005, os trabalhadores estão batalhando por obras de infra-estrutura na área. Reuniões com a Secretaria de Habitação, de Obras e de Assistência Social foram realizadas, “mas ainda nada foi feito ou sinalizado” (MORADIA..., 2005, p. 2).

Em maio de 2005, operários da Flaskô e moradores da área ocupada se somaram aos trabalhadores sem terra do MST numa marcha a Brasília. Além disso, a união dos movimentos pela estatização da fábrica e por melhorias na estrutura da área aconteceu em pelo menos dois momentos particulares em Sumaré. Durante o Grito dos Excluídos em sete de setembro de 2005 e em outra manifestação no dia treze seguinte. Nesta última, conquistaram, junto a prefeitura, a colocação de pontos de água, mesmo com a proibição legal de o poder público não atuar em áreas particulares. Além das necessidades básicas de consumo, a água é fundamental para a construção civil:

Dia 7 de setembro fomos para o grito dos excluídos, terça-feira, 13 de setembro fizemos a manifestação, no dia seguinte tivemos a reunião técnica e no sábado já tinha água na Vila. Isso para nós politicamente foi um grande salto para construir o movimento conjunto, porque levou meio ano para explicar que aquilo era o movimento. Por que era o movimento? Porque os colegas das outras ocupações que fazem reunião com a gente falam que levou três anos, teve outro que levou cinco, mas teve outro que demorou onze anos (Entrevista com representante da fábrica responsável pela ocupação do terreno – Sumaré/SP, 27/03/2007).

Se o controle dentro da fábrica é mais tranquilo devido ao respeito às regras impostas pela rotina de trabalho e pela assembléia, na ocupação da área que cerca a fábrica isso é diferente. Uma das determinações da assembléia dos moradores da área era a regra que proibia a venda do lote por um período de cinco anos. Essa determinação foi pactuada devido ao período legal que dá posse

do lote pelo uso do solo no decorrer desse período, sem o reclame do proprietário. Mas alguns lotes começaram a ser repassados e vendidos pelas pessoas que não seguiram as determinações do acordo entre os moradores.

Com a formação do Movimento Unificado de Luta do Parque Bandeirantes, tornou-se mais eficiente a organização dos moradores (e a luta na fábrica) e foi o que possibilitou discutir a qualidade de comprometimento de cada um, permitindo maior coesão do movimento. Um dos elementos desse compromisso político por habitação é uma contribuição financeira de cada morador, pois, segundo os coordenadores, isso poderia determinar o nível de aceitação da luta e de envolvimento com a mesma. Mesmo com a difícil situação financeira dos integrantes da ocupação, as primeiras contribuições seriam usadas para compra do material essencial da rede de saneamento básico do terreno. A necessidade da integração de todos os envolvidos torna-se incontestável para alcançar o êxito das ações propostas.

A dificuldade financeira, porém, não tem sido o principal obstáculo para a organização e para o avanço do movimento por moradia integrado aos trabalhadores da Flaskô. Como a necessidade de água e outras infra-estruturas para a vila são crescentes, as reivindicações também se ampliam e se tornam mais constantes. E as conquistas mostram à comunidade do bairro carente que cerca a fábrica e a Vila Operária que é possível se organizar e obter conquistas para população que está nas cercanias. Essa organização gerou uma reação direta de ameaça de um importante funcionário do Departamento de Água e Esgoto (DAE) da cidade a um dos responsáveis pela organização da comunidade, denunciada no depoimento a seguir:

E falaram para mim que se eu tinha família que ficasse quieto, pois depois que inventaram a arma de fogo, malandro igual a mim não poderia falar o que quisesse. Uma ameaça direta do presidente do DAE. Isso em telefone, mas também publicamente (Entrevista com representante da fábrica responsável pela ocupação do terreno – Sumaré/SP, 27/03/2007).

Mesmo com as ameaças ao movimento, as manifestações e a integração para tirar a fábrica do isolamento em relação à comunidade prosseguiram. Os moradores conseguiram da prefeitura o compromisso de

disponibilizar máquinas para melhorias na infra-estrutura habitacional do terreno. Eles uniram-se aos trabalhadores e impediram leilões de máquinas e o corte de energia pela CPFL. Com a adesão, tornou-se mais vigorosa a mobilização da população na defesa dos interesses dos operários, antes isolados em sua luta. Contudo, as antigas ameaças continuaram e novas sucederam, originadas, inclusive, de moradores que não concordavam com a proibição da venda do lote. Assim, para garantir a segurança dos coordenadores da associação da Vila Operária e Popular, foi necessário protegê-los com a saída de alguns membros para que a mobilização pudesse continuar.

Também o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem se juntado às fábricas ocupadas nas campanhas de solidariedade na tentativa de acabar com seu isolamento dos operários. Em 2005 realizaram o Encontro dos Trabalhadores do Campo e da Cidade, que tentava aglutinar forças para fazer exigências ao governo Lula. Além disso, enquanto o MST participa dos encontros das três fábricas, estas têm se integrado às marchas promovidas pelo sem terra.

Os operários das Fábricas Ocupadas, trabalhadores rurais sem terra, ferroviários, servidores públicos e estudantes de todo país, preparam o Encontro Nacional de Trabalhadores do campo e da cidade (TERRA..., 2005).

Afirmamos o direito dos povos originários e dos trabalhadores rurais sem terra a todas as terras que estão em poder das multinacionais e dos latifundiários, pela abolição do latifúndio e por uma verdadeira Reforma Agrária (DECLARAÇÃO..., 2005a).³⁸

Por fim, a Venezuela tem assumido papel importante e efetivo na manutenção dos empregos no Brasil, pois, a partir do encontro em Caracas, as três fábricas brasileiras enviaram operários para dar assessoria aos venezuelanos na instalação da Petrocasa (fábrica de perfis de PVC para construção de casas populares) e, em contrapartida, receberiam matéria prima subsidiada para prover a produção das empresas ocupadas no Brasil. Além de assessoria técnica, os brasileiros têm acompanhado embates que vêm travando alguns trabalhadores venezuelanos.

³⁸ Declaração final apresentada na terceira conferência nacional em defesa do emprego, dos direitos, da reforma agrária e do parque fabril. Joinville, 18 dez. 2005.

No caso da Flaskô essa matéria prima enviada pelo governo venezuelano tem servido para sanar dívidas contraídas no decurso dos problemas financeiros que a empresas tem vivido. Despesas relativas, inclusive, aos compromissos assumidos com a *factoring*, advindos da falta de controle efetivo dos operários da área administrativa.

A sorte é que vai vir matéria prima da Venezuela. Senão... Desembarca essa semana ou depois no porto de Tubarão. (...) Vai para a Cipla e depois vem pra cá (Entrevista com Coordenador do Conselho de Fábrica – Sumaré/SP, 04/04/2007).

O Segundo Encontro Nacional de Fábricas Tomadas Venezuelanas aconteceu em setembro de 2006 e contou com a presença de trabalhadores da Cipla/Intefibra e Flaskô. A FRETECO (Frente Revolucionaria de Empresas em Cogestão e Ocupadas), organizadora do encontro, não tem a estatização como uma luta exclusiva para as fábricas que fazem parte da Frente, havendo também a possibilidade de formação de cooperativas de produção e fábricas em co-gestão (entre trabalhadores e empresários ou entre trabalhadores e governo) como formas de gerir as empresas. Nesse sentido, há uma diversidade de opiniões a respeito da gestão das empresas recuperadas, não havendo um eixo definido que dê conta das fábricas. Dentre as presentes nesse encontro destacam-se a Inveval, fábrica de válvulas para prospecção de petróleo, Invepal Maracay, fábrica de cadernos, Invetex, Gotcha e Sel Fex, fábricas têxteis e a Sanitários Maracay. Mas nesse encontro, os participantes “das Fábricas Ocupadas brasileiras delinearam a luta contra as cooperativas” (POR EMPREGO..., 2006, p. 3).³⁹

Além das cooperativas existentes na Venezuela, um elemento intrigante tem aparecido como alternativa à estatização sob controle dos trabalhadores: a “co-gestão revolucionária”, modelo de co-gestão em que o Estado torna-se sócio dos trabalhadores com 51% das ações das empresas “expropriadas” e 49%

³⁹ Apesar dos acontecimentos venezuelanos serem diferenciados do processo brasileiro de recuperação de fábricas, há algumas semelhanças entre os dois fenômenos. Nesse caso, assim como no Brasil, a luta contra as cooperativas e a busca do controle operário sobre a produção procura afastar os trabalhadores da normalidade do mercado, o que inseriria os trabalhadores na luta política que questiona tanto o capital como o Estado burguês. Esse tema será retomado no terceiro capítulo.

pertencem a uma cooperativa formada pelos operários da fábrica. De acordo com o Presidente Chávez, este formato de co-gestão estaria em contraposição à “co-gestão reformista tradicional”. Segundo Moreno e Sanabria (2006), a intenção do governo venezuelano é assumir muitas empresas fechadas e subutilizadas. Eles relatam que a ministra do trabalho fez um chamado à União Nacional dos Trabalhadores (UNT) para que assumisse a frente da luta pela tomada das fábricas.

Lamentavelmente, esta oportunidade foi desperdiçada, a direção da UNT não apresentou nenhum plano concreto ao movimento operário para levar adiante essas tomadas de empresas e proporem sua expropriação. [...] Os reformistas, já então, lideraram uma batalha no entorno presidencial, contra a idéia de que os trabalhadores pudessem ser capazes de gerir as empresas, mas não puderam evitar as expropriações (MORENO e SANABRIA, 2006).⁴⁰

Segundo estes autores, há uma disputa entre os reformistas e os revolucionários em torno da co-gestão das empresas. A co-gestão em algumas empresas estaria funcionando, na prática, sob o controle operário, como no caso da Inveval e Invepal. Porém, os setores reformistas estariam tentando, a todo o momento, acabar com essa semente de socialismo. Para Moreno e Sanabria (2006), a introdução da forma jurídica de ações entre o estado e uma cooperativa tende a dinamitar o conteúdo socialista e revolucionário do projeto. Portanto, segundo os autores, há uma contradição entre um conteúdo revolucionário de controle operário e a forma jurídica de sociedade de ações, nesse caso entre o Estado e as cooperativas dos trabalhadores.

Mais que essa disputa em torno da co-gestão, esse modo de organizar a gestão das empresas cria espaço para que outros elementos sejam introduzidos, como no caso da Invetex, uma empresa onde a co-gestão se dá sem a participação dos trabalhadores. Nesse caso, a empresa em má condição financeira se associou ao Estado, passando para ele 51% das ações da fábrica têxtil. Na medida em que a empresa for retomando a saúde econômica, as ações do Estado vão sendo transferidas para uma associação de trabalhadores. Em

⁴⁰ Tradução nossa.

outras palavras, no fim do processo, o empresário teria os trabalhadores como sócios para concorrerem com outras empresas no mercado (MORENO e SANABRIA, 2006).

Apesar de a co-gestão ser entendida como um elemento de cooptação dos trabalhadores, como o foi na Alemanha no pós segunda guerra, Lebowitz (2005) acredita que há um diferencial no caso venezuelano, pois “contradições são inevitáveis como o caminho da co-gestão é construído; no entanto, sem co-gestão não há revolução”⁴¹. Nesse sentido, para o autor é plausível haver a condução de empresas por empresários e operários, já que o processo que ocorre seria revolucionário.

Na Venezuela um exemplo de semelhança com as três fábricas ocupadas brasileiras é o caso da Sanitários Marcacay, uma indústria falida que os trabalhadores sua estatização e o controle operário da produção. Esta fábrica constitui um dos principais pólos de resistência à política proposta por Chávez. Em 24 de abril de 2007, na busca pela manutenção do emprego, aconteceu uma marcha em Caracas, exigindo do Estado venezuelano a nacionalização da empresa sob controle direto dos operários. Entretanto, a guarda nacional e a polícia do estado de Aráguá reprimiram, com violência, a manifestação, deixando feridos alguns trabalhadores que participavam da marcha (HERNÁNDEZ, 2007).

Nesses casos, o elemento mais destacado não está na condução das empresas, mas em que circunstâncias se dão os acontecimentos para as ocupações das fábricas. Também no caso venezuelano, a despeito da dita *co-gestão revolucionária*, o fator defensivo é central e determinante nas ocupações de fábricas.

No final de 2004 e na primeira metade de 2005 vimos o início de um movimento da classe operária para tentar por seu selo nesta revolução. As lutas da Venepal e CNV culminaram com as expropriações destas empresas, a formação da Invepal e Inveval e o início do processo denominado pelo Presidente Chávez de “co-gestão revolucionária”, em oposição à co-gestão reformista tradicional. Este processo de expropriações continuou ao longo da primeira metade do ano de 2005, estendendo-se a um punhado de indústria mais: Sideroca, Tomatera

⁴¹ Tradução nossa.

Caigua, Central Cumanacoa, estabelecimento da co-gestão em Alcasa que se uniam assim a Invepal, Inveval, Invetex e à Central Pío Tamayo que já ensaiava um tipo peculiar de co-gestão desde antes de iniciado este processo. **Este movimento de expropriações podia ter ido muito mais longe. Em julho de 2005 o Presidente Chávez anunciou o propósito do governo nacional de expropriar 800 empresas fechadas e 1140 subutilizadas** (MORENO e SANABRIA, 2006).⁴²

No Primeiro encontro Latino-Americano das Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores, ocorrido em Caracas, na Venezuela, em outubro de 2005 também fica exposto o caráter defensivo do movimento, apesar das diferenças entre os dois países, do qual também fazem parte as Fábricas Ocupadas brasileiras, incluindo a Flaskô.

Nos dirigimos a todas as organizações sindicais, aos parlamentares que se reivindicam de luta do povo trabalhador, para convidá-los a apoiar e defender nosso direito à ocupação para salvar os empregos e o parque industrial.

Eles fecham, nós abrimos as fábricas. Eles roubam terras e nós ocupamos (DECLARAÇÃO..., 2005b).⁴³

Assim, a ocupação de fábricas falidas configura-se num fenômeno de caráter eminentemente defensivo, em termos da luta pela manutenção dos postos de trabalho. Porém, é também verdade que, para garantir sua sobrevivência, na maioria dos casos, os trabalhadores negociam as perdas e os direitos.

Nesse sentido, a ocupação da Flaskô é um caso particular desse processo de recuperação de fábricas, sendo evidenciado o caráter defensivo que assume a luta de classes. Porém, diferentemente do que acontece com a maioria das fábricas venezuelanas, a possibilidade de manutenção do emprego com garantia de direitos tem a estatização da empresa como caminho escolhido pelos trabalhadores. Assim, os elementos da ocupação da Flaskô, principalmente no chão de fábrica, onde a luta é consubstanciada de forma pungente e tácita são fundamentais para a contextualização dos processos de ocupação no âmbito da crise do capital.

⁴² Tradução e grifos nossos.

⁴³ Declaração da mesa de trabalhadores e trabalhadoras de empresas recuperadas organizada no Primeiro Encontro Latino-Americano das Fábricas Recuperadas. Caracas, 29 de outubro de 2005.

Diferentemente das pelepas do passado, a configuração atual luta do operariado vem assumindo um caráter eminentemente defensivo, no interior da qual a ocupação da Fluskô se enquadra no momento histórico que os estudiosos Alves (2000), Antunes (2003 e 2001), Braga (1997) e Dias (1999) entendem como a reestruturação produtiva. Nesse sentido, compreender historicamente a ofensiva do capital sobre o trabalho para superar as crises de reprodução no desenvolvimento do processo de acumulação propicia a apreensão da ocupação da Fluskô em sua perspectiva histórica, evidenciando seu modo de ser no interior da luta de classes contemporânea, elemento fundamental para explicitar a dimensão econômica da defensividade dos trabalhadores nesse contexto.

2 A OFENSIVA DO CAPITAL

*Mas, um dia veio a Morte
vestida de Embaixador:
chegou da banda do norte
e com toque de tambor.
Disse ao Rei: – A tua sorte
pode mais que o teu valor?
(Guimarães Rosa)*

A realidade do capital é a de sempre criar mecanismos para transpor as barreiras que se lhe impõem a cada crise. O proletariado e as classes oprimidas avançam na luta de forma defensiva, tentando resistir à ofensiva do capital. A engenharia da produção, a terceirização, a precarização do trabalho, o processo de financeirização, o desemprego dentre outros instrumentos por ele utilizados para reproduzir-se correspondem, hoje, à engrenagem concebida para superar as contradições - que antes se configuravam em alternativas – que diante dele se combinaram no final da década de 1960 e início dos anos 1970.

O segundo capítulo, denominado “A ofensiva do capital”, em progressão com o primeiro capítulo, foi estruturado de forma a demonstrar que, da mesma maneira defensiva que os operários da Flaskô, bem como outras parcelas da classe trabalhadora, se desgastam na luta em prol dos seus postos de trabalho e dos seus direitos conquistado, o capital se organiza no sentido contrário, avançando veementemente sobre as forças produtivas (compreendidas como um tripé que combina força de trabalho, técnica e natureza), criando mecanismos de superação das crises que, ao se difundirem historicamente, diluem-se e se colocam novamente diante dele – o capital – como barreiras resistentes a serem ultrapassadas. Para tanto, questões importantes desse processo são expostas, confrontando os operários da fábrica ocupada com os interesses neoliberais de desestatização, buscando compreender o significado da crise, as reestruturações produtivas que intensificam a extração de mais-valia desde o taylorismo-fordismo até pela acumulação flexível, aprofundando a precarização da força de trabalho e procurando novas formas de cooptar os trabalhadores por meio das cooperativas.

2.1 Neoliberalismo e (des)estatização – na contramão da luta

Desde a década de 1970 arrasta-se uma crise de acumulação na América Latina. Para se ter dimensão desse processo, a renda *per capita* dessa região foi reduzida em 10% na década de 1980, as taxas de inflação dispararam, os padrões de consumo caíram, além dos salários reais que perderam em termos do seu poder de compra.

No Brasil, a inflação chegou a 1000% em 1992. Segundo Bresser-Pereira (1993) essa crise pode ser caracterizada por uma crise fiscal do Estado que, em poucas palavras, pode ser explicada pela falência do Estado devido sua imensa dívida, com conseqüente perda de crédito e imobilismo nas suas atuações (BRESSER-PEREIRA, 1993).

Ainda segundo o autor, esse processo foi desencadeado pela exaustão do nacional-desenvolvimentismo baseado na substituição de importações, com massivo investimento estatal no setor produtivo da economia. Bresser - Pereira (1993) afirma que há duas abordagens possíveis para a solução dessa crise: uma abordagem neoliberal (do consenso de Washington) e uma abordagem social-democrática, a qual defende. As duas abordagens têm vários elementos em comum:

as duas criticam o populismo e o nacional-desenvolvimentismo que prevaleceu na América Latina por um longo período, e concordam que o Estado cresceu demais na região (...) As duas concordam que é necessário reduzir o Estado, privatizar e liberalizar, e adotar reformas orientadas pelo mercado (BRESSER-PEREIRA, 1993, p.39)

Apesar de as duas abordagens terem soluções comuns para a crise, a caracterização da causa, segundo o autor é distinta. Para a abordagem do consenso de Washington a causa da crise está na grande força do Estado, que cresceu demais, enquanto para a abordagem social-democrática houve enfraquecimento do Estado, que foi à falência, tornando-se incapaz de atuar em suas funções específicas e de complementar o mercado como deveria.

Dessa maneira, a abordagem social-democrática incorporara “os aspectos positivos da interpretação neoliberal, mas não se deixa contaminar pelo neo-conservadorismo radical” do Estado mínimo, que está na base da interpretação do consenso de Washington, tornando-se uma alternativa a ele (BRESSER-PEREIRA, 1993).

No Brasil, as reformas do Estado orientadas pelas políticas neoliberais vêm ocorrendo desde 1990 com a eleição de Collor, tendo sido sistematizadas e aprofundadas a partir de 1994 com o Plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para a presidência da república.

A diferenciação entre a interpretação neoliberal e a social-democrática de Bresser-Pereira (1993), que foi um dos ministros mais notáveis de FHC, parece não convencer todos os estudiosos sobre o tema; Fiori (1997, p. 14) afirma que o Plano Real e as reformas do Estado integram “a grande família dos planos de estabilização discutidos na reunião de Washington”.

Os planos de estabilização pretendiam trazer consigo crescimento econômico e distribuição de renda, mas, segundo Cavalcante (2006, p. 71), não trouxeram “nem crescimento, quanto menos distribuição de renda. A ‘estabilização’ trazida pela social-democracia de tendência neoliberal disse respeito somente à tranquilidade do setor financeiro”. Dessa maneira, essa dita diferença entre as duas abordagens parece desaparecer, e a social democracia, mais que uma tendência, afigura-se como um todo integrado ao neoliberalismo.

Nos países de economia desenvolvida, ao final da década de 1970 e começo da década de 1980 expandiu-se o capital financeiro altamente concentrado e com grande liquidez, condição que havia sido anulada por cerca de 60 anos. Um dos exemplos da grande centralização financeira são os grupos de capital de aposentadoria privada, cuja expansão se dá no pós II Guerra, especialmente no Japão e nos países anglo-saxões. O processo de destruição maciça da guerra possibilitou um contexto extremamente favorável para uma acumulação produtiva, mas ainda relativamente fechado no que concerne ao movimento de capitais (CHESNAIS, 2002).

Essa acumulação constituiu-se em terreno fértil para o desenvolvimento de um processo de financeirização capitalista, já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, quando da descrição do processo de financiamento da produção da Flaskô via *factoring*. Isso a tornou vulnerável e até mesmo refém do capital financeiro, pois depois do processo de negociação com a empresa de empréstimo, a fábrica ocupada deveria pagar cerca de quinhentos reais diariamente.

Para melhor compreensão da dimensão do avanço ofensivo do capital sobre a esfera produtiva, nomeadamente sobre o trabalho no processo de reestruturação produtiva é importante elucidar, ainda que de forma sucinta, esse emaranhado de tramas que torna as economias subservientes ao capital financeiro em escala mundial a que Chesnais (1996) denominou mundialização do capital.

Nesse processo, a importância do capital de aplicação financeira e dos mercados financeiros em geral é hipertrofiada, levando a dinâmicas que implicam em especulação e formação de capital fictício. A partir da década de 1980 deu-se um incremento muito expressivo dos mercados financeiros, com grande centralização de capital como os grandes fundos de pensão anglo-saxões e japoneses, os fundos comuns de aplicação e gestão de carteiras de títulos, dentre outros, que até então estavam subordinadas a grandes bancos e grupos financeiros.

Essa centralização do capital financeiro levou a profundas transformações, ainda inconclusas, nas relações entre finanças e grandes indústrias. Esse capital obteve privilégios particulares e poderes econômicos e sociais notáveis, sempre ligados à grande “liquidez” dos fluxos de capitais, sendo assim os principais beneficiários da mundialização financeira. Essa flexibilidade dos capitais, de movimentar e gerar mais capital, chega a ser percebida, vulgarmente, como uma autonomização entre esfera produtiva e financeira, a chamada acumulação financeirizada.

Para a economia vulgar, que pretende apresentar o capital como fonte autônoma do valor, geradora de valor, essa forma é sem dúvida suculento achado: nela, não se pode mais reconhecer a fonte de lucro, e

o resultado do processo capitalista de produção adquire existência independente, separada do próprio processo (MARX, 1981, p. 452).

O que é importante ressaltar nesse processo é o elemento fundamental da acumulação realizada pela extração de mais-valia e, destarte, pela exploração sobre os que vendem a força de trabalho para sua sobrevivência. Desse modo, as administrações feitas dos grandes fundos de capital, o chamado

corporate governance constitui vias de acesso indispensáveis (sendo que a outra é a exposição à concorrência internacional dos vendedores da força de trabalho através da liberalização das trocas e dos investimentos) para o entendimento das configurações novas de extração da mais-valia com flexibilização e precarização do trabalho (CHESNAIS, 2002, p. 8)

Nesse contexto, ao submeter-se aos ditames do capital fictício por meio da criação de capital de giro, também fictício, a *Flaskô*, desde o período anterior à ocupação expôs a produção à financeirização e os trabalhadores à precarização que, desse modo, ficaram vulneráveis a rearranjos da organização do trabalho, como os são as cooperativas⁴⁴.

Retomando o desenvolvimento histórico do processo de mundialização do capital, um dos pontos fundamentais que permitiram a financeirização internacional foi a quebra do padrão dólar-ouro com a destruição do sistema monetário e financeiro firmado em Bretton Woods. A participação dos EUA nas exportações mundiais se reduz, e, ao mesmo tempo, aumentam as importações. Assim, o déficit na balança comercial fez com que se reduzissem rapidamente as reservas de ouro. A ruptura do padrão ouro permitiu aos Estados Unidos deter a queda de sua posição de hegemonia em relação aos outros países industrializados.

Em 1973 o excesso de dólar no mercado levou os países produtores de petróleo a elevar os preços da principal *commodity* e combustível da industrialização mundial. Mas foi em 1979, com Paul Volcker à frente do *Federal Reserve* e Ronald Reagan na presidência dos EUA, auxiliado por Margaret Thatcher no Reino Unido, que houve um real redirecionamento das políticas

⁴⁴ As cooperativas devem ser percebidas tanto por iniciativa dos trabalhadores, como por iniciativa do capital. Esse tema será abordado adiante, ao demonstrar as alternativas capitalistas para tentar ultrapassar a crise estrutural por que passa o capitalismo.

monetárias que mais tarde se espalharam por todo mundo. A elevação da taxa de juros procurava o aumento da rentabilidade do capital em seu conjunto (CHESNAIS, 2002).

A decisão do *Federal Reserve* de por fim à política de baixas taxas de juros foi seguida seis meses depois por eliminação progressiva da regulação das taxas máximas dos depósitos e empréstimos, iniciando um processo de liberalização financeira que iria aprofundando-se ao longo da década e estendendo-se ao resto do mundo⁴⁵ (ARCEO, 2002, p. 67).

A adesão ao regime de acumulação financeira na época da mundialização do capital⁴⁶ não foi livre, mas imposta. Essa acumulação flexível é um produto dos países capitalistas avançados, especialmente dos Estados Unidos e da Inglaterra. Para funcionar adequadamente, exige que haja um alto grau de integração por meio de liberalização e desregulamentação não apenas das finanças, mas também de intercâmbio comercial e investimento direto em todos os lugares.

Liderada pelos Estados Unidos, usando-se do G7, do FMI e do Banco Mundial (os que elaboraram e impuseram o “Consenso de Washington”, que era apenas o deles próprios) e, depois, da OMC, essa construção institucional tornou obrigatória a “adesão” dos países, *de facto* bem como *de jure* (CHESNAIS, 2002, p. 38).

De resto, para os turiferários da globalização, a necessária adaptação pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado. (CHESNAIS, 1996, p. 25).

Os ajustes estruturais impostos pelos países de capitalismo avançado promoveram uma dependência maior de países cujas economias sejam hierarquicamente inferiores. A “Tríade” Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, tendo os EUA como o principal pivô, ordena as políticas constitutivas da mundialização financeira e abre um abismo cada vez maior em relação aos países dominados (CHESNAIS, 2001).

⁴⁵ Tradução nossa.

⁴⁶ Chesnais (1996, p. 23-25) examina o termo globalização e global demonstrando a neutralidade que confere aos mesmos falta de nitidez conceitual, além de não se referirem à simples abertura e adaptação equânime dos mercados, mas sim a um complexo processo de mundialização do capital, em especial do capital financeiro ou financeirização dos mercados, que submete a esfera da produção ao poder e à vulnerabilidade financeira.

O agente central das transformações ocorridos na América Latina foi o Estado, reconfigurando a estrutura de poder, os agentes sociais e suas instituições.

Isso indica que os grupos de interesse social associados a esses processos e dele beneficiários obtiveram a força política necessária para chegar ao controle do Estado e as condições adequadas para impor suas políticas (QUIJANO, 2005, p. 15).

Nesse processo houve uma rápida redução das tarifas alfandegárias, beneficiando principalmente os conglomerados multinacionais instalados nos países como o Brasil. Isso favoreceu o aumento das ofertas de produtos importados sem, contudo, haver da expansão dos bens e serviços exportados. Assim o Brasil, de 1995 a 1999, passou de uma posição de superávit para a de déficit na Balança Comercial⁴⁷ (POCHMANN, 2003).

Para além disso, mesmo com os esforços dos Governos de FHC (e Lula) de melhorar o desempenho da Balança Comercial brasileiro, não foi suficiente para cobrir as despesas com a conta de serviços do Balanço de Pagamentos⁴⁸. Para melhorar os números foi necessário recorrer a um processo de endividamento externo, tanto privado quanto público. Também houve investimentos externos diretos, atraindo capital com a elevação da taxa de juros, bem como com a compra de patrimônio nacional principalmente através das privatizações do patrimônio público.

⁴⁷ Balança Comercial é a relação entre a quantidade de exportações e importações em um país. Quando o valor das importações supera o das exportações, o país apresenta déficit, tornando-se devedor do estrangeiro. Quando acontece o contrário, o valor das exportações supera o das importações, o país apresenta um superávit, tornando-se credor do exterior.

⁴⁸ Balanço de Pagamentos é a descrição de todas as transações econômico-financeiras efetuadas por pessoas (físicas ou jurídicas) de em um país com os demais países. Rosseti (1988, p. 732) define Balanço de Pagamentos “como o levantamento sistemático de todas as transações econômicas que ocorrem durante determinado período de tempo entre residentes em um determinado país – pessoas físicas e jurídicas, instituições com ou sem fins lucrativos e entidades governamentais – e os residentes em outros países”. Nesse Balanço estão agrupadas principalmente duas grandes categorias de contas: 1 Transações correntes da balança comercial e de serviços; 2 Transações de capital ou Movimento de capital, resultantes de empréstimos e financiamentos internacionais e amortizações de dívidas, bem como por fluxo de capitais de investimento de risco, além de transferências unilaterais e de movimentos de ativos e passivos estrangeiros.

Mesmo sendo o Estado o promotor e facilitador das transformações ocorridas com a mundialização do capital, é interessante destacar a retórica da superioridade do mercado. Chesnais (2001) afirma que a pretensa vitória do mercado perante o Estado foi explorada ao máximo com a queda do bloco soviético e utilizada com grande ênfase para promover os ajustes estruturais das máquinas estatais nos países em que o processo de mundialização chegou. Nesse sentido, é interessante lidar com a problemática da estatização de uma empresa em processo falimentar como a Flakô, lutando na contramão da via contemporânea, numa época em que o Estado se desfaz das empresas e prioriza os setores financeiros da economia, utilizando também o mecanismo de privatizações.

O governo FHC radicalizou no processo de desmonte das empresas estatais, privatizando todas, excetuando-se a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e os bancos de fomento, como o BNDES. Segundo Oliveira (2006a), há um deslocamento do campo de forças da burguesia, colocando as empresas multinacionais como predominantes no eixo de acumulação de capitais.

A relação Estado-burguesias se altera radicalmente, tornando o Estado uma espécie de refém do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras [...] O período de FHC completou o desmanche conforme sua promessa de superar a Era Vargas (OLIVEIRA, 2006a, p. 278).

O adjetivo “escandaloso” foi um dos mais utilizados por Biondi (2003) para expressar o que representou o processo de privatização ocorrido no Brasil. Nesses episódios havia campanhas periódicas nos meios de comunicação, parolando sobre o esgotamento dos recursos do Estado. O autor afirma que as privatizações promovidas pelo governo foram, na verdade, “doações” para grupos empresariais nacionais e estrangeiros.

Segundo Cavalcante (2006), foram privatizadas 165 empresas pertencentes à União, estados e municípios entre 1991 e 2002. Foram arrecadados cerca de cem bilhões de dólares com a venda dessas empresas,

sendo o primeiro mandato de FHC o que concentrou maior número de privatizações.

Dentre os setores que foram privatizados, os que se destacam são: ferroviário, portuário, de energia, de petroquímica, siderurgia, mineração, de fertilizantes, financeiro e de telecomunicações. Grandes empresas de Siderurgia como a Usiminas e a CSN; empresas mineradoras como a Vale do Rio Doce; concessionárias de energia elétrica como a Light, a Eletropaulo e a Companhia Paulista de Força e Luz (a CPFL é uma das maiores credoras da Flakô e representa uma fatia significativa do custo de produção) as empresas de telecomunicações do sistema Telebrás; bancos regionais como o Banespa, o Banerj e o Bemge são exemplos do processo de desestatização que foi adotado no Brasil com vistas à adequação às exigências do mercado.

A justificativa para as privatizações seria fundamentada na pretensa diminuição da dívida pública e o cessar da crise fiscal do Estado brasileiro. Porém, ao contrário do preconizado pelo governo FHC, as privatizações, tais como foram concebidas, aumentaram a dívida pública e, conseqüentemente, o déficit fiscal, agravando ainda mais o hiato no interior das contas do Estado.

Na carta de intenções que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, entregou ao FMI (Fundo Monetário Internacional), inconscientemente, o governo confessa que o equilíbrio das contas do Tesouro ficou mais difícil porque [...] o governo deixou de contar com os lucros que as estatais ofereciam como contribuição para cobrir o rombo até serem vendidas (BIONDI, 2003, p. 24)

Além de não receber o dinheiro dos lucros das empresas, o governo também custeou boa parte das vendas. O BNDES financiou as privatizações em longo prazo com juros abaixo dos de mercado e, antes de serem vendidas, as empresas estatais tiveram suas contas saneadas pela União. Além disso, houve grandes gastos por parte dos governos federais e estaduais com a demissão de milhares de funcionários, como o caso da Fepasa em São Paulo, da CSN e do Banerj no Rio de Janeiro, entre outras (BIONDI, 2003).

Também é importante destacar que investimentos significativos foram feitos pelos governos federal e estaduais antes das efetivas privatizações. A título

de exemplo, entre 1996 e 1998 foram investidos, somente no sistema Telebrás, 21 bilhões de reais, enquanto a negociação das empresas do sistema rendeu ao governo apenas um bilhão além do gasto, ou seja, foram vendidas por 22 bilhões de reais, com somente 8,8 bilhões de entrada e o restante financiado pelo BNDES, com taxas de juros menores do que as praticadas no mercado nacional (BIONDI, 2003).

A reforma do Estado foi conduzida, além das privatizações, também por meio de reforma administrativa e criou mecanismos de demissão e contratação de funcionários, flexibilizando as relações de trabalho do setor público como as terceirizações dos serviços de limpeza e segurança, por exemplo. Além disso, em nome do equilíbrio fiscal foram feitas duas reformas da previdência: uma no governo Fernando Henrique Cardoso – FHC - e outra no governo Lula, permitindo a atuação de fundos de pensão privados na aposentadoria dos servidores públicos.

Em síntese, a retirada do Estado de setores estratégicos da atividade econômica, juntamente com o agravamento de sua fragilidade financeira, a redução de sua capacidade de investimento e a perda de autonomia da política econômica, enfraqueceu-lhe a possibilidade de planejar, regular e induzir o sistema econômico. O crescimento acelerado da dívida pública –com encargos financeiros elevadíssimos –, juntamente com a livre mobilidade dos fluxos de capitais, é parte central da subordinação da política macroeconômica aos interesses do capital financeiro (FILGUEIRAS, 2006, p. 195).

A implantação e desenvolvimento do projeto neoliberal têm no Brasil, segundo Filgueiras (2006), três momentos distintos desde o início da década de 1990: uma primeira fase, com muitos contratemplos, em que há ruptura com o modelo de substituição de importações⁴⁹, implantando-se as primeiras ações

⁴⁹ Modelo econômico implantado no Brasil após a crise de 1929 em substituição ao modelo agroexportador, e que tinha como premissa o desenvolvimento econômico sustentado na industrialização e no investimento direto. A substituição de importações, como modelo econômico, foi analisada com grande profundidade por economistas da *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (CEPAL), vinculada à *Organização das Nações Unidas* (ONU), para demonstrar que o desenvolvimento interno de países subdesenvolvidos seria alavancado a partir do crescimento e diversificação industrial, e não mais por subsídios a uma economia agroexportadora em crise desde a década 1930. Desse modo, criavam-se as condições para redirecionar a economia ao mercado interno, priorizando o setor industrial. Sobre o assunto Cf. Tavares (1977); Fonseca (2003); Oliveira (1975).

neoliberais no Governo Collor; na fase seguinte houve o desenvolvimento e a consolidação dessa nova dinâmica econômico-social neoliberal, que pode ser compreendida no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso – FHC; e, por fim, a terceira fase, correspondendo o segundo Governo FHC e o Governo Lula, em que o modelo neoliberal se aperfeiçoou e se adequou, permitindo a ampliação e concretização da ofensiva do capital financeiro sobre os trabalhadores.

É possível perceber que a retirada do investimento direto do Estado na produção de quase todos os setores da atividade econômica como solução adotada para a saída da crise por que passa a economia brasileira torna ainda mais hercúlea a tarefa de estatizar a Flaskô, na medida em que se processa em direção contrária, chocando-se contra os interesses dos trabalhadores, e distanciando-se dos mesmos.

Porém não é somente na esfera estatal que a crise capitalista tem se manifestado, ao contrário, ela se faz presente no cotidiano dos assalariados. A passagem do âmbito estatal ao mundo do trabalho implica em profundas mudanças na forma de organizar a produção e de acumular capital. Nesse sentido é preciso aprofundar no entendimento das transformações em curso, em que os trabalhadores sofrem os imperativos demandados pelo capital, compreendendo o significado da crise no subterrâneo da produção.

2.2 O significado da crise

O modo de produção capitalista vem sofrendo profundas mudanças desde as três últimas décadas do século XX. Diferentemente das análises de Bresser-Pereira (1993), para quem chave da interpretação da crise está no Estado, as transformações, com substanciais impactos sobre o mundo do trabalho, são o resultado de uma corrosão no padrão de acumulação taylorista–fordista. Não obstante, esta crise é imanente ao metabolismo do capital e,

portanto, é estrutural. Antunes (2001) afirma que uma das dimensões dessa crise é revelada pela tendência de queda da taxa geral de lucro

[...] dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o *controle social da produção*. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro (ANTUNES, 2001, p. 29).

Segundo Gramsci (2001), o eixo para o estudo da crise capitalista é a lei da queda tendencial da taxa de lucro⁵⁰, compreendendo os desenvolvimentos da economia capitalista num longo período de tempo. A partir da apreensão estendida da crise é que se podem entender os elementos de caráter conjuntural da realidade histórica. Nessa medida, a “crise” de 1929, vista através do *Crack* da bolsa de Nova Iorque, não tem uma causa única, muito menos é o começo da

⁵⁰ A produção capitalista se dá com um perene desenvolvimento das forças produtivas, mesmo que estas se desenvolvam de maneira unilateral – avançam a técnica e a ciência e solapam os trabalhadores e a terra, fontes de toda riqueza (MARX, 1994). Esse desenvolvimento se deve à concorrência inter-capitalista e à necessidade de se manter os preços das mercadorias relativamente baixos, na tentativa de bloquear a entrada de novos produtores disputando mercado. Para que isso ocorra, uma das maneiras mais eficazes é a utilização de novas tecnologias. Em outras palavras, é necessário se utilizar cada vez maior quantidade de capital constante (trabalho morto – meios de produção) em relação ao capital variável (trabalho vivo – força de trabalho). Essa relação entre a parte passiva (capital constante) e a parte ativa (capital variável) é chamado por Marx (1980, p. 164) de composição orgânica do capital. O aumento proporcional do capital constante em relação ao capital variável, e conseqüentemente ao conjunto do capital, é denominado por Marx (1980) de aumento da composição orgânica do capital. Havendo o espraiamento das tecnologias, com o aumento da composição orgânica do capital, devido à própria natureza da concorrência capitalista, a *tendência* que temos desse processo é a diminuição da taxa geral de lucro, representada por $\Delta v/(c+v)$, onde Δv é a massa de mais-valia e $(c+v)$ é a soma do capital constante com o capital variável. É importante salientar o caráter *tendencial* da queda da taxa de lucro no capitalismo. Nas análises histórico-sociológicas não existem leis absolutas que determinam o desenvolvimento do capitalismo, atribuindo-lhe um caráter atemporal. Por isso, não é possível, numa perspectiva histórica, naturalizar as relações sociais, como fazem os teóricos liberais quando se referem ao capital. É nessa esfera que se torna interessante ressaltar esse caráter tendencial, bem como das forças de *contratendência* que resistem ao seu movimento de queda que, no sentido de freá-lo, cria e utiliza mecanismos diversos para retardá-lo, tais como o aumento do grau de exploração do trabalho, aumento do exército industrial de reserva e redução de salários, baixa de preços dos elementos do capital constante, o comércio exterior e o aumento de capital em ações (MARX, 1980, p. 266–276). Então, se a tendência de queda e suas contratendências são fenômenos essencialmente históricos, definitivamente, essa lei não pode ser absoluta ou natural e, são exatamente estas forças que refutam qualquer naturalização desta lei histórica. Não cabe aqui analisarmos as polêmicas que questionam a lei da queda tendencial da taxa de lucro. Sobre o assunto Cf. Bianchi (2002); Grespan (2000); Mandel (1990); Rodosky (2001), em especial o capítulo 26.

crise, mas representa um fenômeno que explicita a crise contínua de acumulação. Trata-se de compreender os novos embates entre e intra classes, os conflitos armados, as mudanças no plano jurídico, etc. Em outras palavras, vislumbrar os novos imperativos da acumulação capitalista, para entender a correlação de forças políticas delineadas pelos novos grupos dirigentes.

Então se poderia dizer o que seria mais exato, que a “crise” é tão-somente a intensificação quantitativa de certos elementos, nem novos nem originais, mas, sobretudo, a intensificação de certos fenômenos, enquanto outros, que antes apareciam e operavam simultaneamente com os primeiros, neutralizando-se. Em suma, o desenvolvimento do capitalismo foi uma “crise contínua”, se assim se pode dizer, um rapidíssimo movimento de elementos que se equilibravam e neutralizavam (GRAMSCI, 2001, p.318).

Assim, pode-se depreender com Gramsci (2001) que o desenvolvimento do capitalismo é uma crise contínua expressa por uma crise de acumulação decorrente da queda tendencial da taxa de lucro. E para obstar essa tendência histórica é necessário minar a força operária, fazendo com que o capital subsuma realmente o trabalho, imprimindo-lhe um padrão social, tentando eliminar completamente, pelo menos na aparência, qualquer antagonismo de classe. Seja na esfera produtiva, seja no plano ideológico e até mesmo no modo de vida, o domínio do capital se faz presente.

Um dos motivadores desta crise é o desenvolvimento do progresso técnico, porém ele não determina imediata e exclusivamente a queda tendencial, mas esta é apenas uma dos aspectos contraditórios daquele. Para além disso, é importante salientar que a lei tendencial e as contratendências não podem ser igualadas, e portanto não se anulam como vetores de sentidos opostos. Ao contrário, o progresso técnico e a produção de mais-valia relativa, desenvolvidos contraditoriamente à queda tendencial, têm o “nó górdio” na “quantidade suportável de desemprego em uma determinada sociedade” (GRAMSCI, 2004, p. 349).

Neste momento que o texto revela ao leitor uma problemática significativa: *tentar compreender os aspectos moleculares da ofensiva do capital que hoje operam no organismo social sob o prisma da tendência de queda da taxa*

de lucro. Para tal, será analisado analogicamente as forças contra-operantes que atuaram no seio da produção capitalista no início do século XX. Fazer tal exercício só é possível devido o aspecto histórico e não metodológico do caráter tendencial, já que a expressão *tendencial*

Serve, precisamente, para indicar este processo dialético pelo qual o impulso molecular progressivo conduz a um resultado tendencialmente catastrófico no conjunto social, resultado de onde partem outros impulsos singulares progressivos, em um processo de contínua superação, o qual, contudo, não se pode prever como infinito, ainda que se desagregue em um número muito grande de fases intermediárias de diversa medida e importância (GRAMSCI, 2004, Pp. 352-353).

Assim, a reestruturação produtiva atual é uma consequência da crise estrutural do capital, que tenta minar a força dos trabalhadores nas lutas por melhores condições de vida. O taylorismo-fordismo também surgiu dentro dessa mesma dinâmica e teve como um dos elementos centrais a busca pela debilitação do movimento operário. Os impulsos moleculares levam a uma ofensiva que transforma a relação de força entre capital e trabalho. Nessa medida a compreensão da crise contemporânea passa pelo entendimento do taylorismo-fordismo.

2.2.1 O taylorismo-fordismo: a ferramenta da ofensiva do capital

O taylorismo-fordismo marcou profundamente a organização do trabalho durante longo período do século passado, mediante forte predeterminação, hierarquização e especialização das atividades produtivas, por vezes restritas à repetição exaustiva de algumas poucas operações manuais ou intelectuais, sempre divididas entre grupos distintos de trabalhadores nas empresas (GOUNET, 1999).

Tendo como base as aplicações da administração científica de Taylor e mais do que uma inovação organizacional, o que Henry Ford introduziu na indústria de automóveis foi a possibilidade da constituição de um mercado de consumo de massa para um produto até então artesanal. Tal experiência,

disseminada por vários países e em seus diversos setores econômicos no âmbito da expansão de crescimento no pós-1945, inaugurou o regime de acumulação denominado fordista, fundamentado na produção e no consumo de massa (GOUNET, 1999).

Esse movimento industrialista de origem estadunidense tem seus fundamentos desde o início do século XX. Com a introdução de novos métodos de gestão industrial pretendia-se implantar elementos científicos no controle do processo produtivo. O taylorismo, como gerência científica, intentara solucionar problemas complexos e crescentes do processo de trabalho nas fábricas. As tentativas anteriores de administrar cientificamente a produção foram aprofundadas por Frederick Taylor, que utilizou métodos de trabalho de maneira mais adequada às necessidades do capital. Nesse sentido, suas observações levaram à solução do controle da força de trabalho, de maneira que houvesse um domínio concreto de todas as atividades laborativas no decorrer do cotidiano da produção (BRAVERMAN, 1977).

Porém, o controle não se resume às ordens e à disciplina no trabalho. Na medida em que os trabalhadores são detentores dos conhecimentos necessários a conduzir o processo de trabalho, não haveria adestramento e mando suficientes que impusessem aos trabalhadores as reais necessidades do capital. Em outras palavras, enquanto existisse, por parte dos trabalhadores, o conhecimento necessário capaz de impor suas decisões no curso da produção, não se efetivaria todo potencial da força de trabalho requerida pelo capital. Assim, se os trabalhadores detivessem esse conhecimento do processo produtivo, impor-lhes-iam o ritmo que lhes fosse conveniente.

Segundo Braverman (1977), pode-se sintetizar a organização científica do trabalho desenvolvida por Taylor em três princípios:

[No primeiro princípio] o administrador assume o cargo de reunir todo o conhecimento tradicional que no passado foi possuído pelos trabalhadores e ainda classificar, tabular e reduzir esse conhecimento a regras, leis e fórmulas (...). [No segundo princípio] todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou projeto (...) que poderia ser chamado o princípio de separação da concepção e execução (BRAVERMAN, 1977, p. 102-103).

Somente por esses dois princípios pode-se conseguir visualizar o grau de subordinação do trabalho ao capital. Para arrebatá-lo esse processo de expropriação do saber operário, a gerência taylorista coaduna esse dois primeiros com um terceiro princípio que “é a utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução” (BRAVERMAN, 1977, p. 108).

Nesse sentido, Dias (1999) afirma que o trabalhador deve ser desqualificado ao máximo para ser desnecessário e, portanto, intercambiável. O que o capital define como qualificação é na realidade uma forma de adestramento para sua valorização.

O american way of life é a forma que assume o novo modo de ser, necessário ao novo ambiente produtivo: é a elevação do trabalhador ao máximo de mecanicidade, diante da qual a humanidade e espiritualidade do trabalhador [...] deve ceder (DIAS, 1999, p.106).

A gerência científica não privilegia o desenvolvimento tecnológico, enfrentando seus desafios de administração com os equipamentos produtivos dos quais dispunha à frente. Mesmo assim, essa modificação do *modus operandi* da organização do trabalho se realizou em paralelo com intensas modificações tecnológicas direcionadas para a indústria. Desse modo, a cientifização não foi um acontecimento exclusivo do processo produtivo, mas se estendeu também aos meios de produção. Vale dizer que as telecomunicações começam a tomar corpo em fins do século XIX, especialmente nas suas duas últimas décadas. Para que houvesse essas mudanças tecnológicas era necessário também haver um investimento massivo de capital.

Nesse contexto, a aproximação do capital financeiro com o capital industrial tornou-se quase natural, assim como a subordinação deste àquele. Essa gama de modificações no aparelho produtivo tem como ponto de inflexão a I Guerra Mundial, definindo o marco da constituição dos monopólios e oligopólios e, conseqüentemente a internacionalização do capital. Note-se que modificações pontuais no chão de fábrica possibilitaram um movimento progressivo de

disseminação que acarretou em um novo padrão de acumulação (BRAVERMAN, 1977; TUDE DE SOUZA, 1992).

As estratégias programadas para um longo período de tempo e implementadas nas indústrias tinham como promotora a burguesia estadunidense e visavam atender as novas demandas do capital.

Estratégias que visavam recompor a unidade entre as relações sociais de produção, as novas exigências de acumulação do capital – então francamente comprometidas pela queda tendencial da taxa de lucro – e seus aparelhos de hegemonia (TUDE DE SOUZA, 1992, p. 4).

Para Gramsci (2001) o taylorismo⁵¹, chamado por ele industrialismo, sempre procurou sujeitar o operário a seus próprios interesses, buscando seu desenvolvimento na exatidão racionalizada das máquinas. Para isso, tentou constantemente restringir os aspectos de naturalidade do homem, usando métodos e normas geralmente violentos para transformar a forma de vida das classes subalternas, impondo as regras que as classes dominantes queriam. O americanismo não fugiu a isso. Toda “nova civilização, isto é, nova forma de produção e trabalho” precisa de uma nova forma de “educação” adequada àquela necessidade histórica (GRAMSCI, 2001, p. 262).

Esta racionalização da produção, a despeito do aumento da produtividade, visava tão somente minar a capacidade do trabalhador de resistir aos imperativos do capital, retirando do operário seu conteúdo de classe, de modo que ele perdesse a capacidade de se posicionar contra a exploração já que, neste processo, esta se transfigurava em articulação de coerção e autodisciplina, persuasão e consenso.

⁵¹ Ao fazer a crítica ao taylorismo, Gramsci (2001) trata não somente dos métodos organizativos dos capitalistas nos EUA e na Itália, mas percebe também a adoção desse sistema na URSS. Para Lênin (1988, p. 121) o problema em aplicar esse método de trabalho estaria nos EUA, onde tal sistema era utilizado para a escravidão capitalista. Isso não aconteceria na Rússia, pois com a implantação do taylorismo, aumentar-se-ia cientificamente a produtividade do trabalho, reduzindo-se assim a jornada e dispensando os operários para as práticas na administração política do Estado. Sobre aplicação do taylorismo na União Soviética Cf. Lazagna (2002).

Gramsci (2001) via com clareza os traços de brutalidade que os novos métodos de trabalho queriam imprimir ao operário. Os objetivos desse processo eram

desenvolver em grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal (GRAMSCI, 2001, p. 266).

O taylorismo-fordismo também assume um papel de acobertamento da realidade, pois dificultava aos operários visualizarem na figura do técnico-administrador o antigo capataz a serviço do patrão, apresentando esse novo agente do capital como um elemento progressista por sua ocupação neutra implantada por uma necessidade científica. Contudo, esse processo de racionalização não se restringe ao espaço fabril. Não bastava um operariado disciplinado adequado ao novo modelo produtivo. Era preciso criar um novo homem coletivo imbuído de uma racionalidade econômica e uma nova ética coletiva capaz de atender todos os desígnios do capital. Nesse sentido, “os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e sentir a vida” (GRAMSCI, 2001, p. 266).

Para que houvesse um trabalhador disciplinado à fábrica, seria preciso ordem na sua vida cotidiana. Assim, um trabalhador com “virtudes” seria aquele que cumprisse horário, o que ficaria prejudicado se ele passasse a consumir álcool, pois este seria “o mais perigoso agente de destruição da força de trabalho”. Por isso, a Lei Seca estadunidense e o proibicionismo⁵² em geral são exemplos de políticas de Estado que se casam tão harmoniosamente com para forja de uma massa proletária preparada para o ordenamento do capital. Dito de outra maneira,

⁵² Políticas implementadas a partir de uma convenção internacional em Haia que restringia o cultivo e o comércio de derivados da papoula. Logo após a Primeira Guerra Mundial, entre 1919 e 1933, foi instituída a Lei Seca nos Estados Unidos que proibia o consumo de álcool. Nos anos seguintes, à Lei Seca foi acrescentada a lista das substâncias que alteram o estado de consciência, de maneira a levarem a massa trabalhadora a seu papel no sistema produtivo, qual seja, um eficiente instrumento de trabalho. Sobre proibicionismo Cf. Carneiro (2002); Escohotado (1995), especialmente capítulos 23, 24 e 25.

o ascetismo é parte desse processo de inculcar um novo modo de vida para a classe operária, forjando uma ética coletiva sob o signo do americanismo. Além disso, seria preciso criar um trabalhador que aceitasse passivamente as ordens no chão da fábrica, obedecendo ao ritmo extenuante da produção (GRAMSCI, 2001).

É certo que eles não se preocupam com a “humanidade”, com a “espiritualidade” do trabalhador, que, no nível imediato, são esmagadas. Esta “humanidade e espiritualidade” só pode se realizar no mundo da produção e do trabalho, na “criação” produtiva; ela era máxima no artesão, no “demiurgo”, quando a personalidade do trabalhador se refletia inteiramente no objeto criado, quando era muito forte a ligação entre arte e trabalho. Mas é precisamente contra esse humanismo que luta o novo industrialismo. As iniciativas “puritanas” têm o objetivo de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido pelo novo método de produção (GRAMSCI, 2001, p. 267).

Para se conseguir esse novo grau de disciplina e obstinação pelo trabalho seria necessário criar um arsenal de mecanismos que impelisse os trabalhadores a isso, fosse por convencimento, fosse por coerção, ou melhor, combinando esses dois mecanismos, “como em todo funcionamento do sistema capitalista a manipulação vem em primeiro lugar e a coerção é mantida na reserva” (BRAVERMAN, 1977, p. 133).

Nesse aspecto, cabia tão somente aos capitalistas esta função de educação e “elevação cultural” da massa trabalhadora no processo de produção e reprodução do trabalho. Para tal, foram criados aparelhos de hegemonia públicos e privados que asseguravam a disseminação desse arcabouço ideológico. Contíguo a esse processo o uso da força policial para impedir que a militância sindical atuasse junto aos trabalhadores, bem como a perseguição aos trabalhadores que se sindicalizassem. Além disso, o convencimento através de elevação salarial tornou-se uma das táticas utilizadas para impelir operários ao trabalho.

A crise que Ford enfrentou foi intensificada pela tendência sindicalizadora iniciada pela associação de Trabalhadores Industriais do Mundo, entre os trabalhadores da Ford, no verão de 1913. A reação de Ford à dupla ameaça de sindicalização e êxodo dos trabalhadores de suas fábricas foi a proclamação, feita com grande alarde, em princípios de 1914, de um salário de 5,00 dólares por dia (BRAVERMAN, 1977, p. 133).

Este elemento torna-se central para compreensão do fordismo nesse processo de “domesticação” do operariado. A adoção de altos salários, principalmente para os funcionários mais qualificados com o chamado *Five Dollars Day* é um instrumento de cooptação da força de trabalho determinante para o convencimento dos trabalhadores: além de selecionar os operários bem adestrados, este elemento cumpre também a função de persuasão para a autodisciplina e intensificação do trabalho.

Algumas das idéias caras ao neoliberalismo tem aqui sua origem: entre outras a possibilidade do sindicato de empresa acoplado com a prática da Família Ford. Assim, Trabalho e Vida Pessoal se imbricam fortemente na permanente tentativa de engolfar o conjunto da personalidade do trabalhador. A subordinação é, agora, quase total. Introduce-se, nesse processo, tanto a coerção brutal quanto o prêmio (o “*five dollars day*”) (DIAS, 1999, p.100).

Dessa forma, nasce a hegemonia sobre a qual discorre Gramsci (2001) na construção do novo homem coletivo: articular coerção – impondo um processo produtivo exaustivo e liquidando a intervenção de sindicatos – e consenso – através de alguns benefícios dos quais entre eles, os altos salários.

A adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho não pode ocorrer apenas através da coação social (...). A coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consenso, e isto pode ser obtido, nas formas próprias de uma determinada sociedade, por meio de uma maior retribuição, que permita um determinado padrão de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de esforço. (GRAMSCI, 2001, p. 272–273).

De acordo com Marx (1980), o capitalismo costuma dar múltiplas saídas para arrefecer sua crise. É interessante notar o início do século XX, pois foi neste momento que a hegemonia capitalista foi colocada em xeque com o sucesso da Revolução de Outubro na Rússia em 1917. Como foi visto, esse conjunto de medidas tomadas em resposta à crise econômica, que vão desde reformas legislativas, passando por acordos econômicos bilaterais, chegando inclusive a guerras, buscam evitar rupturas e reorganizar a estrutura e a hegemonia

capitalista. Esse conjunto de medidas contratendências Gramsci denomina revolução passiva⁵³.

Gramsci interpreta o fenômeno americano enquanto forma historicamente determinada de concreção do processo de passivização do universo de possibilidades inaugurado com a Revolução Bolchevique, sob domínio imperialista. [...] Organicamente vinculado a essa dimensão, o americanismo refere-se, também, ao processo através do qual o grupo econômico portador da função produtiva, a burguesia industrial norte-americana, alcança sua “elaboração superior” (Gramsci) fundando um tipo de Estado renovado (chamado *welfare*, posteriormente), desenvolvendo um complexo de novas superestruturas e cedendo lugar à expansão da nova sociedade civil. Nesse ponto, o americanismo – revolução passiva sob domínio imperialista sintetiza a unidade entre a história e a lógica do desenvolvimento da burguesia americana como classe historicamente determinada. (BRAGA, 1997, p. 206-207)

Nestes termos, poder-se-ia depreender que o fordismo cumpriu seu papel de projeto hegemônico na sua articulação de reorganização social, combinada à sua estratégia de acumulação. A expropriação do saber operário e de sua subjetividade, promovida pelo aprofundamento do industrialismo através do taylorismo, cria o “novo homem coletivo” exigido pelo capitalismo e capaz de atender não aos projetos da classe trabalhadora, mas às novas demandas da disciplina fabril.

Desse modo, as formas de revolução passiva com a ofensiva fordista, implementadas pelo grupo dirigente estadunidense, buscavam ampliar os pactos entre a direção cultural e econômica e os agrupamentos subalternos. Nesse sentido, as transformações decorrentes desse processo seriam capazes de

⁵³ Essas mudanças são operadas não apenas nas relações imediatas entre as classes no processo produtivo: elas acontecem na esfera estatal, como foi o caso as privatizações das empresas públicas e outras reformas estatais promovidas a partir da década de 1990 no Brasil, modificando a correlação de forças entre as classes. Uma “revolução sem revolução”, na qual transformações parcelares e articuladas modificam progressivamente a organização societal anterior, tornando-se a base para mudanças vindouras. Gramsci associa a revolução passiva com o processo de reorganização estatal italiana, na qual grupos de capitalistas tomam a condução desse processo dentro do Estado. É chamada *função Piemonte*, “isto é, o fato de que um Estado substitua-se aos grupos sociais locais na liderança da luta de renovação” (GRAMSCI, 1975, p. 106) [Tradução nossa]. O processo da revolução passiva na história italiana culmina com a vitória do fascismo, que consolidou a hegemonia burguesa, a defesa de seu bloco histórico no poder e a derrota do movimento operário local. O significado do taylorismo-fordismo, de acordo com Gramsci, foi colocar à frente do poder a burguesia estadunidense como grupo dirigente do capitalismo mundial.

desarticular e combater o movimento operário e seus organismos de classe. Para tanto, seria preciso 1 – uma constante racionalização do processo de trabalho a fim de coordenar as forças subalternas e aliadas no processo de mudança do antigo individualismo econômico para a economia planejada, bem como sistematizar os investimentos necessários; 2 – formação de organizações que fossem capazes de controlar as classes trabalhadoras, tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva; 3 – racionalizar a composição demográfica, impondo à nova classe trabalhadora urbana valores que fossem capazes de *domesticá-la*, em especial valores religiosos e ascéticos; 4 – reorganização interna da classe trabalhadora, fazendo surgir quadros técnicos e de gestão da produção racionalizada, capazes de compor uma nova correlação de forças entre os assalariados industriais estadunidenses (TUDE DE SOUZA, 1992).

A Primeira Guerra Mundial aparece como um momento em que a racionalização taylorista do trabalho e o fordismo, especialmente nos EUA, fincam-se no cenário capitalista como uma ferramenta eficaz de acumulação e, por outro lado, representa uma aguda manifestação política da crise capitalista. Porém, até então, não se havia manifestado uma crise de dominação, ou seja, os capitalistas conseguiam superar as flutuações econômicas conjunturais e as manifestações políticas da crise por meio de mecanismos *contratendencias* de maneira a preservar o estado de coisas, ou seja, a hegemonia do capital sobre os trabalhadores, minando a resistência destes. Os mecanismos para perpetuar a dominação burguesa se tornavam cada vez mais necessários para o capital como descreveu Hobsbawm (1998, p. 36), pois “a revolução varreu o Sudeste e o Centro da Europa no outono de 1918, como varreu a Rússia em 1917. Nenhum dos velhos governos ficou de pé entre as fronteiras da França e o Mar do Japão”.

Nessa medida, o fordismo conforma mecanismos *contratendencias* que apresentam processos moleculares utilizados pelo capital no sentido de barrar a queda tendencial da taxa de lucro e, para tanto, busca a passivização das manifestações e lutas operárias. A necessidade de se articular mecanismos que, ao mesmo tempo criem formas de se conter o movimento operário através de seu

consentimento, coadunadas com um crescimento econômico é norteadora dos processos que são criados pelo capital e, para este, é mesmo imprescindível conter a atividade autônoma de combates do movimento operário⁵⁴.

Dentro dessas mudanças que buscavam retirar práticas autônomas dos operários, que questionassem o capital na sua forma mais imediata como mobilizações para melhoria salarial, direitos trabalhistas, greves, etc., um dos principais pontos é a subtração da combatividade elementar dos trabalhadores. No caso estudado neste texto é preciso relembrar as ocupações fabris, fazendo um paralelo histórico, ressaltadas suas grandes diferenças, com a ocupação da Flaskô.

Pode-se lembrar de alguns exemplos históricos de agitações do proletariado mundial: no quadro da vitória da Frente Popular⁵⁵, a greve geral na França em junho de 1936 foi acompanhada de ações típicas do operariado para pressionar os patrões a ceder em suas reivindicações. Ocupações de fábricas foram um dos principais instrumentos para impor bandeiras do movimento operário. Segundo Dallemagne (1977), os trabalhadores consideravam que o novo governo poderia obrigar o patronato a atender suas reivindicações.

Verifica-se, com efeito, que as greves eclodem a partir de Maio, no quadro da vitória eleitoral da Frente Popular, com base em motivos econômicos, considerando os trabalhadores que o novo governo pode obrigar o patronato a satisfazer suas reivindicações. As ocupações de fábricas não visam geralmente senão impedir a entrada dos “amarelos”,

⁵⁴ O binômio acumulação flexível-toyotismo também é um mecanismo que vem para tentar dirimir a crise do fordismo que começa a tornar-se perceptível no final dos anos 1960. Portanto, são também formas de ser da contra-revolução que se expressam através das dinâmicas *contratendencias*.

⁵⁵ A formação Frentes Populares foi uma política eleitoral propalada pela Terceira Internacional após a ascensão do nazismo alemão. Nesta política, os Partidos Comunistas de todos os países, ou seja, os organismos da Terceira Internacional deveriam se unir eleitoralmente a parcelas mais progressistas das burguesias locais como uma tática para enfrentamento em bloco contra os partidos mais conservadores. Neste caso, era uma política de embate contra o fascismo crescente em toda a Europa, tendo sido a França o primeiro país a experimentá-la. No Brasil, um exemplo dessa política foi a aproximação *sui-generis* de Luiz Carlos Prestes, dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCB), ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Getúlio Vargas, logo após as eleições de 1945, em que Prestes acabou se elegendo senador pelo Distrito Federal, à época no Rio de Janeiro. Nunca é demais lembrar que Vargas, quando presidente do Brasil, instaurou um regime com traços fascistas em 1937, o chamado Estado Novo, que promoveu uma dura batalha contra os comunistas, dentre os quais Olga Benário companheira de Prestes extraditada para a Alemanha Nazista e por ela executada. Sobre Frente Popular Cf. Trotsky (1994) e Trotsky (2006).

cujo recrutamento é facilitado ao patronato pelo desemprego (DALLEMAGNE, 1977, p. 35).

Exemplo de mobilização foi também do operariado italiano, que teve seu auge em 1920, com ocupações de fábricas que ultrapassaram a burocracia sindical e partidária do Partido Socialista Italiano. A crise generalizada do pós-guerra se aprofundou e as greves se espalharam, mas foram as ocupações em escala nacional com a formação dos Conselhos de Fábrica - que enfrentam o reformismo sindical - e o controle operário que colocaram para o proletariado italiano a real possibilidade da tomada do poder. Para tentar responder ao *lock out*, à *serrata*, à paralisação das fábricas pela patronal os operários passaram a ocupar as fábricas, passando à ofensiva com o questionamento do poder da burguesia (DIAS, 2000 e 2004b).

Todas as fábricas metal-mecânicas foram ocupadas pelos operários, passando assim à ofensiva [...] **Até aquele momento, a classe, mesmo quando estava em luta, o fazia na defensiva.** Declaravam-se em greve, as fábricas eram ocupadas pelas tropas. Os operários dispersos nos seus bairros careciam de coesão. Turim foi o mais célebre, mas não o primeiro episódio das tomadas de fábricas. A novidade turinesa é a generalização das ocupações (DIAS, 2004b, p. 110).⁵⁶

Também na Alemanha, em 1919, 1921 e em 1923 houve ocupações massivas de fábricas, num processo de ascenso revolucionário do movimento operário. Tantos outros exemplos em que os operários tomaram as unidades produtivas e mantiveram a atividade podem ser relacionados: a Hungria nos anos de 1918 e 1919, Espanha na década de 1930, Iugoslávia e China na década de 1940, Bolívia e Cuba na de 1950, o Peru, a Argélia e a França na década de 1960, Chile e Portugal na de 1970.

Sobre esses movimentos de ocupações de fábricas é importante salientar que foram expressivos e fruto de um recrudescimento do movimento operário, com questionamento real do poder da burguesia através de organismos de duplo poder e não somente com ações de caráter defensivo, que buscavam resguardar direitos e outras reivindicações.

⁵⁶

Grifos nossos.

Assim, diferentemente do que tem aparecido contemporaneamente, havia um movimento operário atuante e partidos da classe trabalhadora tomavam a postura de agentes mobilizadores. Enfim, nestes momentos os trabalhadores não estavam na defensiva, mas partiam para ofensiva, impondo políticas que pretendiam ultrapassar os marcos da ordem do capital (ARCARY, 2000; DALLEMAGNE, 1977; MORENO, 2002; PETRAS e VELTMEYER, 2002, DIAS, 2004b)

De maneira análoga, porém numa peleja contemporânea, ao ocupar a Flaskô, explicita-se a defensividade dos operários que tentam não somente preservar seus empregos; ao reivindicar a estatização da fábrica, fazem da defesa de seus postos de trabalho um elemento ativo na luta pela preservação dos direitos, que somente será possível, dada a calamidade em que se encontra a fábrica, pela via da estatização. Diferentemente do que ocorre com as cooperativas ditas *solidárias*, as quais serão tratadas adiante, a defesa dos empregos ocorre abrindo a guarda à ofensiva do capital, que necessita diminuir os custos da produção, rebaixando o preço da força de trabalho. Dito de outra maneira, os cooperativistas *solidários*, mesmo resistindo ao desemprego, atendem aos interesses do capital, na medida em que há diminuição do custo de produção pelo não-pagamento de salários indiretos, sofrendo o avanço do capital.

O fordismo serviu exatamente para tentar evitar os avanços do movimento organizado dos trabalhadores, impondo controle e disciplina aos trabalhadores. Os novos métodos de trabalho se conjugavam harmonicamente com um modo específico de pensar e de viver. Mas havia, segundo Harvey (1992), dois grandes obstáculos para que o fordismo fosse disseminado no entre - guerras:

Para começar, o estado das relações de classe no mundo capitalista dificilmente era propício à fácil aceitação de um sistema de produção que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo [...]
A segunda barreira importante a ser enfrentada nos modos e mecanismo de intervenção estatal. Foi necessário conceber um novo modo de regulamentação para atender aos requisitos da produção fordista; e foi

preciso o choque da depressão selvagem e do quase colapso do capitalismo na década de 30 para que as sociedades capitalistas chegassem a alguma nova concepção da forma e uso dos poderes do Estado (HARVEY, 1992, p. 123–124).

O que levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação foi a configuração e o uso dos poderes do Estado, resolvidos somente após a 1945. O Estado assumiu novos papéis institucionais e na economia, assim como o capital corporativo ajustou os níveis de lucratividade, e o movimento sindical desempenhou diferentes funções dentro do processo produtivo e na condução das reivindicações do operariado (HARVEY, 1992).

Com o chamado *compromisso fordista*, Bihl (1998) afirma que o proletariado renunciou à luta revolucionária de transformação socialista pela garantia de seguridade social. Desta maneira, asseguraram-se os interesses mais imediatos da classe trabalhadora como estabilidade no emprego, redução da carga de trabalho, crescimento do nível de vida, satisfazendo diversas reivindicações do operariado como as necessidades de moradia, saúde, educação, etc.

Os benefícios para os trabalhadores e os ganhos dos capitalistas sustentados pelas políticas estatais, apoiadas principalmente no keynesianismo⁵⁷, foram, entretanto, incapazes de conter as contradições imanentes ao capitalismo. Segundo Harvey (1992, p. 134) as dificuldades, *pelo menos na sua superfície*, podem ser resumidas em uma palavra: rigidez, existente nos investimentos, na alocação de força de trabalho e nos contratos.

Seriam necessárias novas soluções para a crise que começara a ser sentida no fim dos anos 1960. Tal como o binômio keynesianismo-fordismo

⁵⁷ Políticas de intervenção estatal na vida econômica buscam a solução para o desemprego, baseadas no livro *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda* de 1936, principal obra do economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946). Segundo Sandroni (1996, p. 263) as políticas keynesianas “foram feitas no momento em que a economia mundial sofria o impacto da Grande Depressão que se estendeu por toda a década de 1930 até o início da Segunda Guerra Mundial [...] Surgiu a convicção de que o capitalismo poderia ser salvo, desde que os governos soubessem fazer uso de seu poder de cobrar impostos, reduzir juros, contrair empréstimos e gastar dinheiro. Após 1945 a teoria econômica keynesiana converteu-se em ortodoxia, tanto para os economistas quanto para a maioria dos políticos.”

configurou-se em mecanismo de passivização diante da crise estrutural do capitalismo, o binômio neoliberalismo-toyotismo apresenta-se como a passivização da crise fordista, isto é, constituiu-se em resposta ao desgaste do keynesianismo-fordismo como solução para a crise, que se aprofundou. Esse processo de soluções que, ao se desgastarem se erguem como barreiras ao capital, é imanente ao capitalismo num círculo vicioso que conjuga ciclos de acumulação de capital seguidos de queda da taxa geral de lucro apresentados por Marx (1980) da seguinte forma:

Ao desenvolver-se a produtividade, eleva-se a composição do capital, isto é, a parte variável decresce em relação à constante.

Essas diferentes tendências ora se positivam no espaço, umas ao lado das outras, ora no tempo, uma após as outras; periodicamente, patenteia-se nas crises o conflito entre os elementos antagônicos. As crises não são mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito. [...]

A produção capitalista procura sempre ultrapassar esses limites imanentes, mas ultrapassa-os apenas com meios que de novo lhe opõem esses mesmos limites, em escala mais potente.

A barreira efetiva da produção capitalista é o próprio capital: o capital e sua auto-expansão se patenteiam ponto de partida e meta, móvel e fim da produção (MARX, 1980, p. 286, 287).

Nesse sentido, os elementos tangíveis da crise contemporânea advêm dos processos contraditórios que surgem no desenvolvimento da internacionalização do capital do pós Segunda Guerra. A partir das décadas de 1960/1970 este padrão de acumulação perdeu força e entrou em crise. A luta da classe trabalhadora passou a reivindicar maior participação política e melhores condições de trabalho, como foi o caso das ocupações de empresas na Argentina, com o *cordobazo* e na Itália com o *outono quente*, dentre tantas outras lutas, no final dos anos 1960 e começo dos 1970. Também o acirramento da concorrência capitalista no plano do mercado internacional, a quebra do acordo de Bretton Woods, a hipertrofia do capital financeiro frente aos setores produtivos e aos Estados nacionais tornaram ainda mais profundo o vale da crise. Além disso, a elevação do potencial destrutivo da indústria moderna – poluição ambiental e desemprego estrutural, entre outros elementos surgidos, são mostras da crise deste regime fordista de acumulação (ANTUNES, 2001; MÉSZÁROS, 2002).

2.4 Acumulação flexível e as novas cooptações da força de trabalho

A acumulação flexível tem no seu cerne a reconfiguração interna da classe trabalhadora engendrada pelas distintas frentes de ofensiva do capital. A estratégia do consentimento operário em seu projeto hegemônico embute valores de pertencimento a uma comunidade, buscando encobrir os antagonismos de classe através de uma participação coletiva. Emerge, assim, uma cultura pretensamente *solidária* empreendida pelo capital, que busca responder objetiva e subjetivamente às necessidades da passivização social na esfera das forças produtivas (BRAGA, 1997).

Acompanhado por profundas mudanças tecnológicas e de maior controle da força de trabalho, esse novo regime de acumulação promoveu mutações na forma de ser do trabalho. Por um lado, algumas experiências nos sistemas de organização do trabalho como o kalmarismo sueco, a Terceira Itália⁵⁸, o Toyotismo no Japão entre outros sistemas apresentaram-se como soluções à rigidez da produtividade fordista. Isso possibilitou a introdução de uma gestão flexível cujo objetivo tem sido incentivar a “inventividade” dos trabalhadores, reconstruindo um diálogo entre esferas até então distantes de atividade nas empresas, desde a produção direta até a administração. Por outro lado, seria preciso haver mudanças não somente na rigidez produtiva imposta pelo fordismo, mas também existir uma maior dinâmica na organização dos processos intercapitalistas. Para isso seria necessário reorientar as normatizações

⁵⁸ Diante da necessidade de aumentar a produtividade, novas experiências de organização fabril, sempre acompanhadas pelos sindicatos, passaram a ser implementadas em alguns lugares de grande concentração de produção industrial. Numa planta industrial do Grupo Volvo em Kalmar (e posteriormente em Uddevalla) na Suécia, foi onde houve, na década de 1970, as primeiras tentativas de introduzir elementos inovadores na organização produtiva para fabricação de automóveis comerciais. Também no norte da Itália, precisamente na região da Emilia-Romagna, em que havia grande concentração de pequenas e médias indústrias metal mecânicas. Elas baseavam sua produção em baixos volumes, altamente especializada e avançado conteúdo tecnológico. Sobre esse assunto Cf. Ferreira *et al.* (1991); Brusco (1982); Lombardi (1997).

petrificadas pelo keynesianismo, através de políticas liberalizantes, dando maior agilidade ao capital para atuar.

Dentre as práticas organizacionais de caráter flexível, o toyotismo mostrou maior difusão internacional. Resguardadas as particularidades locais, esse modelo de gestão destaca-se, diferentemente do fordismo, pelo grau de horizontalidade na estrutura produtiva. O toyotismo resultou de uma dupla necessidade dos capitalistas: de que era necessário explorar a capacidade intelectual do trabalho, bem como fragmentar e dispersar os trabalhadores.

No plano do mercado, como se tentou demonstrar na primeira parte deste capítulo, houve um rearranjo significativo de suas forças orientadoras. A defesa da liberdade de mercados foi perseguida não somente nas incursões oratórias dos mais diversos organismos, fóruns e agências internacionais que apregoam a livre iniciativa tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio. A necessidade de programas de ajuda financeira aos países em situação de dificuldades financeiras, bem como a integração técnica e comercial foram determinações impostas por estes organismos a todos os países partícipes como condição *sine qua non* para ingresso no moderno mercado mundial.

Nesse contexto, a desregulamentação da economia do Brasil nessa nova forma de inserção internacional criou diversos problemas. O eixo das reformas implementadas no mundo a partir dos anos 1970, e aqui especialmente durante os anos 90, levava a uma maior integração brasileira à economia internacional. A estabilidade monetária representou extraordinária relevância nesse processo, pois as grandes empresas transnacionais conseguiram avaliar com maior precisão o desempenho econômico de sua produção e de seus serviços.

Depois das lutas operárias do final dos anos 1960, segundo Bernardo (2006) com as ocupações de fábricas, os trabalhadores:

mostraram-se capazes não só de ocupar, mas ainda de fazer funcionar fábricas e estabelecimentos comerciais, o que em certos países e em certas épocas os levou a responsabilizarem-se por porções muito

consideráveis da economia. **O neoliberalismo e o toyotismo limitaram-se a reconhecer a nova situação e a aproveitá-la em benefício do capital.** Vendo que os sindicatos já não mobilizavam os operários mais combativos e que, por conseguinte, haviam perdido o fundamento da sua legitimidade, os governos neoliberais dispensaram as burocracias sindicais. E os administradores das empresas, vendo que os trabalhadores, além de usarem os músculos, usavam também o cérebro, e o faziam com muita eficácia, passaram a explorar não só a componente física, mas ainda a componente intelectual do trabalho (BERNARDO, 2006, p.36).⁵⁹

Dentre os mecanismos que pretendem otimizar as produções, a aplicação do conceito *just in time*⁶⁰, bem como dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), Programa de Qualidade Total (TQP)⁶¹, trabalho em equipe, entre outros exemplos de instrumentos gestionários, dão ao toyotismo um matiz bastante peculiar (ANTUNES, 2001; SALERNO, 1993).

Emergiram da difusão destas experiências *novos* trabalhadores, polivalentes e mais qualificados, capazes, inclusive, de cooperar em projetos de máquinas e na gestão da qualidade dos produtos. Mas, além do aspecto gerencial do controle da força de trabalho, estas inovações tecnológico-organizacionais também tiveram sério impacto no que tange à composição interna da classe trabalhadora, desde a formação educacional, profissional e política de seus novos quadros, até a atuação de seus organismos de luta, como os sindicatos.

⁵⁹ Grifos nossos.

⁶⁰ “A solução está em colocar a fábrica sob tensão; esta última expressão deve ser compreendida no seu sentido estrito: tendo-se “tensionado” a fábrica pelo método *just in time*, o estoque pode ser utilizado como um analisador dos pontos onde aplicar a racionalização. A partir desse momento, abrem-se espaços inéditos à progressão dos ganhos de produtividade” (CORIAT, 1993, p. 84).

⁶¹ A captura da subjetividade operária fica clara através destes mecanismos de cooptação que os gestores empresariais aplicam. Segundo Hirata e Zarifian (1991, p. 181-182) “os círculos de qualidade e as fórmulas organizacionais equivalentes são mecanismos institucionalizados na escala da empresa através dos quais resultados são esperados (e inicialmente, esse primeiro resultado: a identificação dos trabalhadores com os interesses da empresa) e através dos quais são registrados e analisados os comportamentos da oposição. Os trabalhadores que pouco aceitam *fazer o jogo* são identificados e submetidos a um julgamento negativo. [...] Em segundo lugar, o indivíduo é, de fato, controlado pelo coletivo. Se os coletivos de base são lugar de acolhimento e de amparo, a forma estritamente pessoal de individualidade deve apagar-se: deve adequar-se à necessidade do coletivo”. Para verificar um estudo aprofundado sobre esses mecanismos de captura da subjetividade operária que objetivam para valorização do capital Cf. Wolff (2004).

Um dos aspectos mais importantes no período atual é a introdução de tecnologias microeletrônicas aplicadas à produção e sempre associadas às inovações organizacionais. Essas novas tecnologias permitem um maior controle nas cadências da produção, possibilitando grandes ganhos na intensidade do trabalho. Segundo Coriat (1988) esse mecanismo cria ao mesmo tempo exclusão, originada pela simples economia de trabalho pela aplicação de máquina, e integração ao capital de trabalhadores altamente qualificados.

Neste sentido, as análises de Antunes (2001 e 2003) demonstraram como este conjunto de mudanças tem gerado um efeito de fragmentação na classe trabalhadora, formando um núcleo de trabalho que, mantida estável e em permanente qualificação junto aos objetivos do capital, diferencia-se de uma crescente massa precariamente empregada, sub-qualificada e relegada às flutuações do mercado, ou simplesmente mantida excluída à margem deste.

Essa complexificação decorrente da segmentação e heterogeneização da classe trabalhadora tem aprofundado as dificuldades de organização sindical, pois a incorporação de novos trabalhadores de tempo parcial, trabalhadores terceirizados, de escritório e do setor de serviços em geral, trabalhadores em domicílio têm freqüentemente menores taxas de sindicalização. Nesse sentido, aconteceu a dispersão de coletivos organizados com suas bases sindicais militantes. Isso afetou diretamente a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho. Assim, a experiência de luta de classes foi se dissipando, o que permitiu uma ofensiva ainda mais acirrada do capital, tanto nas reorganizações produtivas quanto em suas feições da política neoliberal.

Esse fenômeno de esgarçadura da atuação sindical pode ser percebido na Flaskô no quadro de enxugamento⁶² que a fábrica sofreu antes da falência e da ocupação da empresa, na medida em que os traços de resistência sindical não se apresentam de modo marcante nesse processo. Ao falar sobre o gerente da

⁶² Com a adoção de novos métodos organizativos e de inovações tecnológicas que automatizavam os processos produtivos, as empresas passaram a diminuir o contingente de força de trabalho na produção, demitindo trabalhadores. Isso ocasionou um aumento da intensificação do trabalho sobre os operários que permanecem na produção.

empresa que promoveu as demissões, um funcionário da Flaskô deixa transparecer o sentimento que perpassou os funcionários.

Ele chegou a mandar embora no dia 60 pessoas. Isso eu lembro, que na nossa função ele pedia pra ficar vigiando o pessoal na porta do barracão, todos sentados, esperando a condenação, com uma lista. Tínhamos que acompanhar o pessoal pegando as coisas. **Talvez nós estivéssemos no mesmo barco. Foi tanta gente mandada embora no dia, que ele fazia assembléia [reunião].** Aqui não tinha salão para mandar o povo embora. Eles alugavam um salão, arrumava ônibus, dois três ônibus e levava para o salão alugado aí fora. O “hitler” alugava o salão pra mandar todos para a câmara de gás. Isso foi em torno de 1997 (Entrevista com funcionário do Setor de Segurança – Sumaré/SP, 03/04/2007).

Além de não haver resistência no local de trabalho contra as demissões em massa, o próprio abandono da Flaskô e fechamento da fábrica são sintomáticos da atuação sindical. Como foi visto no capítulo sobre a trajetória da luta dos trabalhadores na campanha pela defesa dos empregos e pela estatização da fábrica, a atuação sindical se resumiu a induzir os trabalhadores à negociação das perdas que tiveram, sugerindo, após o abandono da fábrica, apenas o caminho da justiça do trabalho para a *resistência* e busca de seus empregos e direitos. Assim, durante o processo de degradação da empresa a atuação do sindicato esteve apenas na defensiva, não atuando no combate ostensivo para organização dos trabalhadores contra as imposições patronais que estavam ocorrendo.

O avanço neoliberal e a reestruturação produtiva redesenharam o sindicalismo brasileiro em que muitos setores do sindicalismo se renderam ideológica e politicamente à lógica do capital no campo da produção, o que, segundo Boito Junior (2005), tende a desmontar a pouca proteção social existente, colocando o sindicalismo brasileiro num quadro de articulação defensiva. As maiores centrais brasileiras, a Força Sindical e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), esta última reivindicada pelos trabalhadores da Flaskô, conformam uma prática sindical com características neo-corporativas, criando, segundo Alves (2000), um defensivismo de novo tipo que por um lado

tende a contribuir para a preservação da base sindical, fortalecendo sua institucionalidade, por outro, não impede a fragmentação da classe. Agindo assim, o “novo sindicalismo” tende a apenas reproduzir – ou

melhor repor – a sua própria debilidade num novo patamar histórico, tornando-se incapaz de construir uma prática política coerente com a necessidade de um novo projeto de sociedade socialista (ALVES, 2000, p. 303).

Assim, se estabelece uma metamorfose sindical que cria uma defensividade de novo tipo, que garante a reprodução das bases sindicais e de seus aparatos burocráticos. A ofensiva do capital transforma, desse modo, as práticas de resistência em novas estratégias sindicais e políticas, criando o que Alves (2006) chama de *defensividade instrumental*.

Os operários da Flaskô, ou pelo menos a sua direção, defendiam que a CUT e a participação desta deveria se dar através do Sindicato Unificado dos Químicos de Campinas, Osasco, Vinhedo e Região ligado à central. Entretanto, a presença do sindicato junto à fábrica se resumiu à participação em poucas reuniões com os trabalhadores. Se antes, na década de 1990, como relata Nascimento (2004) o sindicato teve um papel relativamente atuante, depois da ocupação da empresa a atuação sindical desvaneceu-se. Na primeira delas, sugeriam a via judicial para que os trabalhadores garantissem seus direitos. Nas reuniões seguintes o sindicato esteve ausente, mesmo tendo sido eleito a uma cadeira no Conselho de Fábrica.

No depoimento do Coordenador do Conselho de Fábrica, pode-se perceber certo imobilismo do sindicato para participar das lutas cotidianas por quais passam os trabalhadores da Flaskô num espaço físico, como o desta fábrica ocupada, que seria propício desenvolver as atividades militantes para a formação da base sindical⁶³. Não obstante, outros mecanismos como o processo de

⁶³ Outro elemento que pode agregar-se à explicação da ausência do sindicato na fábrica é diferença entre as correntes políticas presente na Flaskô e no sindicato. Enquanto a corrente política majoritária no Sindicato dos Químicos é o Movimento de Esquerda Socialista (MES) do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), na fábrica ocupada a corrente dirigente é Esquerda Marxista do Partido dos Trabalhadores (PT), que surgiu de uma cisão da corrente *O trabalho*, também do PT. Talvez as discordâncias entre propostas das duas forças políticas para a condução da fábrica tenham ajudado a afastar o sindicato das lutas na Flaskô. Um fato interessante sobre essa relação entre trabalhadores e sindicato foi a filiação sindical do coordenador do Conselho de Fábrica, que foi muito dificultada pelos dirigentes do sindicato.

segmentação e heterogeneização, frutos do aprofundamento da reestruturação produtiva, tendem a dificultar ainda mais a organização dos trabalhadores.

A idéia era que o sindicato tivesse se integrado efetivamente junto à comissão. Por isso que ele foi eleito para a comissão, mas o sindicato nunca assumiu. Era da comissão até um ano, um ano e meio atrás, mas não ia às reuniões, não fazia nada. Era formal, tinha uma cadeira lá, mas não fazia nada (Entrevista com Coordenador do Conselho de Fábrica – Campinas/SP, 21/05/2006).

Segundo Antunes (2003), a crise do capital afeta diretamente a classe trabalhadora, havendo, conseqüentemente, um processo de reorientação sindical. A reestruturação produtiva, mais que um complexo de mudanças meramente na linha de produção, visa a um controle maior do movimento operário e da luta de classes. Nesse sentido, há uma tendência à *burocratização e institucionalização* das organizações da classe operária. Assim, além da luta institucional colocada para os trabalhadores da Flaskô através da busca de indenizações pela via jurídica após a derrocada da empresa, estava posto o abandono da fábrica pelos patrões, muito mais devastador que teriam sido as suas próprias demissões.

Nesse contexto é importante observar o posicionamento eminentemente burocrático do Sindicato dos Químicos, na medida em que se distancia do seu objetivo original, ou seja, da defesa efetiva dos interesses dos trabalhadores, assumindo, ao contrário, a negociação dos prejuízos em detrimento da organização, da luta e da busca pelos direitos dos trabalhadores. Esse distanciamento dos sindicatos em relação à função para a qual foram concebidos é explicado por Antunes (2003) como um movimento em que os mesmos perdem autonomia, voltando-se para a atuação em alternativas cada vez mais ligadas à institucionalidade, ganhando com isso *legitimidade* e estatuto de moderação, apartando-se progressivamente das ações anticapitalistas e, conseqüentemente, perdendo sua perspectiva da luta de classes.

Para agravar e aprofundar a defensividade em que os trabalhadores da fábrica ocupada se encontram, dentro deste quadro geral de precarização do trabalho, talvez o desemprego seja a sua face mais visível e ao mesmo tempo a mais contundente. Os anos 1990 no Brasil foram marcados pelo aumento do

desemprego aberto e expansão do trabalho informal em função de grandes parcelas da classe trabalhadora que foram expulsas para a margem do mercado de trabalho.

Desse quadro, o que se vislumbra, no entanto, não é apenas um desajuste conjuntural da economia nacional já tantas vezes recorrente, mas a emergência de uma nova via de acumulação capitalista baseada no capital financeiro (POCHMANN, 2000). São muitas as propostas neste sentido, conforme os interesses em disputa. O governo federal parece priorizar a estabilidade da moeda e, para garantir tal estabilidade, aposta na política de juros altos e elevação do superávit primário para cumprir os compromissos com os credores nacionais e internacionais. As expectativas de crescimento econômico viriam do crescimento das exportações, a despeito dos efeitos negativos desta política recessiva.

Segundo Paulani (2006, p. 26) não parece ser provável que com o crescimento das exportações haveria maior dinamismo na economia brasileira, pois “só se poderá falar em crescimento sustentado e elevado como vaticina o ministro⁶⁴, se se recuperar a demanda interna, ou seja, o dinamismo do consumo doméstico e do governamental e principalmente o dinamismo dos investimentos”.

Porém, não é isso que ocorre, devido às altas taxas de juros e à queda do dólar que imprimem uma realização de grandes economias através da realização de superávits para pagamentos de juros e amortizações das dívidas. Isso tem impossibilitado o consumo governamental de atuar como instrumento dinamizador do crescimento. Sobraria o consumo interno, pois o aumento do nível de emprego tenderia a pressionar para cima a massa de salários, bem como o rendimento médio dos trabalhadores. Ao contrário, a tímida recuperação do emprego não é seguida, conforme relata a autora, pelo crescimento da massa de salários.

O desemprego é hoje objeto de debate amplo, para muito além do espaço acadêmico e, em geral, sua solução é associada à necessidade de se

⁶⁴ Quando Lêda Paulani escreveu este artigo, em maio de 2004, o Ministro da Fazenda ainda era o petista Antônio Palocci.

retomar o crescimento econômico, bem como incentivar a formação de cooperativas de trabalho e produção. Essa política de deflação imposta e aplicada nos países de capitalismo periférico tem provocado um pequeno grau de crescimento do PIB, que no Brasil era significativo até a década de 1970. Com os novos mecanismos de controle do câmbio, fiscal e monetário propalados pelos organismos financeiros internacionais, os objetivos de governo passaram da busca pelo pleno emprego, característico das políticas keynesianas, à prioridade ao combate e controle inflacionário. Além dessa reformulação macroeconômica, as profundas alterações da produção flexível coadunaram para o aumento do desemprego de forma substancial.

O trabalho sem-formas inclui mais de 50% da força de trabalho e o desemprego aberto saltou de 4%, no começo dos anos 1990, para 8%, em 2002, e agora 9%, segundo a metodologia conservadora do IBGE. Entre o desemprego aberto e o trabalho sem-formas, transita, entre o azar e a sorte, 60% da força de trabalho brasileira. Na grande São Paulo, um em cada cinco está sem emprego e mesmo sem ocupação (OLIVEIRA, 2006a, p. 280).

O desemprego em larga escala e com longa duração é resultado tanto de ajustes macroeconômicos como das transformações promovidas no processo produtivo. Segundo Mészáros (2006) o período contemporâneo é uma fase do sistema capitalista em que o desemprego é sua característica dominante. Para além disso,

nessa nova configuração, o sistema capitalista é constituído por uma rede fechada de inter-relações e de interdeterminações por meio da qual agora é impossível encontrar paliativos e soluções parciais ao desemprego em áreas limitadas, em agudo contraste com o período desenvolvimentista do pós-guerra (MÉSZÁROS, 2006, p. 31).

Nessa medida, a reestruturação produtiva do capital, manifesta a partir da década de 1970, busca na prática da *lean production*, ou seja, da empresa moderna e enxuta, que tolhe o trabalho vivo e busca na aplicação tecno-científica para o desenvolvimento da maquinaria, denominado por Marx (1994) de *trabalho morto*, a sua saída para as crises. Esse novo *layout* da planta produtiva, diferentemente do taylorismo/fordismo, tem reduzido quantidade de força de

trabalho vivo aplicada nos processos de trabalho e ampliado exponencialmente sua produtividade.

O que se percebe dessa dinâmica é um rearranjo na estrutura social do trabalho que, segundo Antunes (2001 e 2003), tende a segmentar a classe trabalhadora, deixando, numa extremidade, trabalhadores altamente qualificados que lidam com as complexas tecnologias da informação e na outra extremidade desenvolvem-se a precarização e o desemprego estruturais para uma massa de homens e mulheres reféns do avanço do capital. Não obstante, mesmo os trabalhadores altamente especializados podem sofrer com o risco do desemprego e da precarização, devido à incessante necessidade de redução de custos da força de trabalho.

O mais brutal resultado dessas transformações é a expressão sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o proletariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2003, p. 49-50).

Com a redução da massa estável de operários do tipo taylor-fordista, amplia-se a massa de precarizados de múltiplas formas. Esse aumento de homens e mulheres que vivenciam o desemprego é um elemento constitutivo do *desemprego estrutural* que atinge o mundo do trabalho, cujo processo é imanente à lógica destrutiva capital⁶⁵.

⁶⁵ É interessante notar como Marx (1994) trata do desenvolvimento (unilateral) das forças produtivas ao discorrer sobre a maquinaria e a indústria moderna. “A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 1994, p. 579). A questão da destrutibilidade do capital é bastante desenvolvida por Mészáros (2002) e talvez seja quem tenha, contemporaneamente, uma das contribuições mais profícuas sobre o tema. O autor discorre desde as diversas formas de solapamento da força de trabalho como o desemprego crônico, passando pelo potencial de destruição da produção militarista, bem como a tendência ao desperdício dos bens produzidos pelo capital, discorrendo até sobre a devastação ambiental provocada pela produção capitalista, dentre outros elementos de destrutividade do capital. Segundo o autor, as tentativas de moderação ou limitação do capital são contraditórias a esse sistema. “É da própria natureza do capital não reconhecer qualquer medida de restrição, não importando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação a sua escala temporal. A própria idéia de “restrição” é sinônimo de *crise* no

O acirramento dessas condições de precariedade denota o avanço da crise do capital, na medida em que precisa, para sua reprodução, aprofundar a exploração da força de trabalho. Pochmann (2004a, p. 30) afirma que, de acordo com o IBGE, nesse processo de rebaixamento das condições e relações laborais, a renda do trabalho passou de 50% de toda a renda nacional em 1980 para somente 36% da renda nacional absorvida pelo trabalho em 2002.

Há uma perda significativa na participação do emprego assalariado no total da estrutura ocupacional do país. No Brasil, desde a abolição da escravatura até 1980, quando começaram a ser impostas as dinâmicas de reestruturação do capital, a evolução do emprego assalariado foi positiva (POCHMANN, 2006).

Durante as décadas de 1940 e 1970, por exemplo, a cada dez postos de trabalho gerados, oito eram empregos assalariados, sendo sete com carteira assinada. Entretanto, nos anos 1990, a cada dez empregos criados, somente quatro foram assalariados. [...] Em 2003, por exemplo, um em cada dois ocupados era assalariado, enquanto, em 1980, dois a cada três eram assalariados em todo o país (POCHAMANN, 2006, p. 61).

Essa dinâmica de desassalariamento se aprofunda devido à desestruturação produzida pelo capital, tomando as múltiplas formas de rebaixamento do custo da força de trabalho. As ocupações por conta própria ou autônomas, que em muitos países podem ser comparadas com um aumento de autonomia dos trabalhadores devido ao alto grau de especialização deles, no Brasil assume a caráter essencialmente precário, caracterizado por baixas remunerações.

As dificuldades de organização dos trabalhadores dos sindicatos são potencializadas pelos processos imprimidos pelo capital. A flexibilização que atinge o escopo de produção das empresas passam a exteriorizar atividades periféricas através de processos de subcontratação como as de terceirizações ao longo das cadeias produtivas. As subcontratações acabam ampliando ainda mais a fragmentação da classe trabalhadora, uma vez que o deslocamento dos

quadro conceitual do sistema do capital. A degradação da natureza ou a dor da devastação social não tem qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua auto-reprodução numa escala cada vez maior” (MÉSZÁROS, 2002, p. 253). Dessa maneira, as condições para assegurar o bom desempenho do sistema escapam geralmente ao controle do capital, erigindo assim sua natureza de incontrolabilidade destrutiva.

trabalhadores entre as empresas ao longo das cadeias produtivas gera modificações substantivas nas estruturas de filiação sindical, nem sempre absorvidas a tempo pelos sindicatos representantes das várias categorias, os quais têm tido suas bases minadas neste processo (MARCELINO, 2004).

Obedecendo a essa lógica, a terceirização tem sido um dos pilares da reestruturação produtiva e, segundo Marcelino (2004),

tem sido fundamental para garantir os níveis de produtividade e lucratividade alcançados pela produção “toyotizada”, pois consegue otimizar as escalas produtivas; reduz significativamente os custos administrativos e com a força de trabalho; abre maiores possibilidades de determinação de custos e preços (em virtude da diminuição do número de processos e atividades); permite uma maior concentração em atividades consideradas pelas empresas estratégicas; abre um novo leque de possibilidades de controle da gestão da produção, inclusive e, principalmente, sobre a força de trabalho, de forma a reduzir os potenciais de luta do trabalho assalariado em razão da menor concentração de trabalhadores (MARCELINO, 2004, p. 139).

Percebe-se que a subcontratação de trabalhadores exerce um papel estratégico no desenvolvimento da reestruturação produtiva, pois há, ao mesmo tempo, redução dos custos com a contratação da força de trabalho e controle sobre os terceiros. Ademais, outras conseqüências são visíveis com a terceirização, como a aceleração do ritmo de trabalho, bem como o aumento de tarefas e responsabilidades. Nesse sentido, um desdobramento necessário desse processo é a precarização das condições de trabalho e emprego da massa trabalhadora terceirizada.

Os contratos flexíveis permitem o emprego de terceiros por um tempo determinado, bem como por tempo parcial e também por tarefas determinadas, dentre outras situações de acordo com a demanda do contratante. Essa flexibilidade dá ao capital a disponibilidade de contratar força de trabalho de acordo com as flutuações de demanda no mercado, possibilitando assim maior tessitura em suas ações e um conseqüente fôlego extra para sua realização.

É importante ressaltar que os contratos mais freqüentes da terceirização são feitos por meio de cooperativas de trabalhadores, aspecto que para este estudo tem importância significativa, na medida em que uma das

pressões que os trabalhadores da Flaskô mais sofrem é exatamente para a formação de uma cooperativa, abrindo mão de seus direitos trabalhistas e assumindo todo o passivo da empresa falida.

Apesar de existirem diferenças essenciais entre as cooperativas terceirizadas, geralmente formadas a partir de trabalhadores que prestam serviços e cooperativas de produção, formadas por operários de empresas que passam por dificuldades financeiras, elas se aproximam numa semelhança crucial: *o baixo custo para realização do trabalho devido à ausência de encargos de proteção social* ou, em outras palavras, tanto as cooperativas de trabalho, organizadas por iniciativa patronal, como as cooperativas ditas *solidárias*, organizadas principalmente por iniciativa da Central Única dos Trabalhadores, assumem a mesma lógica do capital, que é a redução de custos para o emprego da força de trabalho.

Se analisada a redução de custos promovida pela terceirização a partir da contratação de cooperativas, o que se pode observar é um casamento singular entre a necessidade do capital de extrair maior quantidade de trabalho e a retirada de direitos que representam cálculos indesejados do capital. Segundo Druck e Borges (2002) essa forma de externalizar a produção através da formação e contratação de cooperativas organizadas pela patronal é uma das formas mais virulentas para os trabalhadores.

No caso das cooperativas, o que as diferenciam das modalidades encontradas anteriormente é a definição formal/legal que, coberta por legislação específica, garante às grandes empresas contratantes utilizarem um contrato que as dispensa de todos os custos associados aos direitos garantidos pelo assalariamento formal. Ou seja, os trabalhadores são cooperativados e, nessa condição, não são assalariados, o que lhes retira a proteção social do Estado, já que teoricamente eles estariam se “auto-gerindo” e, assim, se auto-protégendo. **É possível que seja a forma de terceirização mais perversa que se difundiu durante a década, já que precariza o trabalho de forma legal** – coberta por legislação – além de criar uma ilusão de que aqueles trabalhadores que acreditam ser a cooperativa uma alternativa de autogestão e um trabalho solidário (DRUCK e BORGES, 2002, p. 8).⁶⁶

⁶⁶

Grifos nossos.

Isso é o que disserta Amorim (2003) em seu estudo sobre a utilização de uma cooperativa de iniciativa patronal para confeccionar roupas nas regiões de Campinas e São Paulo. A fábrica Levi Strauss do Brasil, ou simplesmente Levi's, em um processo de reestruturação desativou sua unidade produtiva, transferindo a produção a uma cooperativa na qual eram associadas, ou melhor, contratadas, várias ex-funcionárias da empresa. Durante o processo de integração das operárias à Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Suporte Administrativo e Operacional (UNIOP) era exposta a necessidade de doação máxima ao empreendimento já que, a partir daquele momento, as trabalhadoras passavam a ser “donas” do próprio negócio, trabalhando em um coletivo pretensamente igualitário e autônomo. Segundo Amorim (2003, p. 142) havia clareza da intenção da Levi's da necessidade da adesão de suas ex-operárias ao trabalho de forma disciplinada, para garantir uma produtividade igual ou superior à produzida antes da externalização da produção, mesmo havendo consciência das trabalhadoras sobre a ausência de proteção trabalhista.

Para além do caráter econômico dessa estratégia de terceirização encontra-se também seu caráter político. Com a implantação da cooperativa buscou-se não só o envolvimento da cooperada com a produção, mas também sua adesão a um novo modelo de gestão do trabalho.

Como a tônica dessa apresentação recaiu sobre o aspecto econômico do cooperativismo, ou seja, sobre a rentabilidade que este trabalho poderia possibilitar, obteve-se a adesão das ex-funcionárias da Levi's, uma vez que esta proposta representava uma oportunidade de trabalho diante da situação de desemprego que estavam vivenciando. Se em um contexto de crise e desemprego estrutural os desempregados são levados a aceitar formas alternativas de trabalho como garantia mínima de renda, no caso dessas trabalhadoras da Levi's a aceitação foi acompanhada por uma credibilidade na viabilidade dessa nova experiência e da mudança que esta proporcionaria na sua condição trabalhadora (AMORIM, 2003, p. 163)

Com a Flaskô, porém, não se trata de um processo em que se poderia formar uma cooperativa sob orientação do patronato. Nesse caso, a possibilidade de se formar uma cooperativa de produção foi totalmente descartada pelos trabalhadores, não apenas por perceberem a dimensão capitalista da cooperativa, mas simplesmente pela especificidade defensiva assumida na luta pelo emprego

com a ressalva da exigência de que seus direitos trabalhistas fossem preservados, cláusula incoerente e contraditória com os objetivos a que serve a forma cooperativa.

Em situação similar a criação de cooperativas de produção e trabalho, com o auxílio patronal, como solução barata para a geração de renda para trabalhadores e lucro fácil para os capitalistas vem ocorrendo na Região Nordeste do Brasil, desde o começo da década de 1990, com apoio de governos municipais, estaduais e federais. De acordo com Lima (1997), o Ceará é um dos exemplos mais característicos desse processo de terceirização, sendo seguido pela Paraíba, Maranhão Pernambuco e Rio Grande do Norte. O financiamento de projetos de cooperativas acontece via Banco do Nordeste, auxiliados por prefeituras, que cedem terrenos para a fixação dos empreendimentos, pelo governo do estado do Ceará através da Secretaria do Trabalho, além do subsídio do governo federal com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e pelo Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) na construção dos prédios e aquisição de imóveis que servem de sede das atividades. Além disso, segundo o autor, no processo de trabalho, a noção de cooperativado age como fator de persuasão na pressão por aumento de produtividade para os trabalhadores, que somavam 1600 pessoas, em junho de 1996, somente na pequena cidade Acarape, no Ceará.

A reação sindical às cooperativas tem sido de cautela. Há algumas denúncias sobre trabalho assalariado disfarçado e considerações gerais sobre exploração do trabalho. Os sindicatos admitem, porém, que não há alternativas de trabalho à vista, o que dificulta a condenação desse sistema (LIMA, 1997, p. 156).

Exemplos de precarização do trabalho através de cooperativas são comuns na bibliografia sobre o assunto. O rebaixamento das condições de trabalho provocado pelas cooperativas é característico de tempos em que o capital avança sobre os direitos dos trabalhadores. Por isso, os exemplos de formação de cooperativas citados anteriormente são classificados por Lima (2001) como sendo de *falsas* cooperativas ou *cooperfraudes*, já que não são iniciativas dos próprios trabalhadores e não respeitam a *autonomia* de cada trabalhador, pois são usadas

por empresas para burlar as leis trabalhistas. As cooperativas de fato, para o autor, são caracterizadas com um pretense modelo de igualdade e anti-hierarquia, *solidário*, nas relações no interior do local de trabalho.

Ao contrário dessa última idéia, o que fica manifesto nesse processo é que, independentemente de a cooperativa ser *falsa* ou não, a perda de direitos trabalhistas e o conseqüente desassalariamento é a condição *sine qua non* para a lógica de competição do capital. Nesse sentido, é indiferente se a iniciativa da formação da cooperativa parte da CUT, por meio da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), se é demandada pela reestruturação de uma empresa de calçado, de confecção, ou ainda se é sugerida e difundida pelo governo federal através de sua Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)⁶⁷ a empresas que fabricam bombonas e estão em estado falimentar, como é o caso da Flaskô. Como já dissertado no primeiro capítulo, o governo federal, no final de 2003, sugeriu aos trabalhadores da Cipla/Interfibra e Flaskô, através dessa secretaria, a formação de cooperativas de produção. O que rege esse processo são as perdas de conquistas históricas dos trabalhadores substituídas por uma solução limitada e a redução de direitos trabalhistas, subordinadas ao capital, e coerentes com ele, na crescente desvalorização da força de trabalho.

Assim, o desassalariamento passou a ser a norma, com intercruzamento no interior das plantas produtivas de distintos segmentos ocupacionais: trabalho autônomo, **trabalho em cooperativas (falsas ou não)**, programas de estágios, trabalhadores assalariados contratados indiretamente pela terceirização, empregados assalariados diretamente contratados (POCHMANN, 2004b, p. 14).⁶⁸

Buscando em estudos sobre o cooperativismo *solidário* como *resposta* ao avanço do capital um elemento é sempre recorrente: a procura por emprego e renda é a *alternativa* aos avanços do capital, seja esta busca espontânea, seja organizada por através de política de inclusão social ou pela intervenção dos sindicatos. O fato é que esse recuo na luta contra o capital proposto aos

⁶⁷ Esta é uma pasta criada no governo Lula em 2003 e vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Seu principal objetivo é a geração de renda para trabalhadores desempregados através da formação de cooperativas.

⁶⁸ Grifos nossos.

trabalhadores deve ser entendido, na perspectiva da luta de classes, como uma defesa *passiva* dos empregos, na medida em que cooperativismo não é antagônico ao capital, ao contrário, as cooperativas são demandadas pelo capital como forma de rebaixamento do preço da força de trabalho. Além disso, o terreno fértil para o crescimento das cooperativas é o desemprego e as precárias condições de vida de milhões de trabalhadores, principalmente nos países periféricos como o Brasil.

Não se pode excluir a possibilidade de que o capitalismo passe nas próximas décadas por uma fase alta, com ganhos de consumo, produção e produtividade análogos aos dos 30 *anos gloriosos* do pós Segunda Guerra Mundial. Nessa hipótese, o desemprego diminuiria, assim como a quantidade de empresas falidas e a massa dos socialmente excluídos. **Estas fontes de crescimento da economia solidária sofreriam forte contração** (SINGER, 2002, p. 116-117)⁶⁹.

É importante ressaltar o que Singer (1998) apresenta como possibilidades para os trabalhadores no período contemporâneo em que a ofensiva do capitalismo segue. Para o autor, talvez o maior defensor do cooperativismo no Brasil, além de ser criador e secretário da SENAES, existem três principais acumuladores que seriam potenciais geradores de emprego: o Estado, o capital e o autônomo. A *acumulação estatal* seria uma via possível de geração de emprego se não estivesse limitada pela orientação dos gastos públicos, cada vez mais reduzidos. Por isso, o Estado não representa uma alternativa viável para a geração de emprego. Outra via para aumentar os postos de trabalho, seria o que Singer (1998) chama de *acumulação capitalista* que destaca três objetivos: a) vender e lucrar mais, aumentando a produção; b) aumentar a produtividade com menor custo; c) lançamento de produtos novos. Entretanto, este caminho estaria em contradição com a formação de novos postos na medida em que o aumento da produtividade tem o efeito oposto à geração de emprego. Ainda segundo o autor, a *acumulação autônoma* é a única saída, porque se rege pela oferta da força de trabalho. Para ele

Esta opção é viabilizada também pelo valor relativamente pequeno do capital necessário para gerar um posto de trabalho por conta

⁶⁹ Grifos nossos.

própria. O grande capital, hoje em dia, interessa-se também pelo crescimento da produção autônoma, como comprador de seus serviços. Grandes empresas têm terceirizado parte de suas atividades, despedindo os empregados que as executavam e passando a comprar os produtos ou serviços de produtores autônomos ou cooperativas, pequenas empresas etc. (SINGER, 1998, p. 129).⁷⁰

Os produtores autônomos de Singer (1998), incluídos os trabalhadores por conta própria e as cooperativas, representariam relações de produção não capitalistas. Assim, o modelo cooperativista seria uma alternativa imediata para a massa proletária atingida pelo desassalariamento, na medida em que é mais barata, bem como poderia construir-se alternativa estratégica⁷¹ para o movimento operário através da economia solidária, que, futuramente, competiria com o grande capital.

A competição entre um modo de produção movido pela concorrência intercapitalista e outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, contratualmente ligados por laços de solidariedade. Sem guerra fria, sem ameaça atômica, os homens voltarão a poder escolher e experimentar formas alternativas de organizar sua vida econômica e social (SINGER, 1998, p. 139).

Não obstante, a realidade é muito menos superficial e, ao contrário, muito mais complexa do que Singer (1998) acredita ser, pois os mecanismos utilizados pelo capital nas suas estratégias de exploração da força de trabalho prescindem da forma pretensamente autônoma, anti-hierárquica ou mesmo da necessidade da figura física do patrão. Nas modalidades flexíveis de exploração trabalho, a terceirização é um dos mecanismos que alimentam o capital e precarizam o trabalhador, estrutura indispensável, portanto coerente e não contraditória com o capital. Logo, não foi Singer (1998, p. 129) quem descobriu que para terceirizar precisa-se de um “valor relativamente pequeno do capital necessário para gerar um posto de trabalho por conta própria”, mas o foi próprio

⁷⁰ Grifos nossos.

⁷¹ Note que para Singer (1998) a crise do movimento operário é resultado do próprio movimento operário, pois “o excesso de oferta de força de trabalho solapa as organizações sindicais e confere aparente credibilidade à tese liberal de que todas as conquistas legais de direitos trabalhistas causam a diminuição da demanda por trabalho assalariado. Eliminado este excesso, os sindicatos poderão recuperar representatividade e poder de barganha (SINGER, 1998, p. 138-139)”.

capital que urdiu essa solução na ânsia pela superação das barreiras a ele impostas pela rigidez produtiva.

Nesse contexto, nota-se uma interessante semelhança, senão convergência da ofensiva do capital com essa nova modalidade de cooptação dos trabalhadores. Enquanto as empresas, como exemplificam Amorim (2003), Druck e Borges (2002) e Lima (1997), promovem a terceirização de sua produção através de cooperativas, estimulando a maior produtividade, salientando que os trabalhadores são donos, e por isso, devem se empenhar mais na produção; os arautos das *cooperativas solidárias* como Singer (1998; 2002) afirmam que estas seriam *alternativas* ao capital por serem formas *autônomas* de emprego dos trabalhadores. Ao fim e ao cabo, os *dois* discursos fundem-se numa só direção ao levar os trabalhadores a assumirem passivamente uma posição exigida pelo capital. A novidade acontece quando essa cooptação se aproxima do aliciamento promovido nas grandes empresas para captar a subjetividade operária e valorizar o capital, como definem Hirata e Zarifian (1991) e Wolff (2004). Ao serem cooptados pelos cooperativistas, os trabalhadores limitam-se à busca pela sobrevivência e à valorização de seu próprio capital, abrindo mão da luta política. *Diferentemente dos operários da Fluskô, que, além de buscar a manutenção dos seus postos de trabalho, lutam por seus direitos trabalhistas, inserindo-se ativamente na luta de classes ao reivindicar a estatização como forma possível de subsistência continuada e protegida das intempéries do mercado.*

A chamada autonomia do trabalho está diretamente ligada aos problemas do desemprego estrutural gerado pela crise do capital e, por sua vez, às diversas modalidades de informalidade do trabalho. No entanto, deve ficar claro que o conceito de informalidade⁷² é, para Malaguti (2000), um complexo de

⁷² Malaguti (2000) afirma que as próprias relações de trabalho assalariado, com contrato de trabalho, contêm traços de informalidade. Exemplos como o trabalho em horas de descanso ou hora extra não paga são traços de informalidade que correm à margem da legislação trabalhista. Mas também pode haver o inverso, em que relações formais são necessárias à informalidade, como um ambulante informal que se utiliza da estabilidade da esposa funcionária pública para conseguir crédito para financiar suas compras junto aos fornecedores. Dessa maneira, há uma simbiose entre setor formal e informal, não podendo haver uma dissociação entre ambos.

relações muito mais profundo do que simplesmente a categorização de setores em formal ou informal, devendo-se levar em conta a marginalização promovida pelo desemprego estrutural, bem como as relações obnubiladas ou invisíveis que perpassam as relações salariais de trabalho.

Essas transformações configuram-se no que Cacciamali (2000) denomina *processo de informalidade*, ou seja, essas mudanças estruturais em andamento na economia redefinem as formas de inserção dos trabalhadores na produção, reorganizando o trabalho assalariado, metamorfoseando a forma de ser do trabalho. Em outras palavras, esse movimento se refere à

reformatação das relações de trabalho nas formas de organização da produção e do mercado de trabalho do setor formal da economia em territórios e espaços que devem ser selecionados e especificados. Essas relações freqüentemente são apreendidas através de categorias analíticas que expressam formas de trabalho assalariado não registrado junto aos órgãos da seguridade social, mas também podem revelar contratações (legais ou consensuais) sob outros modos, como cooperativas de trabalho, empreiteiras de mão-de-obra, agências de trabalho temporário, locadoras de mão-de-obra, prestação de serviços temporários dissimulada sob a forma de trabalho autônomo, etc. Esses contratos não se inserem numa única forma de organização da produção ou do trabalho, pois interpenetram a totalidade do espaço produtivo de bens e serviços. Apresentam, entretanto, uma característica comum: sua vulnerabilidade, ou seja, a insegurança da relação de trabalho e na percepção da renda; a ausência muitas vezes de qualquer regulamentação laboral e de proteção social, especialmente contra demissões e acidentes de trabalho; o uso flexível do trabalho (horas e múltiplas funções); e freqüentemente menores salários, principalmente para os menos qualificados (CACCIAMALI, 2000, p. 163 – 164).

Nesse processo existem múltiplas formas de sobrevivência buscadas por trabalhadores que não conseguem se recolocar no mercado de trabalho. O elemento definidor dessa informalidade não se baseia em compra e venda regular de força de trabalho como o assalariamento. Dentro desse complexo em que os chamados trabalho formal e informal são interconectados, faz dessa processualidade uma dinâmica que se guia por múltiplos elementos da precarização. Segundo Alves e Tavares (2006) os trabalhadores assalariados sem registro bem como os trabalhadores por conta própria formam uma grande parcela do proletariado brasileiro. A dita *autonomia* do produtor que é pago por

empreitada, por peça ou outra forma de remuneração flexível não está alheia às determinações do mercado. Portanto, as transformações superficiais ou modificações nas expressões jurídicas do assalariamento mantêm-no vinculado à lei do valor. Em outras palavras pode-se afirmar que a compra e venda da força de trabalho, seja ela mascarada pelos diversos modos de *autonomia*, ou seja, formalmente assalariada, continua sendo o fundamento da produção de capital (ALVES e TAVARES, 2006).

A exigência de cada vez menos trabalho estável e cada vez mais formas diversificadas como a terceirização, o trabalho de tempo parcial, os trabalhos informais, contratação de cooperativas, dentre tantas outras formas de precarização, é fundamental para a produção capitalista. Essas formas multifacetadas do trabalho são buscadas pela necessidade de acumulação do capital cada vez mais flexível.

Algumas grandes indústrias, no Brasil e no mundo, têm mudado a fisionomia do trabalhador coletivo, na medida em que o capital se relaciona com seus opositores, como se ao invés de comprar força de trabalho estivesse comprando mercadoria. Essa exploração do trabalho na esfera da mais valia absoluta é apenas uma das estratégias, entre tantas outras, sob o mesmo regime, que podem articular grande indústria e trabalho informal. Torna-se necessário, portanto, demonstrar que a simples rearrumação das formas – novas e/ou velhas – não só não alteram o conteúdo da relação capital, como preservam e intensificam a exploração do trabalho (TAVARES, 2002, p. 56).

O que fica exposto para os trabalhadores da Flaskô nesse processo é que as cooperativas seguem o curso normal do mercado, corroborando para seu fortalecimento. Dessa maneira, o que fica patente é que com as cooperativas as práticas de mercado se tornam robustas entre os próprios trabalhadores, o que leva a uma intensificação do trabalho, com cada vez mais necessidade de prolongar a jornada, diminuir a remuneração dos cooperativados, dentre outros métodos que reforçam a concorrência no mercado e afastam os trabalhadores da luta política.

Por fim, faz-se necessário perceber todas essas modificações do capital numa perspectiva histórica para compreensão das dinâmicas contemporâneas. Apreender o momento atual da reestruturação produtiva como múltiplas

modificações moleculares, conforme o crivo interpretativo da revolução passiva, que vêm modificando as relações de força a partir da década de 1970, permite abranger todo um leque de mudanças operadas atualmente.

Se com taylorismo-fordismo os trabalhadores são submetidos ao máximo de mecanicidade, as estratégias de controle nomeadas no toyotismo visam o consentimento do operariado em uma aparente “democratização” das relações de poder fabril. Os modelos participativos de organização da produção, como o caso das cooperativas, bem como dos Círculos de Controle de Qualidade – CCQ’s (e outros modelos de participação na produção), buscam tão somente o engajamento participativo para a valorização do capital. No primeiro caso, os trabalhadores cooperativados valorizam seu próprio capital repartido entre os sócios; no segundo, valorizam o capital de outrem. Além da cooptação dos trabalhadores aos interesses do capital, os distintos mecanismos que fragmentam a classe como a terceirização ou tantas outras modalidades de trabalho atomizado pelo desemprego, criam um operariado multifacetado, o que dificulta ainda mais sua organização para a defesa de seus interesses, expondo-o facilmente à ofensiva do capital.

Essa recomposição da classe trabalhadora engendrada pela multiplicidade de ofensivas do capital tem como estratégia o consentimento operário ao seu projeto hegemônico. De supostos valores coletivos, em que os interesses antagônicos desaparecem, emergem uma cultura *solidária* e “consustanciam uma determinada iniciativa por parte do capital para responder objetiva e subjetivamente aos imperativos da passivização social ao nível das forças produtivas” (BRAGA, 1997, p. 252).

Se os imperativos do capital impõem aos trabalhadores uma luta defensiva, algumas estratégias políticas são postas em prática para tentar superar essa defensividade. O controle operário como eixo da luta política, a forma cooperativa como elemento transitório, a fetichização da cooperativa e a via da auto-gestão como alternativas ao proletariado são relacionados no capítulo seguinte como possibilidades que, na esfera econômica, se colocam diante dos

trabalhadores pela defesa dos empregos, mas que no desenvolver das reivindicações dos operários da Fluskô assumem o caráter político que deve configurar a luta de classes no interior do capitalismo.

3 O EIXO DA LUTA POLÍTICA: CONTROLE OPERÁRIO

*Como classe,
Os trabalhadores agora lutam a luta política. E a classe
Dispersa tantas vezes pela concorrência entre membros indigentes
É unida sempre de novo através de lutas comuns,
(Bertolt Brecht)*

O avanço do capital emerge novas formas de ser da organização dos trabalhadores no processo produtivo na batalha pela manutenção de seus postos de trabalho. A proposta da forma cooperativa apresentada como panacéia para a desagregação sofrida pelos trabalhadores traduzida pelo desemprego e pela precarização na evolução ofensiva do capital no processo de acumulação se traduz no “fetiche da forma”, que representa, para os seus defensores, uma resposta dos trabalhadores à acumulação flexível. Entretanto, para estes mesmos trabalhadores, o cooperativismo é a forma de ser que lhes garante o emprego, porém, acompanhada de concessões que lhes subtraem os direitos trabalhistas, abandonando o ponto de vista da luta de classes. É essa forma de ser que os operários da Flaskô recusam. É essa solidariedade que dispensam. Tudo porque a luta por eles assumida aponta para uma dimensão transversal à esfera econômica: a luta política.

3.1 A forma cooperativa

Quando se depara com o caso da Flaskô, em que o elemento de defensividade dos empregos é evidente, à idéia da forma cooperativa de produção, devido a dois principais fatores é a primeira que vem à mente. O primeiro, obviamente, por se tratar de um movimento comum, um procedimento quase natural na seqüência do processo em que os operários tomam uma empresa em dificuldades. Em geral, nesse caso, formam uma associação cooperativa em seguida à ocupação. E esse é o motivo de os trabalhadores da Flaskô sofrerem pressões para transformar a fábrica em uma cooperativa. Em segundo lugar, pelo fato de o movimento cooperativista constituir-se num

movimento histórico, remetido aos primórdios do capitalismo, desde o começo do século XIX com Robert Owen, que promoveu experiências cooperativistas na Inglaterra.

Como já abordado anteriormente, as pressões para formação de cooperativa não partem apenas do movimento operário, mas são fruto da dinâmica atual do capital, que utiliza o desemprego como matriz para pressionar os trabalhadores de cooperativas à perda de direitos trabalhistas. Nesse sentido, é preciso investigar as razões históricas da concepção dessa forma de organização como uma panacéia entre os trabalhadores.

O primeiro traço dessa solução é a superfluidade, dentro de uma cooperativa de produção, da figura do patrão.

Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns audazes. **O valor dessas grandes experiências sociais não pode ser superestimado.** Pela ação, ao invés de por palavras, demonstram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna, **pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utilizam o trabalho da classe dos assalariados;** que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como meio de denominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas a forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa, com gosto, entusiasmo e alegria (MARX, 1977c, p. 319-320)⁷³.

O argumento desses empreendimentos que rejeita o patrão como figura indispensável dentro do processo produtivo representa, para o movimento operário, a comprovação de que os trabalhadores, de forma autônoma, são capazes de conduzir a economia. Entretanto, esse elemento não deve ser exagerado nem tomado como termo do processo de luta, pois, a dispensa da figura do patrão apenas ratifica a capacidade do movimento operário de gerir o processo produtivo, seguindo autonomamente seu caminho. Ao contrário, essa demonstração científica da Economia Política dos trabalhadores de que o operariado independe de uma classe de proprietários para produzir não encerra a luta de classes, bem como não se constitui em solução para os trabalhadores.

73

Grifos nossos

Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 **provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio**, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operário isolados, **jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas**, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. **É talvez por essa mesma razão que, aristocratas bem intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes, passaram de repente a elogiar ad nauseam o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como o sacrilégio de socialistas.** Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais (MARX, 1977c, p. 319-320)⁷⁴.

Não é difícil imaginar hoje em dia, utilizando as mesmas palavras de Marx, quais *economistas penetrantes*, repisam a necessidade de formação de cooperativas como solução para o atual momento do capitalismo. Mas o combate de Marx (1977a) para rechaçar as simplificações e distorções dava-se inclusive dentro do movimento operário. A formação das cooperativas estava no programa de Ghotá, em que o partido operário alemão exigia a formação de cooperativas com a ajuda do Estado, para a formação de uma organização socialista do trabalho.

Depois da “lei de bronze” de Lassalle, vem a panacéia do profeta. E se lhe “prepara o caminho” de um modo digno. A luta de classes existente é substituída por uma frase de jornalista: “o **problema** social”, para cuja “**solução**” “prepara-se o caminho”. A “organização socialista de todo o trabalho” não é o resultado do processo revolucionário de transformação da sociedade, mas surge da “ajuda do Estado”, ajuda que o Estado presta as cooperativas de produção “**criadas**” por **ele** e não pelos operários. Esta fantasia de que com empréstimos do Estado pode-se construir uma nova sociedade como se constrói uma nova ferrovia é digna de Lassalle! (MARX, 1977a, p. 237-238).⁷⁵

A *ajuda* do Estado para formação de cooperativas que estava no programa do partido alemão não é exclusividade deste. A *ajuda* disponibilizada aos operários da Flakô pelo governo do Partido dos Trabalhadores do Brasil na gestão de Lula, através de sua Secretaria Nacional de Economia Solidária, que tem a formação de cooperativas como principal instrumento de construção de uma

⁷⁴ Grifos nossos.
⁷⁵ Grifos do autor.

sociedade *mais justa*, foi rejeitada pelos operários. Outro motivo para a recusa, além das perdas que os trabalhadores assumem ao se organizar em associação cooperativa, é a repulsa pela imersão do movimento na esfera da economia, deixando de lado as reivindicações políticas necessárias à transformação real do estado de coisas.

E nesse processo em que os operários da Flaskô se opõem à formação de uma cooperativa, é importante lidar com esfera política. É nesse âmbito que as reivindicações proletárias se contrapõem aos interesses dominantes. É no campo da luta política que os trabalhadores se conformam como uma classe organicamente orientada e, nessa medida, o movimento cooperativista se distancia das estratégias da luta de classes, para subordinar-se à esfera do mercado numa possível melhoria pontual da qualidade de vida de cada núcleo cooperativo.

O verdadeiramente escandaloso não é tampouco o fato de que se tenha levado para o programa esta cura milagrosa específica, mas o fato de que se abandone o ponto de vista do movimento de classes, para retroceder ao movimento de seitas.

O fato de os operários desejem estabelecer as condições de produção coletiva em toda a sociedade e antes de tudo, em sua própria casa, numa escala nacional, só quer dizer que oprimem por subverter as atuais condições de produção, e isto nada tem a ver com a fundação de sociedades cooperativas com o Estado. *E, no que se refere às sociedades cooperativas atuais, estas só⁷⁶ têm valor na medida em que são criações independentes dos próprios operários, não protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses* (MARX, 1977a, p. 237-238).⁷⁷

O avanço do capital é de fato uma realidade para os trabalhadores que ousam resistir às suas demandas. Por não aceitarem a proposta do governo Lula de formação de cooperativas, os trabalhadores da Cipla, Intefibra e Flaskô sofreram ataques diretos contra sua organização. Como os trabalhadores das três empresas ocupadas resistiram às propostas do Governo de criar cooperativas, no final do mês de maio de 2007, um interventor passou a gerenciar as fábricas. Ele foi nomeado pela Justiça Federal a pedido do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), vinculado ao Ministério de Previdência Social, cujo ministro é Luis

⁷⁶ Grifo do autor.

⁷⁷ Grifos nossos.

Marinho organizado no Partido dos Trabalhadores (PT) e ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central sindical do Brasil. Acompanhado de policiais federais, a primeira atitude do interventor foi demitir cerca de 40 operários vinculados ao Conselho de Fábrica das empresas de Joinville.

Logo em seguida, no mês de junho, foi a vez de a Flaskô sofrer ingerência, mas desta vez o interventor não tem logrado êxito. Os trabalhadores resistiram à intervenção e impediram que acontecesse como nas fábricas de Joinville. Nas palavras dos operários

Não aceitaremos nenhuma intervenção judicial com o objetivo de fechar a Flaskô ou transformá-la em uma cooperativa, demitindo os trabalhadores e acabando com os direitos [...] Sabemos que as fábricas ocupadas são a prova viva que os trabalhadores não precisam de parasitas destruindo e pilhando a sociedade, como é prova a lista pública dos milhos de devedores do INSS entre eles o Banco Itaú, o Unibanco e a Vale do Rio Doce. [...] Manteremos a Flaskô sob o controle democrático dos trabalhadores. Com nosso Conselho de Fábrica eleito pelos trabalhadores para dirigir a fábrica e a luta pelos empregos e pelos direitos. Não aceitaremos a intervenção! (CONSELHO, 2007).⁷⁸

Os trabalhadores têm denunciado as ações do interventor na Cipla e Interfibra. Segundo os operários, além de o administrador imposto judicialmente estar reduzindo pouco a pouco os postos de trabalho na Cipla, houve redução nos salários com o corte no adicional noturno, além da suspensão de pagamentos de outros benefícios. Na Interfibra, onde a situação da fábrica não é tão calamitosa como a da Cipla - onde trabalhadores voltaram a trabalhar 44 horas semanais - o que não ocorria desde dezembro de 2006, quando, por determinação dos próprios trabalhadores, houve redução da jornada para 30 horas semanais sem que houvesse redução de salários. Ainda de acordo com as denúncias dos trabalhadores, a solução para as fábricas apontada pelo interventor é única: a formação de uma cooperativa, mesmo que seja contra a vontade dos operários.

O que se pode perceber com isso é que a formação de cooperativas nesse contexto não é uma solução dos trabalhadores, mas um ataque contra eles na luta

⁷⁸ Carta do Conselho de Fábrica da Flaskô a trabalhadores de todo o mundo. Sumaré, 21 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/site/start.php?inoid=10939&sid=6>>. Acesso em 14 jul. 2007.

entre classes antagônicas. Porém, a formação de cooperativas vem tomando proporções consideráveis no debate sobre as saídas que os trabalhadores dispõem. A justificada utilizada para que os operários formem juridicamente uma cooperativa usa inclusive as palavras do próprio Marx, o que daria um estatuto de verdade para essas soluções precarizantes.

Juridicamente os trabalhadores das três empresas ocupadas não se parecem em nada com os trabalhadores de cooperativas. Estes são “pequenos capitalistas” e, portanto, não têm direito trabalhista algum, mas somente suas próprias produções individuais. Diferentemente, os trabalhadores das empresas como a Flaskô são operários e não aceitam abrir mão dessa condição, nem perder os direitos inerentes ao trabalhador. Se na forma do direito os cooperativados não se parecem com os trabalhadores da Flaskô, nos processos decisórios que conduzem a empresa, a situação é diferente: são compartilhados entre todos os trabalhadores através de assembléias em que se pode decidir os rumos da produção. Nesse sentido, tanto os trabalhadores da Flaskô quanto os cooperativados decidem coletivamente os rumos que suas empresas devem tomar.

Ora, se não há proprietário, os trabalhadores da empresa teriam organizado *informalmente* uma cooperativa independente. Isso é verdadeiro, porém, ao não aceitarem a fundação de uma cooperativa juridicamente constituída, os operários da Flaskô se recusam a deixar de lutar politicamente. Para além disso, quando reivindicam a estatização sob o controle dos trabalhadores da empresa como meio de unir as lutas por empregos e por direitos, esforçam-se em negar o momento presente como uma reivindicação transitória. Dito de outra maneira, a condução da Flaskô é pensada estrategicamente e orientada pela luta de classes, já que os operários não admitem medidas em que sua participação na condução da empresa aconteça de maneira estável e duradoura como ocorre com as cooperativas em que a ordenação jurídica pacifica a luta dos trabalhadores. Dessa forma, a reivindicação dos trabalhadores se contrapõe frontalmente ao presente hegemonizado pelo neoliberalismo, que tende

à retirada de direitos dos trabalhadores e à ampliação exponencial de desemprego, no qual o Estado é um legitimador dessas modificações.

Como pequenos capitalistas de si próprios, organizados em cooperativas, os trabalhadores teriam proteção do estado para continuar no mercado. As reivindicações desses trabalhadores auto-explorados não seriam diferentes de muitos pequenos capitalistas, que não se inserem na luta de classes, mas reivindicam a permanência no mercado. Por isso, a necessidade de uma secretaria em um ministério para *auxiliar* esses cooperativistas a continuar a concorrer com pequenos empresários e outros trabalhadores cooperativados, além das grandes empresas. Nessa medida, a reivindicação da estatização não é um pedido de *ajuda*⁷⁹ para a sobrevivência dos trabalhadores, pois isso foi oferecido pelo Governo Federal desde o começo da campanha das fábricas e sempre rejeitada pelos trabalhadores. Esta reivindicação da estatização na qual operários controlam a produção é uma palavra de ordem que procura demonstrar aos operários da fábrica, e aos trabalhadores alhures, a distinção entre uma realidade concreta da luta de classes em que os operários estão inseridos e abstrações *ardilosas* de que com cooperativas se consiga chegar ao socialismo.

Se no passado, a forma cooperativa serviu (e ainda serve) como a constatação de que os trabalhadores prescindem da classe dos patrões, contemporaneamente a imposição deste formato de empresa vai à contramão dos ganhos históricos dos trabalhadores, corroborando para o aumento da exploração devido à perda de inúmeros direitos e benefícios que os operários conquistaram ao longo de anos de luta. Se considerada isoladamente por uma abstração, a forma cooperativa de uma empresa aparece como elemento de resistência, na medida em que os operários dispensam a figura de um extrator de trabalho alheio. Entretanto, trazida à realidade, fica demonstrada a profunda subordinação a que se submetem os cooperativados aos grandes capitais, sua inserção no mercado como estratégia de sobrevivência e, por conseguinte, sua recusa à luta de classes

⁷⁹ Fazendo alusão à ajuda do Estado às cooperativas das quais fala Marx na “Crítica ao Programa de Gotha”. (MARX, 1977a, p. 237-238).

como norteador de lutas. Por seu turno, os trabalhadores da Flaskô, mesmo que defensivamente, lidam politicamente com as situações que lhes são impostas no cotidiano da fábrica, desconsiderando que as demandas dos operários da empresa se resolvam no mercado.

Não é somente na esfera produtiva que pode haver um processo de socialização das empresas privadas. O desenvolvimento do sistema de crédito proporcionou a criação de empresas por ações e a conseqüente coletivização da propriedade das empresas. Esses elementos de socialização são próprios do modo de produção capitalista, que cria no seu interior traços de sua superação.

As fábricas das cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, **são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenha de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista.** Mas, dentro delas, suprimiu-se a oposição capital e trabalho, **embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas de si mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho.** Elas mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção correspondentes, novo modo de produção naturalmente desponta e se desenvolve partindo do antigo. Sem o sistema fabril oriundo do modo capitalista de produção, não poderia desenvolver-se a cooperativa industrial dos trabalhadores, e tampouco o poderia sem o sistema de crédito derivado desse modo de produção. Esse sistema, que constitui a base principal para a transformação progressiva das empresas capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, também proporciona os meios para a expansão progressiva das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional. Tanto as empresas capitalistas por ações quanto as **cooperativas industriais de trabalhadores devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado,** com a diferença que num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro, de maneira positiva (MARX, 1981, p. 509).⁸⁰

Esse aparente otimismo em relação às cooperativas é na verdade uma constatação de um movimento imanente ao desenvolvimento contraditório do capitalismo, que gera um emaranhado de elementos que têm o *potencial* de superar o capital. A grande indústria também é exemplo de que o capitalismo é criador de elementos antagônicos, pois dela se origina o próprio proletariado que é o sujeito histórico portador da *potencialidade* de sobrepujar o capitalismo. Desse

⁸⁰

Grifos nossos.

modo, o autor procura nas qualidades do presente o pressuposto de um novo modo de produção, ou seja, percebe nas formas capitalistas atuais os elementos transitórios com potencial de superar o capital. Marx (1994, p.14) cita no posfácio de 1873 um autor não denominado por ele, crítico de seu “O Capital”, segundo o qual “O mais importante, de tudo, para ele [Marx], é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para outra, de uma ordem de relações para outra”. Concordando *ipsis litteris* com a passagem, Marx (1994, p. 16) considera que tal crítico conseguiu “retratar fielmente” seu método dialético.

Segundo Benoit (2005) o conceito de transição na teoria marxista opera em três sentidos que se interconectam: primeiramente pode ser interpretado como as formas de se caminhar do modo de produção capitalista até a tomada do poder de Estado pelo proletariado. Nesse sentido, é preciso compreender as leis que dirigem o presente capitalista e, principalmente, o conjunto de elementos que operam suas modificações. Dessa maneira, o presente capitalista posto deve ser compreendido e negado, de forma a pensar a transição deste presente para elementos de outro presente. Benoit (2005) afirma que este é o sentido sobre o qual o conceito de transição predomina, determinando os outros dois sentidos.

Um segundo sentido refere-se ao período que se estabelece após a tomada do poder, em que a transição ocorre por um período largo de tempo em momentos distintos da passagem do socialismo ao comunismo. Por último, um sentido em que a transição é compreendida pela de passagem de um modo de produção a outro, qualquer um que seja o modo de produção, como por exemplo, da comunidade primitiva ao modo de produção asiático ou do feudal ao capitalismo ou deste ao socialismo e comunismo.

Assim, os pressupostos de um modo de produção estão no seu passado, estão nos modos de produção anteriores. Por isso, para compreender bem o presente capitalista posto, Marx precisa investigar os pressupostos do capitalismo. E compreendendo bem o presente capitalista posto, Marx investiga, ao mesmo tempo, os pressupostos do novo modo de produção possível, o comunismo [...] e que procurava compreender essencialmente o capitalismo porque este estava gerando, dentro de si próprio, isto é, de forma imanente, as novas forças produtivas e as novas relações de produção, ou seja, os pressupostos do modo comunista de produção (BENOIT, 2005, p. 6).

As empresas por ações, como as cooperativas, também são elementos antagônicos que surgem no seio do modo de produção capitalista. O próprio desenvolvimento do capitalismo, através das sociedades anônimas, gera, contraditoriamente, o fim da propriedade privada, na medida em que transforma propriedades individuais em propriedades coletivas. A extinção paulatina de capitalistas individuais e a simultânea instituição gradual da propriedade coletiva dos meios de produção também são prova de que o capitalismo cria o seu oposto. Porém, a forma jurídica capitalista da qual a propriedade privada é determinante, subordina todas as outras formas coletivas, deixando-as presas à lógica do capital. Assim, pensar que a disseminação de cooperativas, espontaneamente, tende a levar a um modo de produção superior, está no mesmo patamar que acreditar que a multiplicação das sociedades anônimas conduz ao fim da propriedade privada dos meios de produção (GERMER, 2006).

Como se pode perceber, Marx (1977a; 1977c) nega peremptoriamente a possibilidade de o cooperativismo se desenvolver e levar à transição entre o capitalismo e um novo de produção. Consideradas apenas como uma forma transitória dentro do capitalismo, o que autor ressalta é exatamente a possibilidade de as cooperativas servirem como um desvio da luta de classes, no qual filantropos e eminentes economistas repetem entediadamente que o sistema de trabalho cooperativo, como uma bandeira que se agarra, não deva ser estimulado pelas razões estruturais de que jamais conseguirá deter o desenvolvimento exponencial do monopólio, libertar as massas ou reduzir de maneira perceptível a desigualdade entre as classes (MARX, 1977c).

Outras demonstrações de que o capital gera o seu oposto podem ser constatadas em excertos de *O Capital* que discorrem sobre a divisão de lucro e juro do empresário. Com o desenvolvimento do capitalismo, o trabalho de direção de uma fábrica chega a estar dissociado da propriedade do capital, do patrão. Usando o exemplo de Marx (1981) esse afastamento entre patrão e direção pode ser comparado à orquestra, em que o maestro não precisa ser proprietário dos

instrumentos e muito menos sua função de dirigente tem obrigação com o salário dos outros músicos.

O trabalho de direção e supervisão, quando não é função particular decorrente da natureza de todo trabalho social combinado, tem sua origem na oposição entre proprietário dos meios de produção e o proprietário da mera força-de-trabalho (MARX, 1981, p. 443).

As fábricas cooperativas, bem como as empresas capitalistas por ações, provam que, no desenvolvimento capitalista, o patrão, como uma função particular na produção, é completamente ultrapassado na razão proporcional e direta em que o trabalho do proprietário não é resultado do processo de produção em seu aspecto capitalista. Entretanto, mesmo não prescindindo dele como uma função particular, o capitalista não desaparece, pois ele provém da forma social do trabalho, ele é plasmado pelo metabolismo social do capital. Em outras palavras: o capitalista deriva da combinação e cooperação de muitos para alcançar seus objetivos comuns de exploração da força de trabalho, prescindindo, assim, de sua presença na produção. Segundo Marx (1981, p. 445) os economistas vulgares são incapazes de perceber formas desenvolvidas em meio à produção capitalista que são “separadas e libertas de seu contraditório caráter capitalista”, afirmando que o trabalho do capitalista não é necessário como uma função produtiva específica.

O salário de direção, tanto para o gerente mercantil quanto para o industrial, aparece totalmente dissociado do lucro de empresário nas fábricas cooperativas e nas empresas capitalistas por ações. A separação entre salário de direção e o lucro do empresário, fortuita nos demais casos, é constante. O caráter antagônico do trabalho de direção desaparece na fábrica cooperativa, sendo o dirigente pago pelos trabalhadores, em vez de representar o capital perante eles. As sociedades por ações em geral – que se desenvolvem com sistema de crédito – têm a tendência de separar cada vez mais da propriedade do capital a função de administrar, seja o capital próprio ou emprestado, do mesmo modo que o desenvolvimento da sociedade burguesa levou a funções judiciárias e administrativas a se dissociarem da propriedade fundiária, de que eram atributos na sociedade feudal. [...] Nessas condições, fica extinto apenas o funcionário e o capitalista desaparece do processo de produção como figura supérflua. (MARX, 1981, p. 446).

Desse modo, parece ser evidente que as cooperativas não são um embrião de uma nova sociedade num plano micro, que cresce, evolui e se espalha em dimensões nacionais. Da mesma forma, uma cooperativa não é uma semente que

se planta no solo fértil da solidariedade da classe trabalhadora para, a partir disso, passar a concorrer no deserto do capital. Ao contrário disso, as cooperativas não representam nada além de empresas capitalistas desenvolvidas no interior do modo de produção, que prescindem da função do proprietário como figura essencial para seu funcionamento. Nas palavras de Marx (1977a, p. 237) o operariado ao enveredar pelo cooperativismo tende a retroceder a um “movimento de seitas”, como se configuravam as cooperativas no século XIX, ao invés de avançar na luta de classes.

Diferentemente das cooperativas de produção, o critério principal que direciona a Flaskô é orientado, mesmo que defensivamente, por uma disputa de classe, e não pelo mercado. Assim, o rumo da empresa ocupada é tomado com preponderância da política. Prova disso, além dos exemplos das campanhas pela estatização e lutas apontadas no primeiro capítulo da dissertação, é a remuneração recebida pelo coordenador do Conselho de Fábrica que é paga com o mesmo salário que um operário da produção, o qual gira em torno de mil reais. Porém, como a fábrica não está suspensa no mercado, ela precisa de técnicos qualificados, como engenheiros, contabilistas, etc., para que a produção possa continuar, pagando para esses funcionários o salário médio do mercado, equiparando-se à remuneração da mesma função em outras empresas.

Essa forma de constituir uma empresa desvenda os olhos dos trabalhadores quando a luta política é priorizada, demonstrando a partir de qual escombros da sociedade capitalista se deve começar. Nessa medida, a forma cooperativa foi uma maneira de organizar a produção durante a revolução dos trabalhadores parisienses de 1871. Não fazia sentido para o proletariado, ao se organizar nas fábricas, convocar um proprietário para conduzir a produção de bens, se eles próprios podiam conduzir as fábricas. Analogamente, é preferível para um burguês construir uma oficina, de tecelagem, por exemplo, para vinte trabalhadores do que dispor de dez oficinas com dois trabalhadores cada uma, pois se economiza meios de produção quando se emprega muitos operários num mesmo processo de trabalho. Em outras palavras, pode-se afirmar que, assim

como a cooperação no processo de trabalho, uma empresa cooperativa é um desdobramento próprio do capital no seu processo contraditório de desenvolvimento.

É relevante ressaltar a importância da cooperação para a produção tipicamente capitalista, pois a atuação de um grande número de operários a um só tempo, num local determinado ou num mesmo ramo de atividade, produzindo um tipo de mercadoria sob o comando de um mesmo burguês é um dos pilares do modo de produção capitalista. Esse emprego da cooperação no processo produtivo conduz a uma economia dos meios de produção, devido ao uso comum desses meios no processo de trabalho executado por grande número de trabalhadores.

E esses meios adquirem esse caráter de condições de trabalho social ou condições sociais de trabalho em comparação com os meios de produção esparsos e relativamente custosos de trabalhadores autônomos isolados ou de pequenos patrões, mesmo quando os numerosos trabalhadores reunidos não se ajudam reciprocamente, mas apenas trabalham num mesmo local (MARX, 1994, p. 373 – 374).

Para organizar a produção, portanto, os comunardos franceses partiram dos melhores pedaços do que restava da produção capitalista. Nesse caso, as associações cooperativas formariam, no meio dos destroços de uma sociedade apodrecida, uma parte a ser aproveitada. É nessa perspectiva que Engels e Marx se referiam à criação de associações cooperativas pelos operários parisienses após a formação da Comuna.

A 16 de abril, a Comuna ordenou que se fizesse um recenseamento estatístico de todas as fábricas fechadas pelos patrões e se preparassem os planos para o reinício de suas atividades pelos operários que nelas trabalhavam, organizados em associações cooperativas, assim como se projetasse também a organização de todas essas associações numa grande federação. (ENGELS, 1977, p. 162).

A instalação de cooperativas só faz sentido se for uma iniciativa própria dos trabalhadores, inseridas na luta de classes contra o poder de Estado burguês e sem auxílio de governantes ou filantropos, como aconteceu na Paris de 1871.

Contudo, os indivíduos das classes dominantes bastante inteligentes para perceber a impossibilidade de perpetuar o sistema atual – e não são poucos – **erigiram-se nos apóstolos enfadonhos e prolixos da produção cooperativa. Se a produção cooperativa for algo mais que**

uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista, se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, conseqüências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo “realizável”? (MARX, 1977c, p. 200).⁸¹

É sabido que o desfecho da Comuna de Paris não foi favorável para os operários parisienses, mas tornou-se um marco histórico para a luta de classes, pois ficou provado historicamente que a tomada do poder pelos trabalhadores é possível. Somente com o embate permanente entre as classes antagônicas é viável ao proletariado a possibilidade de transição a um novo modo de produção. A formação de associações de trabalhadores em cooperativas foi possível, portanto, após a dura derrota dos burgueses parisienses. Nessa medida, o discurso ardiloso de que as cooperativas levam ao socialismo não passa de uma armadilha para desviar os trabalhadores das disputas políticas da luta de classes. Assim, ainda que defensivamente, com o intuito explícito da preservação dos empregos e dos direitos, os operários da Flankô conseguiram compreender o estratagema capitalista da forma cooperativa e decidiram, ao optar pela estatização⁸², trilhar o caminho da luta política.

E não são poucos os estudiosos da chamada *economia solidária* que fazem de suas pesquisas um conjunto de argumentos que defendem as cooperativas como formações sociais que poderiam concorrer com os monopólios e, enquanto não os superam, vão melhorando, aos poucos, a vida de quem delas participa. Esses empreendimentos são desenvolvidos com o apoio de sindicatos, governos, organizações não governamentais e outros fomentadores de cooperativas que propõem valores de autogestão para os trabalhadores, acompanhados pelo combate ao desemprego e norteados pelo desenvolvimento sustentável⁸³.

⁸¹ Grifos nossos.

⁸² Não houve estatização durante o levante parisiense, mas coletivização da produção fabril. É nesse sentido que esta palavra de ordem deve ser percebida, a estatização como coletivização da produção através do controle operário.

⁸³ Uma detalhada análise histórico-política das origens e do significado atual do conceito correspondente de Desenvolvimento Sustentável é apresentada em Nobre (2002), onde é traçado o processo de transformação desse termo em princípio discursivo e de ação de aceitação universal nas discussões econômicas e ambientais.

Segundo Lima (2004) a direção que se busca nesse movimento é a maior democratização do trabalho através da posse coletiva, bem como pela autogestão, que pretendem pôr fim à subordinação do trabalho ao capital.

O enfeitiçamento provocado pela forma cooperativa como panacéia para a classe trabalhadora corrobora para o afastamento do movimento operário da luta entre as classes na razão proporcional em que sua orientação deixa de ser seu embate cotidiano para derrotar o capital, passando a ser exclusivamente sua sobrevivência dentro da lógica do capital. Nesse sentido, as cooperativas passam a representar, para os trabalhadores, alternativas de ocupação através da manutenção de seus postos de trabalho ou ainda de geração de emprego e de renda, como solução à disseminação exponencial do desemprego. Ao imergir nas alternativas dadas pelas cooperativas solidárias, os trabalhadores não se inserem nos combates e pelejas dos imperativos da luta de classes.

3.2 O fetiche da forma

Para tentar justificar as múltiplas experiências de trabalhadores frente ao desemprego, iminente ou já constituído, como protótipos de socialismo ou de fenômenos em contraposição ao capitalismo, os analistas da economia solidária tentam mostrar em suas exposições como as iniciativas dos trabalhadores são profícuas. Contudo, o que se tem visto é a proposição desses empreendimentos como instrumentos de geração de emprego e de renda, destacando-se o elemento de defesa da reprodução física dos trabalhadores.

São diversas as origens dessas experiências que têm levado os trabalhadores a se organizarem em cooperativas. Desde pesquisadores, professores e estudantes em universidades, que fomentam a formação de cooperativas através de incubadoras de cooperativas, passando por sindicalistas até religiosos, seguem unidos para, cada um, à sua maneira, criar experiências de emprego e de renda para trabalhadores desempregados. O desenvolvimento

dessas atividades se revela, por um lado, como promoção de filantropia, na medida em que busca minimizar o sofrimento dos desempregados; por outro lado, esse engajamento solidário de criação de cooperativas afasta-se dos objetivos históricos da classe trabalhadora, na medida em que em seu trabalho de Sísifo⁸⁴ de combate ao desemprego não elimina o problema, o que o condena a eternamente buscar a criação de trabalho e renda. Em resumo, a economia solidária, diante da crise capitalista, submete sua busca por emprego e renda a todos os ditames do capital, subordinando qualquer luta política efetiva que se insere numa disputa de classes ao engajamento de alternativas de sobrevivência, contrariamente ao que defendem os seus adeptos:

Entendemos a abertura de uma nova perspectiva para o trabalhador através da construção efetiva de relações de trabalho e constituição de laços de solidariedade. Além de se constituírem enquanto uma alternativa de geração de trabalho e renda, as cooperativas podem ser consideradas como importantes espaços nos quais os trabalhadores adquirem uma experiência de organização não-hierárquica. Com essa experiência, os cooperados aprendem na prática a importância e a necessidade de se organizar enquanto grupo, na mobilização coletiva para a conquista de seus direitos (PEREIRA, 2007, p. 85).

O que é renitente nos trabalhos, a exemplo do de Pereira (2007) é considerar que, além de filantropia, a organização do trabalho nas cooperativas é uma panacéia para a transformação social. Ao considerar que a supressão da oposição entre capital e trabalho dentro de uma empresa cooperativa gera outro modo de produção no interior do modo de produção capitalista, deve-se então remeter a Marx (1981): a ruptura da velha forma de produzir que o metabolismo social do capital tem emanado não pode ser considerada além de sua forma. Como qualquer outra forma, a cooperativa deve ser considerada como tal e não pode ser separada do conteúdo, do momento histórico ao qual pertence. Nesse sentido, ela não rompe com os defeitos do sistema capitalista, mas reproduz todas as suas penúrias. Em outras palavras, as cooperativas não podem escapar às amarras das relações de produção capitalistas, pois esta é a forma social que

⁸⁴ *Sísifo* foi condenado por Zeus, por roubar viajantes, a conduzir um pedregulho para o alto de um monte, mas, ao chegar ao topo, o penedo logo deslizava, o que o obrigava a repetir a tarefa continuamente, em eterno recomeço.

materializa o conteúdo histórico e subordina todas as outras formas pretéritas, como a escravidão e as transitórias, como as que socializam a produção.

Não é por acaso que Lênin (1988) denominou fantasiosas as tentativas de fazer das cooperativas o baluarte de uma nova sociedade na medida em que outros problemas fundamentais da luta de classes como a derrubada da classe explorada e o poder político são deixados de lado.

Por isso temos razão quando consideramos que esse socialismo cooperativo é puramente fantástico, e que é romântico e até mesmo trivial, o sonho de transformar os inimigos de classe em paz de classe (a chamada paz civil) mediante simples organização da população em cooperativas (LENIN, 1988, p. 344).

Nesse sentido, as experiências que se têm do movimento cooperativista provam que, indiferentemente de seus princípios, as chamadas solidárias ou aquelas criadas como fachada, com o objetivo explícito de subtrair dos seus cooperados, que na realidade são trabalhadores com vínculo empregatício, as chamadas cooperfraudes, o trabalho cooperativo não é, senão, um fato do desenvolvimento do capital que gera seu oposto. Porém, esse fato é tomado como panacéia para os trabalhadores e para torná-lo mais palatável aos operários, os defensores do movimento chamado cooperativismo solidário buscam a diferenciação de valores com outros modelos de cooperativas. Talvez seja por não aceitarem esse princípio, dito solidário, de cooperativa, proposto em 2003 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária é que os trabalhadores da Flaskô estejam sendo obrigados pelo Governo Federal a se transformar em uma cooperativa.

Para os defensores das cooperativas, Segundo Lima (2004), o princípio ético da solidariedade dos trabalhadores cooperativados é capaz de diferenciá-los substancialmente dos operários das cooperativas que são usadas para burlar as leis trabalhistas. Esse princípio é reiterado como suficiente para dar aos cooperativados uma gama de expectativas de superação do capitalismo

Nesse quadro, o crescimento da economia solidária mostra uma saída possível, uma política de desenvolvimento sustentável paralela às instituições capitalistas regulares e, contraditoriamente, integrada a ela. Várias cooperativas pragmáticas fecham quando são abandonadas pelas

empresas primeiras que as sustentam. O apoio a esses empreendimentos poderia alterar o quadro. O combate explícito às cooperativas não solidárias talvez fosse mais efetivo se considerasse a possibilidade de transformação de cooperativas não solidárias em solidárias por meio da educação cooperativa de seus membros sobre os princípios do cooperativismo e pelo debate democrático na sociedade (LIMA, 2004, p. 58)

A iniciativa do próprio capital na busca de soluções para seus impasses o tem levado a reestruturar-se, buscando nas cooperativas *solidárias* ou *patronais*, uma saída para maior integração dos trabalhadores na produção com maior grau de exploração, numa forma cujo conteúdo é pretensamente solidário e incapaz de livrar os operários dos grilhões do capital. A concorrência é imanente a este modo de produção e leva os operários das cooperativas a concorrerem, não somente com outras empresas, mas também com trabalhadores de outras cooperativas. Colocar uma mercadoria ou serviço cada vez mais barato em circulação é o que conduz o mercado. Portanto, desvalorizar cada vez mais a força de trabalho é a tendência que as cooperativas tomam, seja qual for seu princípio ou objetivo.

Contudo, a persistência dos economistas solidários e dos seus adeptos em buscar vias fora da luta de classes, ou seja, de encontrar no mercado algum caminho para os trabalhadores, os afunda no mesmo pântano onde o barão de Münchhausen atolou-se com seu cavalo. Também, como o barão, os cooperativistas acreditam que podem se salvar da lama da concorrência puxando-se pelos próprios cabelos, por meio das cooperativas que superariam o mercado capitalista.

Evidentemente, há aí uma contradição cuja síntese é construída na dinâmica das iniciativas, pois elas somente serão solidárias se não reproduzirem internamente os valores e estruturas típicos das iniciativas convencionais, mas não poderão continuar existindo se não adotarem métodos e procedimentos de concorrência típicos das empresas capitalistas nos mercados em que operam (CRUZ, 2006, p. 232).

Nesse aspecto, não há contradição entre cooperativas e concorrência na medida em que os cooperativados são apenas operários de empresas em que a figura do proprietário inexistente e que os mecanismos do mercado são pressupostos em sua existência. Como uma forma transitória superior, as cooperativas apenas demonstram para os trabalhadores que a classe burguesa não é necessária para

a produção. Porém, ao serem superestimadas por movimentos de trabalhadores e tomadas como solução para a classe operária, a forma cooperativa deixa de ser mais uma prova histórica da possibilidade de superação do capital e passa a constituir-se num elemento fetichizado da realidade, que confunde os trabalhadores e os retira da luta política contra o capital, inserindo-os nas disputas de mercado. Para além disso, como apresentado no capítulo anterior, contemporaneamente, as cooperativas são usadas pelo capital como formas de desregulação dos contratos de trabalho, impondo ainda mais sofrimento ao operariado.

A ausência da figura do proprietário é um elemento determinante para os defensores do cooperativismo analisarem a organização do processo de trabalho, cuja racionalidade coercitiva da produção de capital é o instrumento principal de subordinação do proletariado. Porém, para eles, cabe analisar como a cooperativa se transforma na possibilidade de superação do despotismo da divisão e do processo do trabalho. Segundo Novaes (2005) é preciso perceber através do conceito de adequação sociotécnica⁸⁵ os princípios de funcionamento e as mediações das estratégias adaptativas das fábricas recuperadas pelos trabalhadores no mercado capitalista. Com isso, coloca-se para os trabalhadores a possibilidade de transição além da apropriação dos meios de produção. Dito de outra maneira, os trabalhadores de cooperativas poderiam construir novas relações sociais de produção ao se reorganizarem e se apropriarem do conhecimento produtivo. Como as determinações do capital transcendem às mudanças políticas, seria preciso buscar nas fábricas cooperativas novas formas de organização do trabalho, bem como novos processos de trabalho.

Os trabalhadores não colocam na agenda de mudanças a necessidade de desestruturação do antigo processo de trabalho e a necessidade de uma tecnologia *hardware* alternativa. Quanto à organização do processo

⁸⁵ Esse conceito, segundo Novaes (2005), deve pode ser compreendido como um processo gera uma combinação das percepções científica e tecnológica, sejam integradas em equipamentos, sejam ligadas à organização da produção. Assim, uma aparelhagem tecnológica tenderia a uma adequação aos interesses políticos do grupo social predominante, distanciando-se dos interesses do grupo que criou esta tecnologia.

de trabalho, alguns pesquisadores da ES [Economia Solidária] identificam a necessidade de desestruturação das antigas relações de trabalho e a criação de um processo de trabalho auto-gestionário, enquanto outros se contentam com o mecanismo parlamentar [...]

De fato, uma radical reestruturação das forças produtivas demandará um período significativo, que ultrapassa o ciclo de vida dos trabalhadores de FRs [Fábrica Recuperadas] (NOVAES, 2006, p. 198-199).

A descoberta da pesquisa de Novaes (2005) é que não há qualquer modificação nas fábricas cooperativas em relação às outras fábricas, de que, além da ausência da figura do proprietário, a produção cooperativa não se difere de uma empresa tradicional. A distinção se dá entre elas apenas no âmbito da organização administrativa: como não há um mando despótico, as decisões tendem a ser compartilhadas entre os trabalhadores. Na Flaskô não é diferente, já que as decisões não são arbitrárias, mas divididas entre os trabalhadores coletivamente.

Como empresa, trabalhando, aqui é uma empresa normal. A única coisa de diferente é que não tem o patrão. Temos que responder não é mais ao patrão, é à decisão que a assembléia geral tomar. No mais é uma empresa normal [...] tem que fazer produzir (Entrevista com operário encarregado da produção da Flaskô – Sumaré/SP, 09/04/2007).

A constatação que a pesquisa de Novaes (2005) demonstra de que as empresas não sofreram modificações, a não ser na tomada de decisões coletivas, apenas ratifica que não há transição a outro modo de produção nas fábricas cooperativas. Acertadamente o autor afirma que as transformações *sóciotécnicas* são fundamentais para os operários superarem a produção de capital. Porém, o autor segue a mesma linha de raciocínio dos economistas solidários ao tentar, como eles, encontrar algum conteúdo transitório nas formas cooperativas. Ao pesquisar quais as modificações *sóciotécnicas* estariam ocorrendo na maquinaria das empresas recuperadas, o autor busca em vão, porque, primeiramente, não se atravessa um período de transição para uma sociedade socialista e, em segundo lugar, porque as transformações transitórias acontecem de maneira geral na sociedade como um conteúdo histórico e não em fábricas localizadas. Não obstante, ele afirma que as questões políticas não resolvem isoladamente o problema da subsunção que o capital impõe aos trabalhadores mas, ao dissertar

sobre as cooperativas, Novaes (2005) parece esquecer que sem a política⁸⁶ de classe no combate ao Estado capitalista como condição *sine qua non* à luta da classe trabalhadora, não há solução para o proletariado.

Essa hipótese de que as cooperativas podem levar a um novo modo de produção é entendido por Arcary (2000, p. 162) como uma solução gradualista da qual Singer (1998) é expoente dentre os economistas solidários. Essa posição baseia-se na idéia de que a transição histórica para o socialismo finca-se numa gradual mudança econômica e política, o que tiraria do horizonte qualquer possibilidade de crise revolucionária, que segundo Arcary (2000) retorna à teses de um socialismo pré-marxista.

O movimento operário debate a polêmica entre uma transição gradualista ou revolucionária para o socialismo deste que a Social Democracia Alemã, com Eduard Bernstein, abriu a discussão. Para este, a democracia burguesa era uma realidade que deveria ser defendida e preservada como um elemento progressivo da história. Nesse sentido, o fortalecimento das cooperativas e sindicatos de trabalhadores, a participação das eleições, dentre outros elementos que respeitavam os limites da legalidade da democracia monárquica prussiana, deixaram de ser táticas de participação política do proletariado e passaram a ser a estratégia para a transição ao socialismo. As mudanças no regime prussiano permitiriam uma crescente redução das desigualdades o que permitiria às massas uma gradual participação incorporação ao mercado. (ARCARY, 2000).

⁸⁶ A disciplina da empresa capitalista pode se associar à disciplina da política institucional, ficando sempre limitada a eventos programados e que reafirmam a normalidade. Andrada (2005) acredita que o trabalho se encontra com a política por meio do orçamento participativo e outros espaços regulares de *educação* política, que tenderiam a solucionar os problemas dos trabalhadores. “Ainda que se desconsidere esta dinâmica vivida no interior da cooperativa, podemos pensar que a garantia do direito do trabalho e a identidade política deste grupo as liberam para que possam se dirigir como sujeitos de ação a outras esferas públicas, distantes das práticas da produção e da busca da sobrevivência – ainda que atreladas a estas – como Orçamento Participativo, os Fóruns da Economia Solidária, o Congresso da Cidade, as Oficinas dos Fóruns Sociais Mundiais e tantos outros espaços a que muitas delas concorrem” (ANDRADA, 2005, p. 242).

Uma das primeiras respostas a essa mudança estratégica do movimento operário alemão veio de Luxemburgo (2005). A revolucionária polemiza com Bernstein, questionando a possibilidade de uma evolução pacífica ao socialismo. Para este, os sindicatos, o parlamento e as cooperativas seriam instrumentos que levariam os trabalhadores ao socialismo. No tocante especificamente às cooperativas, essas seriam exemplo de que a produção poderia ser socializada e evoluir ao socialismo, o que Luxemburgo (2005) discorda. Para a autora, as cooperativas seriam instituições cuja produção é socializada de maneira local, mas precisa do mercado capitalista para trocar. Por esse motivo a autora afirma que as cooperativas teriam uma natureza híbrida⁸⁷ com a produção socializada de maneira micro, mas dependente do mercado capitalista para permutar suas mercadorias. Como no capitalismo a produção está subordinada à circulação, os trabalhadores têm que se adaptar aos métodos do mercado, levando os operários à práticas contra si próprios, como a intensificação do trabalho, aumento da jornada, etc.

O que fica patente na percepção da forma cooperativa é que se elas são tomadas como uma solução para os trabalhadores, levando-os a subordinar-se ao mercado. As lutas sociais tornam-se secundárias para os operários, o que termina por emudecer a voz dos operários na luta de classes. O cooperativismo, portanto, está limitada a um horizonte que não busca romper com a concorrência, mas orientar-se pacificamente a ela. Porém, o fetichismo que essa forma transitória provoca no movimento operário pode ser dissipado ao recolocar uma lente classista que paute a dinâmica de condução dos trabalhadores.

3.3 Não-estatização: a via da auto-gestão

⁸⁷ Sobre a natureza das cooperativas já procuramos discorrer nesse capítulo, demonstrando sua *forma transitória* (MARX, 1981) vis-à-vis a conceituação de natureza híbrida que Luxemburgo aponta para essa forma de empresa.

De acordo com a exposição sobre a forma cooperativa apresentada na seção anterior, assumida e defendida pelos adeptos da economia solidária, não obstante o fato de a Flaskô organizar-se, na prática, como uma forma cooperativa, principalmente pela opção coletiva da tomada de decisões, seus operários não admitem abrir mão dos direitos trabalhistas e lutam defensivamente pela estatização. Rejeitaram a proposta do Governo Federal de constituir juridicamente uma cooperativa por entenderem que esta seria uma articulação capitalista para mascarar as relações de trabalho que, apesar da forma cooperativa, continuam a se configurar com vínculo empregatício. Nesse sentido, admitem que a estatização é uma saída possível para o impasse da fábrica, pois, trata-se de uma reivindicação que leva para o Estado a contradição vivida pelos trabalhadores.

Nesse sentido, embora seja a estatização uma ação defensiva dos empregos e dos direitos dos trabalhadores na medida em que o Estado assume os passivos, garante a estabilidade e assegura os direitos, esse movimento é também político, porque ultrapassa a esfera econômica e passa a atuar na esfera política da luta dos trabalhadores. Primeiramente, por estarem os trabalhadores da Flaskô em contato com operários de outras fábricas ocupadas e outros movimentos de trabalhadores. Em segundo lugar, porque, como afirma Trotsky (2004), com o caminho do controle operário da produção, em um processo de crise generalizada, o proletariado tende a inclinar-se à tomada do poder do Estado e dos meios de produção. Trazendo para a realidade da Flaskô as palavras de Trotsky, a resposta dos trabalhadores ao assumirem o controle da fábrica após destituírem o gestor do Conselho Administrativo sinaliza que o domínio da fábrica pode representar uma experiência para a condução do Estado.

Retomando a história da luta política no interior da Flaskô, na seqüência da ocupação, os operários nomearam um gestor para o Conselho Administrativo para gerir a fábrica. Como descrito no primeiro capítulo desse trabalho, esse gestor conduziu a empresa como os antigos proprietários, ou seja, com o consentimento de alguns fornecedores, recorreu a manobras quiméricas junto a *factorings* para a geração fictícia de capital de giro. Como também exposto no

primeiro capítulo, essa negociata praticada pelo gestor e frustrada pelo envolvimento inocente de um fornecedor desavisado do esquema fraudulento conduziu ao agravamento da situação financeira da fábrica, provocando a reação imediata dos trabalhadores, que o destituíram e assumiram efetivamente o controle operário na organização da produção e das decisões.

A questão do controle operário é fundamental para a apreensão da luta política, pois, quando o comando da fábrica ocupada é delegado a um gestor, o poder político é transferido para o domínio de uma classe que se opõe ao movimento operário e cujos interesses são antagônicos aos dos trabalhadores. Para Bernardo (1985, p.90), os gestores, como a burguesia, “são classes capitalistas e se opõem ao proletariado numa relação de exploração da mais-valia”.

Os gestores, existindo em função das unidades econômicas em inter-relação, sustentam uma forma de propriedade coletiva à globalidade da classe. Isto significa que os títulos dos gestores à distribuição da mais-valia passam em cada momento pela relação de cada um com os aparelhos de poder (BERNARDO, 1985, p.90).

Para Mészáros (2002) os Conselhos de Fábrica russos foram destituídos dos poderes efetivos de controlar as formas mutantes do capital. Para esse autor seria preciso haver um controle do trabalho vivo sobre as determinações do capital, que nesse caso se apresentava metamorfoseado na figura de um representante do partido bolchevique. As formas de personificação do capital variam de acordo com as determinações materiais, podendo assumir múltiplas formas, independente qualquer indivíduo particular. Assim, segundo Mészáros (2002), havia um modo político de extração de trabalho excedente o que conformaria um *capital de tipo soviético*. Seria preciso haver uma reestruturação radical na relação entre o “macrocosmo” sistêmico da nação pós-revolucionária e o “microcosmo” reificado dos locais de trabalho. Destarte, o sistema pós-revolucionário poderia romper com o tripé que sustenta o presente metabolismo social: trabalho, capital e Estado.

Como um dos pilares que sustentam o metabolismo social do capital, para Mézáros (2002, p. 597) seria preciso “‘negar’ o Estado e atuar no seu interior”, visando

- (1) instituir órgão não estatais de controle social e crescente auto-administração que podem cada vez mais abarcar as áreas de maior importância da atividade social no curso de nossa ‘transição na transição’; e conforme permitam as condições,
- (2) produzir um deslocamento consciente nos próprios órgãos estatais – em conjunto com (1) e através das mediações globais e internamente necessárias – de modo a tornar viável a realização das perspectivas históricas últimas do projeto socialista (MÉSZÁROS, 2002, p. 597)

Nesse aspecto, Dallemagne (1977) assevera que as condições de vida dos operários dependem em primeira instância do Estado e em última instância do sistema capitalista como um todo. Por isso, somente o controle sobre a atividade interna da empresa não produz efeito satisfatório para a articulação do poder, mas conjugado àquele, é imprescindível o controle da atividade externa da organização, e isso só é possível com a assunção operária da condução dos processos que ocorrem tanto no âmbito da produção e da administração como fora da organização, no Estado e no mercado capitalista. Segundo o autor, esse controle operário, entretanto, não é possível pela via pacífica da negociação, mas através de um processo de duplo poder que confronta violentamente as classes antagônicas, colocando em questão o Estado e suas funções de reprodução do sistema capitalista.

No sentido que interessa a esse estudo, é importante compreender a relação existente entre o movimento operário, especialmente entre os trabalhadores da Flakô e esse Estado capitalista que orienta as suas ações de acordo com as exigências do mercado, apresentado por Bernardo (2004) como um princípio de organização geral das instituições, colocado num patamar superior, que lhes fixa as regras de constituição interna, em que as classes dominantes não apenas dominam sobre a classe explorada de forma extrínseca, mas determinam principalmente a sua organização essencial.

Para demonstrar a ação do Estado a serviço do capital, Bernardo (1985) distingue dois Estados no aparelho de poder: o Estado Restrito,

subordinado aos interesses sociais da burguesia na globalidade do capitalismo, constituído pelos três poderes: legislativo, executivo e judiciário, cujas funções, executadas por gestores, estão relacionadas à coordenação das unidades econômicas; e o Estado Amplo, formado pelas empresas, que se configura num quarto poder que subsume os demais, tão amplo quanto os são as classes dominantes, organizador da força de trabalho e regulamentador da produção, que ao impor a disciplina na fábrica e assegurar a extorsão da mais-valia, funde seus limites com as classes dominantes. Nesse sentido, as empresas representam o Estado Amplo e assumem a amplitude do capitalismo, restringindo o Estado clássico a seu serviço.

Na forma como o concebo, o Estado capitalista tem sempre resultado de uma conjugação entre o Estado Amplo e o Estado Restrito. Fala-se muito de corporativismo, e todos sabemos que se trata de um equilíbrio entre os poderes do governo e os dos empresários, com a participação secundária das burocracias sindicais. Os vários tipos de corporativismo, na sua origem e no seu desenvolvimento, ficam esclarecidos mediante a análise da articulação daqueles dois tipos de Estado. Neste quadro o corporativismo é a questão fundamental (BERNARDO, 2000 p. 5).

Para o autor, no capitalismo, as classes dominantes se estabelecem pela capacidade de auto-organização, enquanto a classe trabalhadora, que sofre a extorsão da mais-valia, se define pela sujeição à organização das primeiras. Nesse contexto, o proletariado se divide na tensão entre sua hetero-organização e a auto-organização capitalista e qualquer ruptura com o sistema dominante remete, em termos políticos, à auto-organização dos trabalhadores, por meio da superação da alienação através da formação da consciência crítica que se realiza na luta cotidiana contra a exploração. (BERNARDO, 2004).

Nesse contexto, a fragmentação do movimento operário é essencial para que a auto-organização dos trabalhadores se torne irrealizável e, para lograr êxito em seu objetivo, o capital reinventa engenharias de dispersão dos trabalhadores concentrando, no entanto, os resultados da sua produção e vigiando os processos individuais de trabalho. Esses mecanismos, enumerados por Bernardo (2005a) representam a racionalização do toyotismo, que divide cada linha de produção em equipes com múltiplas funções, segmentando a força de

trabalho; a flexibilização dos horários por meio da adoção de turnos, inviabilizando o estabelecimento de relações entre os trabalhadores e desestruturando o coletivismo proletário; a grande rotatividade de percentual significativo da força de trabalho que permanece pouco tempo vinculado à mesma empresa, que conserva em seu quadro somente aqueles altamente qualificados ou os em que investiu horas de formação profissional; os contratos temporários de trabalho, que conjuga os efeitos dos horários flexíveis com a rotatividade, isolando os trabalhadores episódicos daqueles que fazem parte do quadro funcional da organização; a subcontratação via terceirização ou quarteirização, que fraciona fisicamente os empreendimentos em outros menores, de sua propriedade ou de propriedade alheia, ou dispensa seus trabalhadores para, a seguir, contratar seus serviços formalmente independentes, autônomos, ou via *franshising* que, além de fragmentar as empresas em franquias, impõe-lhes a tecnologia bem como o sistema de organização da força de trabalho da principal; a proletarização das profissões liberais com sua conseqüente precarização por meio da difusão da cultura dos escritórios virtuais ou domésticos geridos através de meios eletrônicos, o que separa definitivamente os trabalhadores entre os que detêm a tecnologia microeletrônica e os que não a dominam.

Todos esses mecanismos de desarticulação da auto-organização do operariado correspondem à transformação orgânica da classe trabalhadora, na medida em que o capitalismo, ao mesmo tempo que intensifica a exploração da componente intelectual do trabalho, estimulando a capacidade de decisão dos trabalhadores, aprofunda a heterogeneidade cultural por meio da proletarização de outras categorias profissionais. Esse movimento, portanto, não é exclusivo da classe trabalhadora, mas pressupõe uma reciprocidade na resposta capitalista às transformações na nova articulação real de poder.

Com efeito, o fato de o capitalismo atual multiplicar as formas de dispersão física e de fragmentação social dos trabalhadores, e de proceder ao fracionamento das grandes unidades de produção em unidades de dimensões mais reduzidas, não o impede de desenvolver a concentração do capital, não só através das modalidades clássicas de aquisição, dando origem a entidades econômicas cada vez mais colossais, mas ainda multiplicando entre as firmas elos que não passam

por relações de propriedade, como as alianças estratégicas, por exemplo. Aliás, predominam hoje as formas de concentração econômica que dispensam a concentração da propriedade, a tal ponto que a firma principal chega a fracionar-se ela mesma em unidades formalmente independentes para melhor exercer sobre elas o seu controle econômico. (BERNARDO, 2005a, p.7).

Desse modo, no entendimento de Bernardo (2005a), os trabalhadores existem como corpo social unificado na concepção dos gestores, mas a fragmentação da força de trabalho promovida pelo capital os aliena a ponto de não mais se perceberem como classe; para além disso, como classe dominada e expropriada por estes mesmos capitalistas que os reconhecem e os dispersam como classe.

Esses mesmos gestores, que inicialmente participavam das empresas administrando-as, subordinados aos proprietários destas, passam a assumir, após o desenvolvimento das sociedades por ações e fragmentação do movimento operário, papel fundamental no controle sobre a atividade empresarial. Nesse aspecto, a concentração do capital que levou a fragmentação da propriedade incumbiu os gestores da função de extração de mais-valia que origina o lucro capitalista e, conseqüentemente, seus altos salários e participações nos dividendos.

Os operários da Fluskô sofreram igualmente as conseqüências de delegar ao gestor o controle financeiro da fábrica, pois, como ocorre nas sociedades por ações, ele acaba tomando para si o controle da gestão da fábrica ao invés de defender os interesses dos trabalhadores. Por esse motivo é que, segundo Bernardo (1997) o controle da gestão é o desafio que se impõe para os trabalhadores pelo processo de exploração nas formas mais progressivas de capitalismo, pois, ao assumirem o controle dos sistemas produtivos, os mesmos se reconhecem competentes para orientar e conduzir as suas próprias lutas, condição essencial para, mais tarde, gerir a economia e a sociedade.

No sentido que de que trata o autor, a via da economia solidária é um caminho fantasioso, pela forma cooperativa concebida como autogestionária. Ora, para ele, a forma cooperativa somente se estabelece como caminho para a

realização do controle operário se houver uma remodelação das relações sociais de trabalho em que a supressão do gestor e o rompimento definitivo com o Estado Amplo são cruciais, ou seja, o critério fundamental que se deve seguir para avaliar a autonomia é a forma de organização interna, que na economia solidária se estabelece com a direção de gestores que decidem e exploram a maioria: os trabalhadores. Assim, uma remodelação das relações de trabalho implica necessariamente na conversão das relações verticais de hierarquia em relações horizontais de solidariedade e de coletivismo, com o controle total do processo produtivo nas mãos dos trabalhadores.

Embora os trabalhadores da Flaskô tenham assumido o controle da fábrica e com isso aprendem a gerir suas próprias lutas, as relações de produção que, para Bernardo (2005b) deveriam ser, desde já, rompidas, permanecem sob a forma das relações verticais de hierarquia, isto é, reproduzem a estrutura do Estado Amplo, não avançando, assim, na luta pelo controle da economia e da sociedade.

Sob a luz do pensamento de Bernardo (2005b), os trabalhadores da Flaskô estariam corretos por não aceitarem simplesmente a conversão da fábrica falida em cooperativa, como propôs o Governo Federal, pois, se assim o fizessem, inevitavelmente transfeririam a administração da mesma aos especialistas, os gestores, e caberia aos operários, se limitar a continuar vendendo sua força de trabalho, porém, sem garantia de direitos.

Para Bernardo (2005b), a solução apresentada pela Economia Solidária para administrar as empresas em vias de falência por meio da ação de gestores, representa, antes de tudo, uma forma dissimulada de precarização da força de trabalho que introduz paliativos que visam preservar os empregos existentes e retardar os efeitos explosivos do neoliberalismo e do toyotismo.

Mas dois séculos de luta anticapitalista ensinaram, pelo menos, que enquanto a direção da atividade econômica estiver a cargo de especialistas continuará a existir a oposição entre a classe capitalista dos gestores e a classe trabalhadora, com a conseqüente extorsão de mais-valia (BERNARDO, 2005b).

Obviamente que, ainda sob a ótica desse autor, como o Estado Restrito serve aos interesses do capital e é dominado pelo Estado Amplo, a saída da estatização por que lutam os operários da Flaskô é um caminho para a subordinação da força de trabalho, significando apenas a transferência do poder das mãos dos trabalhadores para o domínio de especialistas, também a serviço desse Estado Amplo. Nesse aspecto, as relações sociais de trabalho permaneceriam essencialmente capitalistas o que tornaria inviável qualquer tentativa de transformação da sociedade.

Segundo Bernardo (2005b), a ocupação das fábricas pelos trabalhadores, com o conseqüente aprendizado dos mesmos na assunção do controle da produção e da administração faz com que compreendam, ao longo de sua própria luta, que a importância dessas experiências não se limita à esfera econômica, mas é incisiva sobre as esferas social e política, em que se alicerçam as transformações das relações sociais necessárias para viabilizar o controle social e político de uma nova economia, verdadeiramente solidária, sem classes e sem exploração.

Na concepção de Bernardo (2005b), não há saída possível se não for pela via da autogestão, porém, com a dispensa dos gestores, que são capitalistas e, portanto, se opõem à classe trabalhadora. Nesse aspecto, o autor é taxativo, concluindo que a saída para todos os trabalhadores é a autogestão. Fora dessa alternativa única, o rumo dos operários é “continuar servindo de caução moral das hierarquias exploradoras”.

A realidade é que os trabalhadores da Flaskô são, em sua maioria, operários de chão de fábrica, possuindo pouco ou nenhum conhecimento prático de gestão de empresas. Tampouco adquiriram, nesses quatro anos de ocupação, a experiência cotidiana no processo de luta que tornasse possível a compreensão das dimensões econômica, social e política necessárias para a condução da fábrica dispensando a figura do gestor, como sugere Bernardo (2005b).

Nesses termos, em minha opinião, a imediata estatização não representaria um desvio da luta de classes, na medida em que os gestores não

estariam a serviço de um proprietário capitalista ou da burocracia do Estado, mas seriam indicados pelos operários da Flaskô e subordinados a eles. Além disso, a condução das lutas não se realizaria estritamente no chão de fábrica, mas remeteria para a esfera política que, em última instância aponta para a possibilidade da tomada de poder pela classe trabalhadora.

3.4 Defensividade e as trilhas do controle operário

Quando os trabalhadores da Cipla, em Joinville, montaram um comitê e impediram que os proprietários determinassem os rumos da empresa, eles buscavam exercer um relativo controle operário da produção na fábrica. Logo em seguida eles conseguiram expulsar o patrão e conduzir a Cipla eles próprios. Como os livros caixa demonstravam o tamanho do rombo na empresa, os trabalhadores sabiam que teriam grandes dificuldades pela frente. Em Sumaré a situação já era mais calamitosa e a situação de abandono era uma realidade: a Flaskô já havia praticamente fechado as portas e a maioria dos trabalhadores não estavam mais trabalhando, havendo somente algumas empreitadas esporádicas para poucos trabalhadores. Daí, com a ajuda dos trabalhadores catarinenses, os operários paulistas assumiram a produção da Flaskô.

Duas novidades estavam colocadas aos trabalhadores: em primeiro lugar estava resolvida a questão interna da gestão direta dos trabalhadores na empresa sem o poder patronal, mas, em segundo, os problemas internos dos trabalhadores não se seriam resolvidos internamente à empresa, mas fora dela, devido a grave situação financeira das fábricas. A questão era como conduzir a empresa de maneira a buscar fora da empresa a solução para ela. Nesse sentido, abolir a hierarquia da empresa, e seus gestores, como pressupõe Bernardo (2000, 2005b) para a condução das lutas não foi cogitado. As cooperativas também foram rejeitadas, pois com a saúde financeira Flaskô comprometida e tornada pública, os trabalhadores não aceitaram assumir passivo da empresa como outros trabalhadores de empresas que passara por situação semelhante. Das

alternativas postas aos trabalhadores para garantir a resolução dos problemas dos trabalhadores restava a luta política pela estatização.

A estatização da Flaskô, como uma bandeira de luta, foi uma escolha deveras difícil para ser tomada pelos trabalhadores, devido sua complexidade e sua dificuldade em alcançar o objetivo, já que deveria haver outros caminhos mais fáceis de se conseguir lograr alguma vitória. Porém, é exatamente essa dificuldade que interessa aos trabalhadores. O que está posto não é a participação e integração pacífica na economia de mercado, mas a busca de elementos que levem à sua superação, palavras de ordem que auxiliem os trabalhadores, nos seus embates do dia-a-dia, a se depararem com elos que conectem suas reivindicações de hoje com um programa que articule a luta pela tomada do poder. Em outras palavras o slogan de estatização da fábrica pretende ser uma reivindicação transitória na acepção trotskista⁸⁸ do termo (TROTSKY, 1979).

Se a participação dos trabalhadores na gestão da produção for duradoura, estável, “normal”, deverá apoiar-se na colaboração de classe e não na luta de classes. Tal colaboração de classes somente pode levar-se a cabo através dos estratos superiores dos sindicatos e das associações capitalistas. Não falta experimentos deste tipo na Alemanha (a “democracia econômica”), na Inglaterra (o “mondismo”), etc. No entanto, em todos esses casos, não se tratava do controle dos operários sobre o capital, mas da subordinação da burocracia do trabalho ao capital. Esta subordinação, como mostra a experiência, pode durar muito tempo: depende da paciência do proletariado (TROTSKY, 2004, p. 61).⁸⁹

Diferentemente do período contemporâneo, em 1917, o proletariado russo, num ascenso revolucionário, criou instituições como os comitês de fábrica e os sovietes que geraram elementos de dualidade de poder espalhados por boa parte do território. Foram a partir desses órgãos de poder operário que os bolcheviques conseguiram derrubar o poder burguês no Estado russo e constituíram o aparelho de Estado operário. Esse movimento de tomada de poder

⁸⁸ Não é demais lembrar que a corrente política que dirige os trabalhadores da Flaskô é a Esquerda Marxista do PT, de tradição trotskista, criada de uma cisão com a corrente *O trabalho* também do PT e trotskista, por isso a necessidade de compreender nessa parte do texto traço distintivo do controle operário em Trotsky.

⁸⁹ Tradução nossa.

não foi continuado na Alemanha, onde o desenvolvimento industrial era bem mais robusto que na Rússia, e o movimento operário era, talvez, o mais vigoroso da Europa. No entanto, na Alemanha com três grandes revoluções operárias, em 1918, em 1921 e em 1923, em nenhuma delas o Partido Social-Democrata Alemão promoveu a nacionalização da indústria (ARCARY, 2000).

O desenvolvimento das forças produtivas alemãs era bastante significativo, diferentemente da Rússia que era um país eminentemente agrário e, portanto, com baixo progresso industrial. Os poucos equipamentos industriais russos estavam em frangalhos depois guerra mundial, e havia uma necessidade premente de abastecer a população de bens industrializados, bem como dar subsídio material para a guerra civil que se iniciava, por isso os bolcheviques propuseram aos comitês de fábrica

uma sã e proveitosa auto-restrição dos poderes da classe operária, que sabe discernir em que casos a última palavra cabe ao representante eleito pelos operários, e em que casos convém ceder o posto ao técnico, ao especialista, dotado de conhecimentos especializados, ao qual se pode impor uma grande responsabilidade e que deve ser vigiado cuidadosamente em matéria de política. Mas é indispensável conceder ao especialista plena liberdade de ação, para que realize um trabalho criador, porque nenhum técnico, por pouco capaz que seja, pode trabalhar em seu domínio próprio subordinado a um *bureaux* constituído de pessoas incompetentes (TROTSKY, 1969, p. 124).

Para os autonomistas como Bernardo (1985; 1993) e Tragtenberg (1989), antes mesmo das decisões relativas às fábricas, a derrubada de poder do Estado russo era uma conseqüência do aprofundamento do poder dos soviets e própria tomada de poder do Estado organizada pelo partido bolchevique se configurou como um caminho direto para a burocratização da revolução. Diferentemente desses, Kollontai (1980) afirma que a burocracia se formava no partido ao retirar-se o poder da base operária que elegiam seus próprios representantes nas comissões de fábrica. Para ela as nomeações que o partido bolchevique impunha aos comitês de fábrica

só podem ser toleradas a título excepcional; atualmente, elas estão se tornando a regra geral. A nomeação de responsáveis constitui uma das características da burocracia. [...] Na realidade, a pessoa nomeada está acima de qualquer controle, porque os dirigentes não podem acompanhar

de perto suas atividades e as massas não podem substituí-lo se for preciso (KOLLONTAI, 1980, p. 52).

Dessa situação inicial da Revolução Russa, surgiram várias interpretações sobre a necessidade de um aprofundamento do controle operário da produção relacionada com deformação do processo revolucionário. Nesse sentido o controle operário da produção aparece como elemento central nessa polêmica.

A classe operária, mesmo após a revolução socialista, permanece separada dos meios de produção, sem qualquer controle sobre o processo de trabalho, expropriada objetiva e subjetivamente das condições materiais da produção. No interior da fábrica “nacionalizada”, os trabalhadores são dirigidos por elementos estranhos à classe, funcionários designados pelo partido, limitando-se a executar as tarefas manuais que lhes são ordenadas (NAVES, 2002, p. 94)

A questão dos conselhos de fábrica e do controle operário da produção que se coloca para os trabalhadores da Flakô é ainda primária se comparada aos processos que se desencadearam na Rússia pós-revolucionária. A análise do caso estudado procura desvendar como os trabalhadores da Flakô chegaram a esse caminho e, nesse sentido, busca referir-se a duas características combinadas: a posição defensiva dos operários da fábrica ocupada e a luta política desenvolvida pelos trabalhadores da fábrica de Sumaré. Situação completamente diferente da ofensiva que a classe trabalhadora eurasiática imprimia no pós guerra e na década de 1920.

O momento atual da luta de classes porque passam os trabalhadores, como visto no segundo capítulo, tem se apresentado como desfavorável aos trabalhadores. Por esse motivo, segundo Trotsky (2004 p. 210), a consigna do controle operário não pode ser levada a termo, pois essa medida transitória somente teria eficácia “em condições de extrema tensão de luta de classes, e que somente pode ser considerada como uma ponte feita para a nacionalização revolucionária da indústria”.⁹⁰

A própria idéia desta consigna nasce do regime de transição nas empresas, quando o patrão e sua administração não podem dar um passo sem a autorização dos operários; mas, fora da empresa, os

⁹⁰ Tradução nossa.

operários ainda não criaram as premissas políticas para as nacionalizações, não adquiriram ainda as técnicas de gestão, não criaram os órgãos necessários. Não esqueçamos que não se trata somente da direção das oficinas, mas da venda da produção, das operações de crédito, do abastecimento da fábrica de matérias primas, materiais e novos equipamentos (TROTSKY, 2004, p. 210-211).⁹¹

Para se entender o que é para Trotsky (2004) o controle operário é preciso compreender que ele escreve para uma Alemanha de 1931, cujos elementos nazistas estão cada vez mais presentes no cotidiano dos trabalhadores. A ascensão do nazismo foi uma resposta da burguesia alemã aos levantes revolucionários da década de 1920, mas também uma consequência da política ultra-esquerdista do Partido Comunista Alemão (KPD), que rechaçava o Partido Social-Democrata Alemão (SPD) em qualquer situação, caracterizando-o como social-fascista. Dentro dessa política de rejeição da social democracia, o partido comunista, orientado pela Terceira Internacional, nega-se a formar um bloco eleitoral com os socialdemocratas nas eleições presidenciais de 1932. Numericamente os votos dos dois partidos operários somados fizeram um número superior aos Nacional-Socialistas nessa eleição, mas a tática ultra-esquerdista dos comunistas levaria no ano seguinte à ascensão do nazismo ao poder na Alemanha.

Dentro desse contexto, a bandeira do controle operário da produção foi lançada por Trotsky (2004) como elemento transitório no qual os trabalhadores buscavam se fortalecer entre os muros das fábricas, impondo um controle sobre os meios de produção. Devido aos fortes ataques que os trabalhadores vinham sofrendo, não podiam lançar as palavras de ordem como a formação dos soviets. Segundo Trotsky (2004, p. 63-64) “aos olhos do estado burguês, em especial de sua guarda fascista, no que os comunistas ponham mãos a obra na criação dos soviets, será equivalente a uma declaração de guerra civil por parte do proletariado”. Nesse sentido, os conselhos de fábrica, controlando a produção, teriam um papel fundamental para a criação de um duplo poder que questionasse o poder da burguesia tanto dentro das fábricas como fora dela, o que funcionaria

⁹¹ Tradução nossa.

como soviets, numa combinação dinâmica que prepararia a derrubada do poder de Estado dos capitalistas.

O controle operário nasce dentro de uma empresa. O comitê da fábrica é o órgão de controle. Os órgãos de controle nas fábricas devem entrar em contato uns com os outros, seguindo relações econômicas existentes entre as empresas. Neste estágio, não há ainda um plano econômico global. A prática do controle operário na faz mais que preparar os trabalhadores para este plano (TROTSKY, 2004, p. 211).⁹²

Porém não se trata aqui de um período em que o movimento de massas está em pleno recrudescimento. Pelo contrário, o que se nota é um momento de defensividade vivido pelos operários da Flaskô. Na medida em que os trabalhadores da fábrica ocupada estão na defensiva, buscando preservar minimamente seus postos de trabalho com seus direitos, o capital a todo momento avança sobre uma massa de trabalhadores, buscando sempre a sua maior valorização e, para isso, a diminuição do custo da força de trabalho. Assim, com a luta pela estatização, os trabalhadores da Flaskô se inserem ativamente na luta de classes, na medida em que não aceitam os imperativos do capital que empurram os operários da fábrica à proteção jurídica de uma cooperativa, à pacificação de suas lutas e, conseqüentemente, à perda de todos os direitos trabalhistas.

Nesse sentido, o slogan da estatização da fábrica pode ser referenciado no Programa de Transição, proposto por Trotsky (1979) em 1938, em que as empresas, as propriedades rurais e os bancos deveriam ser nacionalizadas, transferindo para o Estado o controle da propriedade. Com dito anteriormente, a palavra de ordem proposta pelos operários da fábrica ocupada também deve ser compreendida como uma reivindicação transitória articulada com outra reivindicação transitória, qual seja, de controle operário da produção.

A postura defensiva organizada pelos trabalhadores da Flaskô insere-se em uma ofensiva estratégica que busca articular os ganhos defensivos que o movimento operário obteve no passado, como as conquistas de diversos direitos trabalhistas, com a luta geral da tomada de poder do Estado. Porém, segundo Mézáros (2002, p. 919), essa tomada de poder pelos trabalhadores apenas

⁹² Tradução nossa.

arranha a superfície do problema posto ao proletariado. Para que seja extirpado o capital como um complexo sociometabólico, é necessária uma negação radical do Estado capitalista. Assim, a “expropriação dos expropriadores” é um passo necessário para acabar com o capital, mas não é o passo único. É necessária uma revolução social que seja um ato contínuo capaz de promover um controle efetivo sobre os processos que engendram o capital, com o intuito de erradicar as formas particulares desse metabolismo social.

Para se entender do que se trata a defensividade, deve-se ter em mente os conceitos militares nas análises políticas dos distintos momentos históricos. As análises sobre as *(co)relações de força* feitas pelas direções políticas dos trabalhadores é um dos mecanismos mais utilizados para determinar as possibilidades de avançar ou retroceder com o movimentos de classes. Gramsci (2002, p. 36) descreve que este é um problema elementar para dar subsídios ao proletariado. Além disso, assim como nas análises das crises, na relação de forças é necessário distinguir os momentos orgânico (permanentes) e os momentos de conjuntura (ocasionais). Porém, ao se fazer da relação de força uma expressão abstrata, sem um vínculo nas situações históricas, perde-se seu papel de ferramenta de análise para os trabalhadores, passando a um papel genérico, como as narrações históricas que relatam relações de força favorável ou desfavorável, nada ou pouco explicando do momento histórico.

Essa também é uma análise que Trotsky (1969) faz sobre esse conceito de correlação de forças, pois pode se tornar uma fórmula que define e explica todos os momentos históricos

A correlação de forças significa tudo quanto se queira: o nível da produção, o grau de diferença das classes, o número de operários qualificados, os fundos dos sindicatos em caixa, às vezes o resultado das últimas eleições parlamentares, em outras ocasiões o grau de condescendência do ministério ou de impudor da oligarquia financeira (TROTSKY, 1969, p. 14).

O que deve ficar claro é que para ambos, Gramsci (2002) e Trotsky (1969), a correlação de força é resultante de múltiplas determinações e deve-se sempre partir da análise do desenvolvimento das forças materiais de produção. Os

elementos políticos devem surgir como desdobramento dessa correlação forças materiais. Exemplos como o grau de organização e consciência dos diversos grupos sociais são fundamentais para se dirigir a luta de classes. Também a percepção da relação de forças especificamente militares, dirigidas pelas guerras imperialistas, são fundamentais ao entendimento do presente. Para além disso, esses critérios capazes de perceber o movimento histórico da crise capitalista só fazem sentido na medida em que são analisados com um objetivo estratégico, qual seja, a perspectiva destruição do capital na eclosão da luta dos trabalhadores.

Outras categorias que remetem a expressões militares são utilizadas por Gramsci (2002, p. 71) para analisar a situação da luta de classes. Conceitos como o de guerra de manobra e guerra de posição da arte militar, que tem seus similares na política, são exemplos de como são utilizados para se tomar partido na guerra entre as classes. Porém, devido a grande superioridade do inimigo (capital), a guerra de posição passa a ser imposta pela relação de forças das partes litigantes.

A guerra de posição não é constituída apenas pelas trincheiras propriamente ditas, mas por todo sistema organizativo e industrial que está por trás do exército alinhado [...] A mesma transformação deve ocorrer na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a “sociedade civil” tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como trincheiras da sociedade moderna (GRAMSCI, 2002, p. 72 – 73).

Há um papel significativo das superestruturas da sociedade civil no papel de conter o avanço da luta política do operariado. Nesse sentido, como tentou-se demonstrar no capítulo anterior, na estratégia de revolução passiva, tanto com o taylorismo-fordismo quanto com o neoliberalismo-toyotismo, que o capital tem adotado para superar suas crises, a guerra de posição é a tática mais eficiente para manutenção de sua dominação. Os aparelhos construídos pelo capital, visando bloquear as diversas lutas que os trabalhadores se dispõem, colocam os trabalhadores em um processo de defensiva, tentando preservar as

conquistas históricas. Desse modo, para os trabalhadores da Flaskô, as cooperativas juridicamente constituídas e adaptadas pacificamente ao mercado aparecem como um aparelho de hegemonia do capital, estando severamente limitada a possibilidade de defesa dos interesses de classe partir dessas instituições.

Portanto, é possível perceber que, mesmo se tratando de um movimento de caráter defensivo, os trabalhadores da Flaskô utilizam estratégias de luta que buscam escapar às amarras do mercado. Por isso, a peleja pela estatização da Fábrica, mesmo com toda a limitação devido à grande ofensiva do capital, pode ser entendida como um caminho trilhado na negação do presente capitalista. Porém, se os trabalhadores continuarem limitados à trincheira da defensividade eles tendem a ser sufocados pelos imperativos do capital.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A ocupação de fábricas falidas deve ser percebida contemporaneamente num cenário de ofensiva capitalista, como um fenômeno de caráter defensivo, em que as derrotas dos trabalhadores são uma característica recorrente. Esta defensividade, aparece com alguns elementos integrados em que se destacam a precária situação das empresas e a resposta dos operários que ocupam a fábrica para assegurar seus empregos. Assim, os trabalhadores aceitam, com frequência, negociar perdas, trocando encargos sociais não pagos pelos patrões, revertendo-os em créditos contra os ativos da empresa.

Na ocupação da Flaskô, distintamente do que vem ocorrendo com grande parte das fábricas ocupadas, essa negociação não aconteceu. Os operários continuaram na condição de trabalhadores, sem permutar as perdas desse processo por ativos de empresa falida. Eles perceberam que ao aceitar essa troca receberiam, juntamente com os ativos da fábrica, também as dívidas, ônus e obrigações dos antigos proprietários.

Os elementos perceptíveis da crise atual, em que a Flaskô está situada, provém de dinâmicas imanentes ao capital. O padrão de acumulação vigente desde o pós segunda guerra perdeu eficácia, entrando em crise, o que precipitou o agravamento da concorrência intercapitalista, provocando a elevação do potencial destrutivo da indústria moderna, como por exemplo, o desemprego estrutural, dentre outras formas destrutivas do capital.

A acumulação flexível tem no seu cerne a reconfiguração interna da classe trabalhadora engendrada pelas distintas frentes de ofensiva do capital. Com a estratégia do consentimento operário em seu projeto hegemônico, embute valores de pertencimento a uma comunidade, buscando encobrir os antagonismos de classe através de uma participação coletiva. Emerge, assim, uma cultura empreendida pelo capital que busca responder objetiva e subjetivamente às necessidades da passivização social na esfera das forças produtivas.

As profundas transformações tecnológicas e o maior controle da força de trabalho na acumulação flexível promoveram mutações na forma de ser do trabalho. Os sistemas de organização como o toyotismo apresentaram-se como alternativa à rigidez da produção fordista. Procurando incentivar a “inventividade” dos trabalhadores, o diálogo entre as distintas esferas nas empresas, da produção direta até a administração, visa cooptar os operários.

Ao atingir o escopo da produção das empresas, a produção flexível promove a externalização de suas atividades periféricas por meio de terceirizações ao longo das cadeias produtivas. Assim, além de cooptar os trabalhadores, as organizações operárias ficam cada vez mais divididas. Essa fragmentação da classe trabalhadora gera transformações profundas nas estruturas de filiação sindical, minando ainda mais a resistência de classe do proletariado.

Freqüentemente as terceirizações das empresas são promovidas por meio de cooperativas patronais ou mesmo pelas cooperativas ditas solidárias. Apesar de haver diferenças entre essas cooperativas utilizadas como terceiras, bem como as cooperativas formadas por trabalhadores de fábricas em dificuldades financeiras, elas se igualam no rebaixamento do custo da exploração da força de trabalho, pois há grande diminuição de encargos de proteção social, corroborando com a lógica do capital de maior extração de mais-valia.

A Flaskô, ao contrário disso, não tem relação com o patronato para ser orientada na formação de uma cooperativa, nem mesmo aceita as sugestões de montar uma cooperativa de tipo solidária. A alternativa de erigir uma cooperativa de produção juridicamente constituída foi descartada pelos trabalhadores por perceberem sua dimensão capitalista, bem como pela exigência de conectar a luta pelo emprego à manutenção de direitos trabalhistas.

As cooperativas devem ser entendidas como uma prova de um movimento imanente ao desenvolvimento capitalismo, que gera elementos contraditórios ao capital. Desse modo, no presente capitalista há formas pressupostas de um novo modo de produção, como elementos transitórios de uma nova ordem social.

Assim, as cooperativas devem ser analisadas apenas como uma forma transitória dentro do capitalismo, ou seja, como uma prova histórica de que os proprietários como uma classe e o capitalismo como uma forma social podem ser superados. As empresas capitalistas por ações, como as fábricas cooperativas, também provam que existem formas transitórias superiores desenvolvidas em meio à produção capitalista, na medida em que nesse tipo de empresa a propriedade privada aparece coletivizada.

Visto nessa perspectiva, o cooperativismo carrega consigo um discurso ardiloso de transição ao socialismo ou no mínimo a fantasia de que a classe trabalhadora pode melhorar suas condições de vida, tendendo desviar o operariado das disputas políticas da luta de classes e alimentando a concorrência no mercado. Por meio desses empreendimentos, alguns sindicatos, governos, organizações não governamentais, etc., cooptam trabalhadores, alimentando ilusoriamente suas esperanças de um futuro promissor. O enfeitiçamento provocado pela forma cooperativa corrói do movimento operário o ponto de vista da luta entre as classes, e passa a se orientar eminentemente pela conexão ao capital. Nesse sentido, as cooperativas não são mais que alternativas precárias de emprego que, dentro da lógica do capital, carregam água com peneira.

Segundo Secco (2003, p. 176) o cooperativismo, mesmo conseguindo um significativo espraiamento na produção industrial e agrícola, esteve destituído da radicalidade que os Conselhos de Fábrica imprimiam ao controle operário da produção. Concordando com Trotsky (2004), Secco (2003) afirma que essa radicalidade característica dos conselhos de fábrica deve-se à inserção da dualidade de poder nas fábricas, como elemento determinante para conduzir o movimento de massas em ascensão.

A luta pela estatização da fábrica se contrapõe ao movimento cooperativista na medida em que lança para o Estado, e não para o mercado, as contradições vividas pelos operários. A participação pacífica na economia não interessa aos trabalhadores da fábrica ocupada, pois o que está posto em seu horizonte é um complexo de elementos que levem à tomada do poder do Estado.

Com essa reivindicação transitória, os operários têm em perspectiva a criação de duplo de poder, dentro e fora de fábricas, que se contraponha ao poder do capital bem como ao poder do Estado burguês.

Porém, o momento atual da luta de classes é adverso para trabalhadores, o que dificulta ainda mais as reivindicações da Flaskô. Essa disputa entre capital e trabalho, na qual há ofensiva de um e defensiva do outro, deve ser ponderada em uma perspectiva histórica de embate da luta de classes, que se finca no terreno de dois projetos históricos em litígio: o capitalismo instalado pela burguesia e socialismo pretendido pelos trabalhadores. Nessa contenda entre estes dois campos, a alusão à defensividade dos trabalhadores e à ofensiva do capital referencia-se necessariamente à linguagem militar, mesmo que não se trate diretamente dessa esfera, pois “ocorre na arte política o que ocorre na arte militar” (GRAMSCI, 2002, p. 24).

Pensando em um ponto de vista histórico, além da dimensão defensiva na qual se envolveram os trabalhadores da Flaskô, há um agravante nessa luta pela tomada de poder do Estado, pois a dominação do capital não se encerra com a conquista do poder pelo operariado. É preciso uma revolução social que promova permanentemente a destruição dos elementos constitutivos do capital, inclusive das suas formas mutantes. Porém, esse não é um problema posto aos trabalhadores da fábrica ocupada, na medida em que os operários estão ainda buscando, na sua luta defensiva, os elementos para forçar o domínio democrático dos trabalhadores sobre a produção. Assim, a luta imediata dirige-se na promoção das campanhas pela estatização da empresa que tem como eixo o controle operário sobre a produção.

Depreende-se daí que os operários da fábrica ocupada, não alcançando a massificação de suas lutas com um recrudescimento do movimento classista, podem tender a duas situações distintas: serem derrotados na condução de suas reivindicações, como aconteceu com os trabalhadores da Cipla e Interfibra, em Joinville, que sofreram intervenção federal nas fábricas com auxílio de aparato policial; ou passarem a uma condição de normalidade na produção, o

que os levaria a abraçar o mercado. Porém, até o presente momento, apesar de toda sua limitação na condução de suas contendas, os trabalhadores buscam se inserir ativamente na luta de classes.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Sílvia. Lula cumpra sua promessa. *Jornal Fábricas Ocupadas*, Joinville, ano 2, n 7, p.1, ago. 2006.

A LUTA para negociar energia elétrica continua. *Jornal A voz do trabalhador*, Sumaré, ano 2, ed. Especial, set. de 2005.

ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da era neoliberal. In: ANTUNES, Ricardo (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 461–474.

_____. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Maria Aparecida e TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 425–444.

AMORIM, Elaine Regina Aguiar. No limite da precarização? : terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

_____. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da história: um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ARCEO, Enrique. El fracaso de la reestructuración neoliberal en América Latina: Estrategias de los sectores dominantes y alternativas populares. In: BASUALDO, Eduardo M. e ARCEO, Enrique (orgs.) *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 27–65.

_____. Hegemonía estadounidense, internacionalización financiera y productiva, y nuevo pacto colonial. In: CECENIA, Ana Esther e SADER, Emir

(orgs.): *La guerra infinita. Hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 63–95.

BANDEIRA da estatização mantém a luta. *Jornal A Voz do Trabalhador*. Joinville, ano 3, n 20, jun. 2004. Disponível em <<http://paginas.terra.com.br/noticias/cipla/avoz%20N%2020%20JUN04.htm>>. Acesso em: 04 out. 2006.

BENOIT, Hector. O conceito de transição ou receitas do futuro? In: COLÓQUIO MARX ENGELS, 4., 2005, Campinas. *Anais eletrônicos...* Campinas: CEMARX-UNICAMP, 2005. Mesa-redonda. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/ce marx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m4c2.PDF>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

BERNARDO, João Um duplo desafio. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ano 15, n 37, PAGINAS, mar. 2006.

_____. *Trabalhadores: classe ou fragmentos?* 2005a. Disponível em: <<http://www.ocomuneiro.com>>. Acesso em: 03 mai. 2007.

_____. *Até que ponto é solidária essa tal economia?* 2005b. Disponível em: <<http://www.pensamentoradical.org>>. Acesso em: 03 mai. 2007.

_____. *Democracia Totalitária. Teoria e Prática da Empresa Soberana*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?* São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo? *Crítica Marxista*, Campinas, 1997, vol. 1 n 4.

_____. Depois do marxismo, o dilúvio? *Educação e Sociedade*, Campinas, ano XIII, n 43, p., 1992.

_____. Gestores, Estado e Capitalismo de Estado. São Paulo: *Ensaio*, n. 14, p. 85-104, 1986.

BIANCHI, Álvaro. Crise, política e economia no pensamento gramsciano. *Novos Rumos*, n.36, p.28-37, 2002.

BIALAKOWSKY, Alberto L. et. al. Identidad y conflictos entre trabajadores en empresas autogestionadas: la recuperación del método. In: CONGRESO

NACIONAL DE ESTUDIOS DEL TRABAJO DA ASOCIACIÓN ARGENTINA DE ESPECIALISTAS DE ESTUDIOS DEL TRABAJO, 7., 2005, Buenos Aires. *Anais eletrônicos...* Buenos Aires: ASET. Disponível em: <<http://www.aset.org.ar/congresos/7/12011.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

BOITO JUNIOR, Armando. *O sindicalismo na política brasileira*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005. (Coleção Trajetórias; 8).

BOLETIM especial fábricas ocupadas. Multinacional ameaça empregos na Flaskô. *Nossos empregos estão ameaçados*. Sumaré, nov.2005.

BOLETIM que Convoca para a Pré-Conferência Regional de Sumaré/Campinas em defesa do emprego, dos direitos, da reforma agrária e do parque fabril brasileiro. Sumaré, 18 nov. 2003.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

BRAGA, Ruy. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 1997.

BRASIL. *Constituição federal, consolidação das leis do trabalho, legislação previdenciária*. MANNRICH, Nelson (org.), 4. ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. (Coleção RT Mini Códigos).

BRASIL. Lei n 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 dez 1971.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1977.

BRESSER – PEREIRA, Luiz Carlos. Uma interpretação da América Latina: a crise do Estado. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.37, p.37–57, 1993.

BRUSCO, Sebastiano. The Emilian model: productive decentralisation and social integration. *Cambridge Journal of Economics*, Londres, n. 6, p. 167–184, 1982.

BUZZI, Dario. *Recuperação da CIPLA/INTERFIBRA*. Carta do superintendente do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul em Santa Catarina (BRDE/SC), Superintendência do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Florianópolis, 28 fev. 2005.

CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. *Outubro*, São Paulo, n. 6, p. 115–128, 2002.

CARTA de agradecimento dos trabalhadores da Flaskô aos apoiadores na negociação feita com a CPFL. Sumaré, 17 jan. 2007. Disponível em: <http://flasko.blogspot.com/2007_01_01_archive.html>. Acesso em: 31 abr. 2007.

CAVALCANTE, Sávio Machado. *Sindicalismo e privatização das telecomunicações no Brasil: a busca (fracassada) à social-democracia*. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./ jun. 2002.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando. *Outubro*, São Paulo, n. 5, p. 7–28, 2001.

_____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CONSELHO de Fábrica da Flaskô. *Carta aos trabalhadores de todo o mundo*. Sumaré, 21 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/site/start.php?inoid=10939&sid=6>>. Acesso em 14 jul. 2007.

CONTRIBUIÇÃO do Encontro regional de Sumaré e região em defesa do emprego, dos direitos, da moradia popular, reforma agrária e do parque fabril. Sumaré, 11 nov. 2006.

CONVOCATÓRIA – 4ª caravana a Brasília. *Jornal Fábricas Ocupadas*, Joinville, ano 1, n 5, p. 4, abr. 2006.

CORIAT, Benjamin. Ohno e a escola japonesa de gestão da produção: um ponto de vista de conjunto. In: HIRATA, Helena (org.). *Sobre o “Modelo” Japonês. Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: Edusp, 1993. p. 79–91.

_____. *A revolução dos robôs: o impacto socioeconômico da automação*. São Paulo: Busca Vida, 1988.

CRUZ, Antônio Carlos M. da. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do MERCOSUL*. 2006. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2006.

DALLEMAGNE, Jean-Luc. *Autogestão ou ditadura do proletariado*. Lisboa: Sodicultur, 1977. (Coleção Fermento)

DECLARAÇÃO final. *Terceira conferência nacional em defesa do emprego, dos direitos, da reforma agrária e do parque fabril*. Joinville, 18 dez. 2005a

DECLARAÇÃO da mesa de trabalhadores e trabalhadoras de empresas recuperadas. *Primeiro Encontro Latino-Americano das Fábricas Recuperadas*. Caracas, 29 out. 2005b.

DECLARAÇÃO. *Encontro nacional de trabalhadores do campo e da cidade*. São Paulo, 4 set. 2005c.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Do Giolittismo à Guerra Mundial: notas para o estudo da conjuntura em que se move o pensamento gramsciano: do fim do século à fundação do P. C. D'I: primeira parte*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2004a. (Coleção Textos Didáticos n.39).

_____. *Do pós-guerra à fundação do P. C. D'I: notas para o estudo da conjuntura em que se move o pensamento gramsciano: do fim do século à fundação do P. C. D'I: segunda parte*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2004b. (Coleção Textos Didáticos n.39)

_____. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. *A Liberdade (im)possível na ordem do capital*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1999. (Coleção Textos Didáticos n.29).

_____. Democrático e popular? *Outubro*, São Paulo, n 8, p. 7-26, 2003.

DICAPUA, Maria de los Angeles; LAGIU, Efimia; Valentino, Norma. *Atados con alambre: flexibilización, trabajo y trabajadores en Argentina*. Rosario: Laborde Editor, 2001.

ENGELS, Friedrich. Introdução de A guerra civil na França. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Textos 1. São Paulo: Edições Sociais, 1977. p. 157 – 219.

_____. Contribuição ao problema da habitação. In: Marx, Karl; Engels, Friedrich. *Textos 2*. São Paulo: Edições Sociais, 1976.

ESCOHOTADO, Antonio. Historia de las drogas: v. 2. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

FÁBRICAS ocupadas fazem acordo com Venezuela. *Jornal Fábricas Ocupadas*, Joinville, ano 1, n 4, p. 4, dez. 2005.

FÁBRICA quebrada é fábrica ocupada. Fábrica ocupada é fábrica estatizada. *Jornal A Voz do Trabalhador*, Joinville, ano 2, n 15, 28 jul. 2003. Disponível em: <http://paginas.terra.com.br/noticias/cipla/AVOZ%20N%2015_JUL03.htm>. Acesso em: 04 out. 2006.

FAJN, Gabriel (org.). *Fábricas y empresas recuperadas. Protesta Social, autogestión y rupturas en la subjetividad*. Buenos Aires: Ediciones del Insituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2003.

FERREIRA, Cândido Guerra; HIRATA, Helena; MARX, Roberto; SALERNO, Mario Sergio. Alternativas sueca, italiana e japonesa ao paradigma fordista: elementos para uma discussão sobre o caso brasileiro. *Cadernos do CESIT*. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, 1991. (Texto para discussão n. 4).

FILGUEIRAS, Luiz . O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M. e ARCEO, Enrique. *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 179–206

FIORI, José Luiz. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. (Coleção Zero à Esquerda).

FONSECA, Pedro Cezar Dutra O processo de substituição de importações. In: REGO, José Márcio e MARQUES, Rosa Maria (Orgs). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2003.

GERMER, Claus. A “economia solidária”: uma crítica marxista. *Outubro*, São Paulo, n 14, p. 193 – 214, 2006.

GHIOLDI, Carlos Ernesto. *Supermercado Tigre: crônica de un conflicto curso*. Rosário: prohistoria, 2004.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: Maquiavel: notas sobre o Estado e a Política* v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRESPLAN, Jorge L. da Silva. A crise na crítica da economia política. In.: BOITO JUNIOR, Armando et al (org). *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. *O negativo do capital*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1998.

GREVE na Cipla está sendo questionada pela empresa. *Jornal A Notícia*, Joinville, 25 out. 2002. Disponível em: <<http://www.an.com.br/2002/out/25/0eco.htm>>. Acesso em 31 mai. 2006.

GUERRERO GUTIERREZ, Andriei da Cunha. *O trotskismo e o capitalismo neoliberal no Brasil: Democracia Socialista, PSTU e O Trabalho - uma análise das campanhas eleitorais de 1998 e 2002*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HAZAKI, César. Grissinopoli: crônica de una lucha obrera. In: CARPINTERO, Enrique e HERNÁNDEZ, Mario (orgs) *Producindo realidade: las empresas comunitarias – Grissinopoli, Río Turbio, Zanón, Brukman, Gral. Mosconi*. Buenos Aires: Topia Editorial. 2002. p. 25–38. (Colecion Fichas de Topia).

HERNÁNDEZ, Miguel Angel. *Alberto Nolia: ¿revolucionario o fascista?* 2007. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/trabajadores/a34518.html>>. Acesso em: 25 jun. 2007.

HIRATA, Helena e ZARIFIAN, Philippe. Força e fragilidade do modelo japonês. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n.12, p. 173-185, mai./ago, 1991.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914–1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JUSTIÇA nega liminar aos Bastchauer. *Jornal A Voz do Trabalhador*, ano 2, n 9., Joinville, 20 mar. 2003. Disponível em

<http://paginas.terra.com.br/noticias/cipla/AVOZ%20N%2009_MAR03.htm>
Acesso em: 04 out. 2006.

KOLLONTAI, Alexandra. *Oposição operária:1920 – 1921*. São Paulo: Global, 1980.

LAZAGNA, Ângela. *Lênin, as forças produtivas e o taylorismo*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LEBOWITZ, Michel. *Constructing Co-Management in Venezuela: Contradictions along the Path*. 2005. Disponível em:
<<http://mrzine.monthlyreview.org/lebowitz241005.html>>. Acesso em: 21 abr. 2007.

LENIN, Vladimir Ilich. Sobre o cooperativismo. In: LENIN, Vladimir Ilich. *Estado, Ditadura do proletariado e poder soviético*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988. p. 337 – 347 (Coleção Fundamentos).

_____. *¿Qué hacer? Problemas candentes de nuestro movimiento*. Moscou: Editorial Progreso, 1977.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 45 – 62, out. 2004.

_____. Inovação industrial e fábricas cooperativas: a experiência nordestina dos anos 90. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo. e MARTIN, Scott. *Competitividade e desenvolvimento*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

_____. Negócios da China: a nova industrialização no nordeste. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.49, p. 141-158, nov. 1997.

LOMBARDI, Maria Rosa. Reestruturação produtiva e condições de trabalho: percepções dos trabalhadores. *Educação e Sociedade*, Campinas, Ano 18, n.61, p. 64–87, dez. 1997.

LUCITA, Eduardo. Fábricas ocupadas y gestión obrera en Argentina: Ocupar, resistir, producir. *Cuadernos del Sur*. Buenos Aires, Ano 18, n. 34, p. 39-45, nov. 2002.

LULA garante apoio pra salvar empregos. *Jornal A Voz do Trabalhador*, Joinville, ano 2, n 14B, 17 jun. 2003. Disponível em:
<http://paginas.terra.com.br/noticias/cipla/AVOZ%20N%2014b_JUN03.htm>.
Acesso em: 04 out. 2006.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

MALAGUTI, Manuel Luiz. *Crítica à razão informal: imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo, 2000.

MANDEL, Ernest. *A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. *A logística da precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARTINS, Luci Helena S. *Reflexões sobre um acontecimento social na área fabril. A experiência autogestionária da Makerli*. 1998. Franca. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita, Franca, 1998.

MARTÍNEZ, Josefina. Fábricas ocupadas e gestión obrera direta: apuntes para una reflexión histórica y teórica. *Cuadernos del Sur*, Buenos Aires, n 34, ano 18, p. 47 – 72, nov. 2002.

MARTINEZ, Oscar e VOCOS, Federico. Las empresas recuperadas por los trabajadores y el movimiento obrero. In: CARPINTERO, Enrique; HERNÁNDEZ, Mario. *Produciendo realidad. Las empresas comunitarias Grissinopoli, Rio Turbio, Zanón, Brukman y Gral. Mosconi*. Buenos Aires: Topia Editorial, 2002. p. 77 – 85. (Colecion Fichas de Topia).

MARX, Karl. *O capital*. Livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

_____. *O capital*. Livro 3, v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *O capital*. Livro 3, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos 1*. São Paulo: Edições Sociais, 1977a. p. 221 – 252.

_____. A guerra civil na França. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos 1*. São Paulo: Edições Sociais, 1977b. p. 157 – 219.

_____. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos 3*. São Paulo: Edições Sociais, 1977c. p. 313 - 321.

_____. *La Ideologia Alemana*. Barcelona: Grijalbo, 1972.

MENDONZA, Carlos (org.) *Contruyendo poder: democratización de la gestión y nuevos criterios de regulación económica – gérmenes de una nueva sociedad*. Buenos Aires: Teses 11, 2003.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. . In: ANTUNES, Ricardo (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 27–44.

_____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORADIA, água, esgoto e energia elétrica já! *Jornal A Voz do Trabalhador*. Sumaré, ano 2, ed especial, p. 2, set. 2005.

MORENO, Nahuel. Fortalecer os organismos de poder das massas. *Marxismo Vivo*, São Paulo, n.5, 83–90, abr. 2002.

_____. *Problemas de Organização*. São Paulo, Cadernos de Formação, n 9, set. 1987. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/moreno/1984/07/16.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

MORENO, Yonie e SANABRIA, William. *Las empresas en cogestión y ocupadas en Venezuela, la lucha por el control obrero y el socialismo*. 2006. Disponível em: <<http://www.controlobrero.org/content/view/24/30>>. Acesso em: 16 mai. 2007.

NASCIMENTO, Janaina Quitério. *Livro-reportagem: Fábrica quebrada é fábrica ocupada. Fábrica ocupada é fábrica estatizada: a luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos*. [S. l.: s. n], 2004

NAVES, Márcio Bilharinho. A transição socialista e a democracia. *Outubro*, n 4, p. 93 – 98, 2002.

NOBRE, Marcos. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. In: NOBRE, Marcos e AMAZONAS, Maurício (orgs). *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília: Ed. IBAMA, 2002. p. 21–106.

NOVAES, Henrique Tahan. *Para além da apropriação dos meios de produção? o processo de adequação sóciotécnica em fábricas recuperadas*. 2005. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, Eduardo M. e ARCEO, Enrique.

Neoliberalismo y sectores dominantes. Buenos Aires: CLACSO, 2006a. p. 265–291.

_____. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 67-85, mar. 2006b.

_____. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: OLIVEIRA, Francisco; SÁ JR, Francisco. *Seleções CEBRAP 1: Questionando a economia Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975. p. 5-78.

OPERÁRIOS não aceitam cooperativa. *Jornal Fábricas Ocupadas*. Joinville, ano 1, n 5, p. 2, abr. 2006.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. *Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2002.

PEREIRA, Maria Cecília Camargo. *Experiências autogestionárias no Brasil e na Argentina*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2007.

PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. Auto-gestión de trabajadores en una perspectiva histórica. In: CARPINTERO, Enrique e HERNÁNDEZ, Mario (orgs) *Produciendo realidad: las empresas comunitarias – Grissinopoli, Río Turbio, Zanón, Brukman, Gral. Mosconi*. Buenos Aires: Topia Editorial. 2002. p. 53 – 62. (Colecion Fichas de Topia).

PICCHETTI, Valentina. Fábricas tomadas, fábricas de esperanzas: las experiencias de Zanón y Brukman. In: CARPINTERO, Enrique e HERNÁNDEZ, Mario (orgs) *Produciendo realidad: las empresas comunitarias – Grissinopoli, Río Turbio, Zanón, Brukman, Gral. Mosconi*. Buenos Aires: Topia Editorial. 2002. p. 11 – 24. (Colecion Fichas de Topia).

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 59–73.

_____. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites, Brasília, *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, Ano 9, n. 24, p. 23 – 34, ago. 2004a.

_____. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.18, n.2, p. 3-16, 2004b.

_____. *O Trabalho Sob Fogo Cruzado*. São Paulo: Contexto, 2000.

POR EMPREGO, terra e socialismo. *Jornal Chão de Fábrica*, Joinville, ano 3, n 43, p. 3, 24 out. 2006.

PRIMO, Luis. *¿Qué programa debe defender el PSUV?*. 2007. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/ideologia/a38410.html>>. Acesso em: 21 jul. 2007.

QUIJANO, Aníbal. O labirinto da América Latina: haverá outras saídas. *Novos Rumos*, São Paulo, n.43, p. 3–20, 2005.

RAU, Victor. La gestión obrera directa: una forma de enfrentamiento de clases en la Argentina. *Lucha de Clases*, Buenos Aires, n. 2/3, p. 159-169, abr. 2004.

RODOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura do capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ROSSETI, José Pascoal. *Introdução à economia*. São Paulo: Editora Atlas, 1988.

SANMARTINO, Jorge. Dos años de ocupaciones de fábricas y gestión obrera en Argentina. *Lucha de Clases*, Buenos Aires, n. 2/3, p. 129-145, abr 2004.

SALERNO, Mario Sérgio. Modelo Japonês, Trabalho Brasileiro. In: HIRATA, Helena (org.). *Sobre o “Modelo” Japonês. Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: Edusp, 1993. p. 139 – 152.

SECCO, Lincoln. Cooperativas e conselhos operários. *Lutas Sociais*, São Paulo, n 9/10, p. 169–178, 2003.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fio (in)visíveis da produção capitalista. *Outubro*, São Paulo, n.7, p. 49 – 60, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 29-124.

TERRA, emprego e soberania nacional. *Jornal Fábricas Ocupadas*. Joinville, ano 1, n 3, p. 3, ago. 2005.

TRABALHADORES da Cipla/ Interfibra/Flaskô e Flakepet. Carta ao Presidente Lula. *Jornal Fábricas Ocupadas*. Joinville, ano 1, n 5, p. 3, abr. 2006.

TRAGTENBERG, Mauricio. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Moderna, 1989.

TROTSKY, Leon. *La revolución española:1930 - 1939. Selección de escritos*. Madrid: Fundación Federico Engels, 2006.

_____. *La lucha contra el fascismo*. Madrid: Fundación Federico Engels, 2004.

_____. *Aonde vai a França?* São Paulo: Editora Desafio, 1994.

_____. Programa de transição – a agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional. In: LENIN, Vladimir Ilich e TROTSKY, Leon. *A questão do programa*. São Paulo: Kairos, 1979.

_____. *Terrorismo e comunismo: o anti-Kautsky*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

TUDE DE SOUZA, Ângela. *Sobre o americanismo e fordismo de Antonio Gramsci*. Campinas: IFCH/ Unicamp, 1992 (Textos Didáticos n. 5).

VAMOS preparar uma grande ofensiva no BNDES, para arrancar um financiamento. *Jornal Chão de Fábrica*, Sumaré, 13 mar. 2007.

WELMOWICKI, José. *Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80*. São Paulo: Editora “Instituto José Luiz e Rosa Sundermann”, 2004.

WERNER, R. e AGUIRRE, F. Apuntes sobre un nuevo movimiento obrero. Sindicatos y consejos de empresa. La experiencia de los ceramistas de Neuquén. *Lucha de Clases*, Buenos Aires, n. 1. p. 65-68. nov, 2002

WOLFF, Simone. *O espectro da reificação em uma empresa do setor de telecomunicações: O processo de trabalho sob os novos parâmetros gerenciais e tecnológicos*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2004.

WOODS, Alan. *Resposta aos lambertistas: o que a Corrente Marxista Internacional realmente defende*. 2006. Disponível em: <<http://www.otrabalho.org.br/resposta%20aos%20lambertistas.doc>>. Acesso em 20 jan. 2007.

ZARPELON, Sandra Regina. *A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico. Aproximações entre a atuação das ONGs e o cooperativismo da CUT.* 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2003.